



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Cleide da Conceição Solano

**O TRABALHO DO ENCARCERADO NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA
DE NEVES (PAN): RESGATE HISTÓRICO 1943 - 1979**

Belo Horizonte

2022



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Cleide da Conceição Solano

**O TRABALHO DO ENCARCERADO NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA
DE NEVES (PAN): RESGATE HISTÓRICO 1943 - 1979**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica

Linha de Pesquisa III: Processos Formativos em Educação Tecnológica

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Quirino

Belo Horizonte

2022

S684t Solano, Cleide da Conceição
O trabalho do encarcerado na penitenciária agrícola de Neves (PAN):
resgate histórico 1943-1979 / Cleide da Conceição Solano. – 2022.
122 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação
Tecnológica.

Orientadora: Raquel Quirino.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de
Minas Gerais.

1. Penitenciária Agrícola de Neves – História – 1943-1979 – Teses.
2. Trabalho de presidiários – Disciplina – Teses. 3. Ressocialização – Ribeirão
das Neves (MG) – Teses. 4. Agricultura – Ribeirão das Neves (MG) – Teses.
I. Gonçalves, Raquel Quirino. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de
Minas Gerais. III. Título.

CDD 371.198151

Elaboração da ficha catalográfica pela bibliotecária Jane Marangon Duarte,
CRB 6ª 1592 / Cefet/MG



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC n°. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Cleide da Conceição Solano Chaves

“O trabalho do encarcerado na Penitenciária Agrícola de Neves (PAN): Resgate Histórico 1944 - 1979”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 21 de fevereiro de 2022, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof.ª Dr.ª Raquel Quirino – Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Maria Cristina da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof. Dr. Lúcio Alves de Barros
Universidade do Estado de Minas Gerais

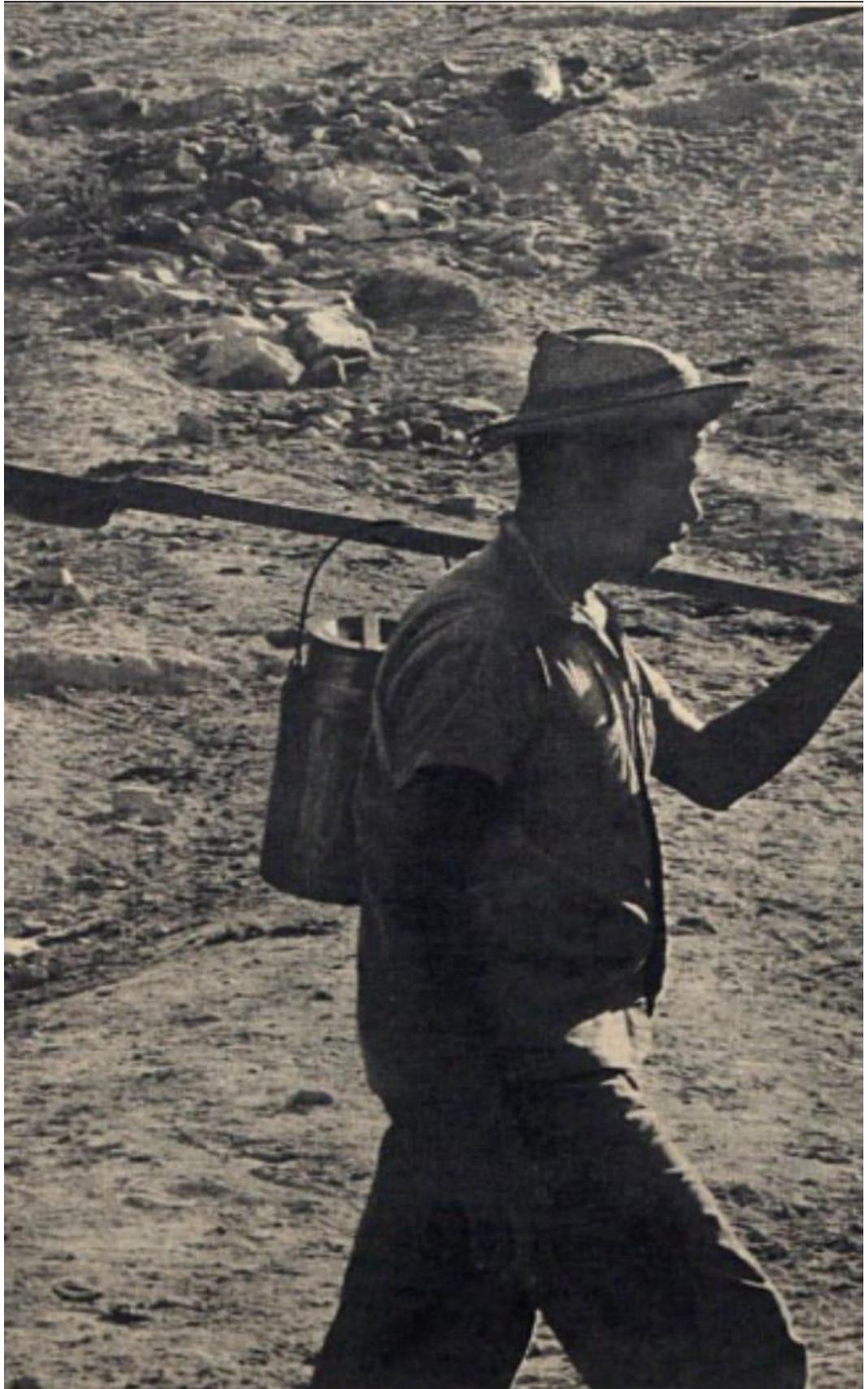


Foto: O cruzeiro, 1972.

Para minha amada filha, Lívia.

AGRADECIMENTOS

Não sei por onde começar e não quero cometer o erro de deixar de mencionar pessoas que foram tão importantes nessa árdua e vitoriosa caminhada. Meu primeiro agradecimento vai para Deus e meus amigos espirituais que me intuíram a seguir o caminho para o qual meu coração palpitava.

À memória da minha saudosa mãe, Maria da Conceição Ramos Solano que sei que olhe por mim. Às minhas orientadoras, profa. Dra. Carla Simone Chamon e profa. Dra. Raquel Quirino que acompanharam minha trajetória com empatia e sororidade. Aos servidores da secretaria do Mestrado em Educação Tecnológica que sempre foram muito solícitos, nos atendendo a contento e com espírito de colaboração, em especial Fábio e Narlisson e Marcos Vinícius. Aos professores Irlen Gonçalves, Alexandre Ferry, Maria Aparecida de Oliveira e José Geraldo Pedrosa.

Ao professor Dr. Lúcio Alves Barros da Universidade do Estado de Minas Gerais que de forma muito inesperada, entrou em minha vida e nos “cumpliciando” nas temáticas e visitas prisionais. Um professor apaixonado e de notório conhecimento sobre o Sistema Penitenciário e Segurança Pública, o qual me tive a sorte de ter como amigo e que me apresentou autores importantes que embasaram essa dissertação. Dr. Lúcio Barros, minha eterna gratidão. À prof. Dra. Maria Cristina da Silva, minha professora da graduação em Pedagogia na UEMG e que com muito carinho, aceitou meu convite para participar desse evento. Gratidão, professora e por fim, aos meus colegas Cristiane Ribeiro e Thiago Bicalho que gentilmente colaboram na revisão e defesa dessa dissertação.

À minha querida amiga, Juliana de Ávila Ferreira que com muito carinho, conhecimento e paciência, acompanhou-me madrugadas afora dando sugestões e auxílio no tratamento e consolidações dos dados, construindo planilhas, às quais, admito, não tenho muito traquejo para lidar. Ju, obrigada! Amo você, minha irmã de coração.

Não posso deixar de mencionar a contribuição preciosa dos diretores gerais da Penitenciária José Maria Alckmin e seus diretores do setor Administrativo, Segurança e de Atendimento que prestaram grande suporte na coleta dos dados.

Dessa forma, meu especial agradecimento vai para Marcelo Marshal e Reginaldo Soares Minha gratidão aos policiais penais que por dias me acompanharam e auxiliaram dentro dos arquivos da penitenciária durante o momento do levantamento documental. Aos senhores Salvador Tomé e Flávio Avelar, ex-funcionários da PAN que se configuram como memórias vivas da penitenciária, os quais são detentores de ótimas estórias para contar e que na oportunidade apontaram-me os indícios de para encontrar as informações.

A todos os demais servidores da Penitenciária José Maria Alckmin e do Arquivo Público Mineiro, em especial ao historiador Pedro que me deu total atenção na busca de informações dos arquivos do Estado. Ressalto que durante a pesquisa documental, fomos surpreendidos pela Pandemia de Covid-19 que suspendeu as atividades no APM e não foi possível extrair mais informações para esclarecer alguns pontos que por ventura, podem ficar obscuros nessa dissertação. Ao meu amigo e chefe, Breno Gomes Bastos a quem tenho uma dívida de gratidão pela paciência e compreensão durante o curso. À minha amiga Larissa Fracassolini que lá do Espírito Santo me auxiliou de forma *online* sobre em como escrever essa dissertação.

Meu carinho para Clésio, Luís Roberto, Léo, Regina, Laura, Hamilton Mitre e todas as pessoas que diretamente e indiretamente contribuíram com esse trabalho. A minha homenagem aos policiais penais que faleceram em razão de doenças e muitos, por Covid-19, pois eles não pararam de trabalhar para manter a nossa segurança.

Peço desculpas às pessoas às quais eu não mencionei, mas que foram importantes para mim nesse processo e sempre estarão presentes em meu pensamento.

Chain Gang

*“(hoo! aah!) (hoo! aah!)
(hoo! aah!) (hoo! aah!)”*

(Well, don't you know)

(Bem, você não sabe)

*That's the sound of the men working on the chain ga-a-ang
Esse é o som dos homens que trabalham na turma da prisãaaoo*

*That's the sound of the men working on the chain gang
Esse é o som dos homens que trabalham na turma da prisãaaoo*

*All day long they work so hard
Durante todo o dia eles trabalham tão duro*

*Till the sun is goin' down
Até que o sol esteja se pondo*

*Working on the highways and byways
Trabalhando nas estradas e caminhos*

*And wearing, wearing a frown
Fazendo, fazendo cara feia*

*You hear them moanin' their lives away
Você os ouve lastimando suas vidas*

*Then you hear somebody sa-ay
Então você ouve alguém dize-er*

That's the sound of the men working on the chain ga-a-ang
Esse é o som dos homens que trabalham na turma da prisãaaoo

That's the sound of the men working on the chain gang
Esse é o som dos homens que trabalham na turma da prisãaaoo

Can't ya hear them singin'
Não posso ouvi-los cantando

Mm, I'm goin' home one of these days
Mm, eu estou indo para casa um dia desses

I'm goin' home see my woman
Eu estou indo para casa ver minha mulher

Whom I love so dear
Quem eu amo tanto

But meanwhile I got to work right he-ere
Mas, enquanto isso eu tenho que trabalhar a-aqui

(Well, don't you know)

(Bem, você não sabe)

That's the sound of the men working on the chain ga-a-ang
Esse é o som dos homens que trabalham na turma da prisãaaoo

That's the sound of the men working on the chain gang
Esse é o som dos homens que trabalham na turma da prisãaaoo

All day long they're singin', mm
My, my, my, my, my, my, my, my, my work is so hard
Meu, meu, meu, meu, meu, meu, meu, meu, meu trabalho é tão difícil

Give me water, I'm thirsty

Dê-me água, estou com sede

My work is so hard

Meu trabalho é tão difícil

(Sam Cooke - 1961).

RESUMO

A presente pesquisa versa sobre o trabalho do encarcerado na Penitenciária Agrícola de Neves (PAN) entre os anos de 1943 a 1979. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva quanto aos fins, desenvolvida por um estudo teórico bibliográfico e documental. Inicialmente foi apresentada a história das prisões, às quais sofreram profundas transformações no século XVIII com o advento do Iluminismo. No Brasil a necessidade de reformulação de uma política penitenciária já era discutida desde o Período Colonial, mas as transformações se consagraram no período republicano. Minas Gerais estava em ebulição com as cadeias cheias o que levou os parlamentares a defender a criação de uma penitenciária modelo após três décadas, se configurou na PAN – Penitenciária Agrícola de Neves em 1927. O estabelecimento penal foi inaugurado somente em 1938 e trazia em seu bojo a reforma do criminoso por meio do trabalho associado à disciplina e ressocialização. A PAN era composta de várias oficinas e trabalhos ao ar livre, concedendo ao interno condições dignas de cumprimento de pena e reintegração social. Os internos encaminhados para a penitenciária eram selecionados nas cadeias e deveriam ter aptidão para o trabalho agrícola, bom comportamento carcerário e ter cumprido parte da pena. Com a mão de obra do encarcerado, as produções agrícolas e industriais da PAN eram suficientes para abastecer a si mesma e parte ia para os municípios de Ribeirão das Neves e Belo Horizonte. Em contrapartida, os condenados eram renumerados pelo trabalho podendo ser dentro ou fora da penitenciária, mantinham contato frequente com familiares e cumpriam sua sentença com pouca vigilância. A PAN se notabilizou pelo uso do sistema de carteiras coloridas que concediam ou retiravam benefícios aos internos, tais como: recreios dominicais, visitas familiares e até viagens sem acompanhamento. No entanto, observou-se que a aparente eficiência e tranquilidade da PAN, noticiada em jornais daquele período, foi sendo desconstruída pelos constantes conflitos entre gestão prisional, guardas e encarcerados. Os processos disciplinares utilizavam-se da retirada do trabalho externo para o interno dentro da PAN e quando os presos não se amoldavam ao sistema, eram considerados “inaptos” para aquele regime penitenciário e, por fim, removidos. Ao final da pesquisa, constata-se que aquele interno dócil e rural foi cedendo lugar a condenados urbanos, articulados e mais perigosos, fazendo com que a gestão prisional voltasse seus esforços para a segurança, diminuindo sua atenção para a ressocialização. As constantes mudanças na gestão prisional e a resistência da população sobre o excesso de regalias concedidas aos presos, levaram a PAN a se tornar mais uma penitenciária onde sobram presos e problemas.

Palavras-chave: Penitenciária. Trabalho. Disciplina. Ressocialização. Agrícola.

ABSTRACT

This present research is about work done by inmates at the Penitenciária Agrícola de Neves (PAN) between the years of 1934 to 1979. To this end, a qualitative, exploratory and descriptive research was made, developed by a bibliographic, documental and theoretical study. At the beginning, the carcerary history is presented, with its broad and profound transformations along the XVIII century with the advent of Illuminism. In Brazil, the need for reform in penitentiary policies was discussed since its Colonial period, but deep transformations only came in the republican age. In Minas Gerais, with jails at capacity, congressmen vouched for the creation of a model prison, which came to be PAN, in 1927. The penal establishment only had its official opening in 1938, and brought in its core the reform of inmates by means of work associated with discipline and resocialization. PAN was composed of many workshops and open air work jobs, giving inmates dignified conditions of serving their times and reintegrate society. The inmates taken to PAN prison were selected in jails and should have the skills to do the job, mostly agricultural, have good behavior and served part of their sentence. With inmate workforce agricultural and industrial production at PAN were enough to fulfill itself and a part of it would still be distributed to the cities of Ribeirão das Neves e Belo Horizonte. On the other hand, inmates were compensated for the work, kept contact with family members and could have jobs outside prison grounds, with little vigilance. PAN became notable for its use of a colored cards system, which granted or withdrew benefits to the inmates, such as: sunday recreation, family visits and even unsurveilled travel. However, it is observed that the apparent efficiency and calm of PAN, broadcasted by newspapers of that era, were deconstructed by constant conflicts between prison management, guards and inmates. Disciplinary processes used the withdrawal of external work from PAN's inmates and when they wouldn't be shaped by their system, they would be deemed "unfit" for PAN's regime, and, at the end of it, removed completely from the prison. At the end of this research, it is noted that urban, articulate, and even dangerous inmates, which made management direct their efforts to security, taking away their attention to resocialization, were replacing the docile and rural inmates. Constant changes in prison management and social resistance to excess privileges given to inmates, made PAN become another prison overflowing with inmates and trouble.

Keywords: Penitentiary. Work. Subject. Resocialization. Agricultural.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição do número de internos nas prisões mineiras de acordo com os anos com os dados extraídos das Mensagens dos Governadores de Minas Gerais para a Assembleia (MG) -1892 a 1930.....	41
Tabela 2 - Localidade de origem dos condenados na PAN.....	92
Tabela 3 - Profissões declaradas pelos presos no momento da prisão	97
Tabela 4 - Os tipos de carteiras mais concedidas para os presos entre 1940 a 1979	101
Tabela 5 - As atividades exercidas pelo preso antes da prisão e as executadas dentro da PAN.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios para ascensão da carteira.....	78
Quadro 2 - Critérios para a concessão das carteiras para os presos usufruir dos benefícios.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da faixa etária dos detentos da PAN.....	87
Gráfico 2 - Cor.....	89
Gráfico 3 - Naturalidade dos presos.....	91
Gráfico 4 - Estado civil dos condenados da PAN.....	94
Gráfico 5 - Tipos de Crimes cometidos pelos internos da PAN.....	98
Gráfico 6 - Tempo de cumprimento de pena dentro da PAN.....	102

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Panóptico	27
Figura 2 - Planta original do empreendimento planejada por Walter Euler	51
Figura 3 - O andamento das obras da PAN em 1935	53
Figura 4 - Casa dos funcionários administrativos da PAN em 1937	54
Figura 5 - Condenado morando com esposa e filha na Vila do Sapê	70
Figura 6 - Estrutura Organizacional da PAN	72
Figura 7 - Ficha de admissão do condenado	76
Figura 8 - Ficha com notações de movimentação dos postos de trabalho.....	77
Figura 9 - Imagem original de uma carteira amarela	79
Figura 10 - Carteira verde de um interno.....	79
Figura 11 - Imagem de uma carteira rosa	80
Figura 12 - Presos trabalhando	108
Figura 13 - O criminoso Zé Muniz posando ao lado da namorada no entorno da PAN em dia de visita em 1952.....	109

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Metodologia e procedimentos metodológicos	20
1.2 Estrutura da dissertação	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
2.1 Das cadeias às penitenciárias.....	24
2.1.1 Resgate histórico das prisões	24
2.1.2 As prisões brasileiras.....	31
2.1.3 A proposta de penitenciárias em Minas Gerais	38
2.2 A Penitenciária Agrícola de Neves	45
2.2.1 Estrutura Física da PAN	50
2.3 Da esperada “inauguração” ao funcionamento da PAN	64
2.3.1 A vida do encarcerado na PAN	73
2.3.2 As fichas individuais	75
2.3.3 As carteiras coloridas da PAN	77
2.4 Perfil dos presos da PAN	86
2.4.1 Faixa etária.....	86
2.4.2 Cores, raças e etnias.....	89
2.4.3 Naturalidade	91
2.4.4 Estado civil	94
2.4.5 Profissões declaradas no momento da prisão.....	96
2.4.6 Crimes cometidos.....	98
2.4.7 Classificação pelas carteiras	100
2.4.8 Tempo de pena na PAN.....	102
2.5 O trabalho dos presos	103
2.5.1 Principais atividades executadas pelos internos da PAN	103
2.5.2 Tempos de mudança	109
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS.....	118

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o trabalho do encarcerado, os processos disciplinares e as estratégias de ressocialização na Penitenciária Agrícola de Neves (PAN)¹ entre os anos de 1936 a 1980.

A referida penitenciária foi inaugurada oficialmente em 18 de julho de 1938 e é o primeiro estabelecimento penal agrícola construído em Minas Gerais. A PAN, rebatizada como Penitenciária José Maria Alckmin em homenagem ao seu primeiro diretor, está em atividade até os dias de hoje. Portanto, o objetivo é fazer um levantamento histórico sobre o trabalho do encarcerado dentro dos eixos do trabalho, disciplina e ressocialização.

Localizada à 36 quilômetros de Belo Horizonte, a PAN foi projetada para abrigar em 1927 aproximadamente 600 internos que seriam recebidos das cadeias do interior de Minas Gerais, outros estados e até do exterior. Desejada e mencionada por diversos parlamentares estaduais em seus discursos desde o fim do século XIX, a implantação da PAN se concretizou com a publicação da Lei nº 968 de 11 de setembro de 1927 pelo presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. A obra foi continuada pelo seu sucessor Olegário Maciel e concluída pelo governador Benedito Valadares em 1937. A PAN foi alçada em Minas Gerais como experiência única no que tange ao planejamento e à organização penitenciária mineira. Brito (1924) salienta que antes da PAN, o estado de Minas Gerais contava com cadeias públicas em péssimas condições de vida dos presos e que havia apenas duas penitenciárias que ofertavam trabalho sendo elas a de Ouro Preto e Uberaba.

Os trabalhos executados pelos internos nessas duas penitenciárias eram de manufaturas nas oficinas de sapataria e alfaiataria. No entanto, as rendas advindas desses trabalhos não cobriam os custos com saúde, vestuário e alimentação dos

¹Penitenciária Agrícola de Neves em 1984 teve sua denominação alterada para Centro de Reeducação de Neves pelo Decreto 23.799 de 14/08/1984. A Lei nº 11.717 1994 de 27/12/1994 alterou o nome para Penitenciária José Maria Alckmin em homenagem ao seu primeiro diretor.

internos dessas casas, sendo o Estado obrigado a enviar recursos para mantê-los. Outra situação que causava indignação aos parlamentares era que os condenados se amontoavam nas celas mergulhados em ociosidade, o que agravava as tendências criminosas e não eram preparados para voltar ao convívio social. A reforma do preso baseada nas mais modernas teorias dos penalogistas, consistia na reforma do preso por meio do trabalho e cumprimento de pena em condições dignas de sobrevivência dentro da prisão. A expectativa sobre a criação da Pan, era colocar Minas Gerais no mapa brasileiro como um modelo penitenciário a ser seguido pelos demais estados.

Em notícia do jornal *A Manhã*², noticiou que a construção da PAN foi denominada de “atrevida” por ser um dos maiores empreendimentos que o estado empreendeu desde então”. A nota do jornal *A Manhã* (1942, p. 7) destaca que: “[...] não há exagero em dizer-se que a Penitenciária Agrícola de Neves é uma das mais atrevidas, das mais ousadas, das mais avançadas experiências humanas que já se fizeram nesse século”

Desse modo, a perspectiva de compreender a dinâmica que relaciona trabalho, ressocialização e disciplina dos encarcerados da PAN são os eixos norteadores dessa pesquisa, além de abrir uma discussão sobre a lacuna da história das prisões de Minas Gerais. É relevante salientar que esta dissertação pretende apresentar uma pequena contribuição sobre uma das maiores penitenciárias do estado em funcionamento. Assim, a pesquisa tem como objetivo geral compreender as estratégias utilizadas pela PAN entre os anos de 1943 a 1979, por meio do trabalho do encarcerado para a disciplinarização e ressocialização social. Como objetivos específicos, busca-se apresentar um breve histórico sobre as prisões no mundo e no Brasil. Posteriormente foi apresentado um pequeno percurso sobre as prisões mineiras e o desenvolvimento dos princípios e projetos no processo de criação da PAN. Também, foi abordada a forma de funcionamento da unidade prisional em suas características de espaço físico, cultural, laboral e a relação com a comunidade no entorno da penitenciária. Procurou-se identificar nessa pesquisa, analisar o perfil dos

² O MINISTRO da Fazenda em Minas Gerais. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 06 de junho de 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=%22PENITENCI%C3%81RIA%20AGR%C3%8DCOLA%20NEVES%22&pagfis=15964>. Acesso em: 28 ago. 2021.

presos e do trabalho desenvolvido antes e depois do cárcere e, por fim, verificar se as finalidades e estratégias propostas pela Lei nº968/1927 foram alcançadas na prática.

1.1 Metodologia e procedimentos metodológicos

A metodologia aplicada a esta pesquisa é classificada como bibliográfica de caráter exploratório com levantamento documental. Insta ressaltar que as pesquisas documentais de valor histórico possibilitam a extração de informações para justificar e ampliar a compreensão de uma contextualização de uma época. As fichas utilizadas para esta pesquisa não tiveram tratamento acadêmico anterior, pois não estão disponíveis ao público. Esses documentos estão sob a guarda da Penitenciária José Maria Alckmin e as consultas para fins de pesquisa foram autorizadas pela gestão prisional.

Os dados extraídos por meio das fichas compreendem os anos de 1940 a 1979. Foram consultadas 323 fichas e dentre estas, foram aproveitadas 263, pois continham as informações mínimas necessárias para responder as hipóteses levantadas. A ficha mais antiga localizada pertencia ao interno 2.975, condenado por crime de homicídio em 14/09/1944 e com entrada na penitenciária em 10/10/1945. A ficha mais recente refere-se ao interno 10.031 que foi preso em 13/05/1977 e encaminhado para a PAN em 21/02/1979.

A ausência de documentos em ordem cronológica pode ser atribuída em razão da forma da gestão dessas informações ao longo dessas oito décadas de funcionamento da penitenciária. Outra possibilidade da ausência de parte desses documentos pode ser justificada pela depredação do prédio administrativo durante um motim ocorrido em 1984, em que boa parte de documentos como fichas de outros anos, regimentos e relatórios do setor de trabalho estão dispostas de forma fragmentada.

Insta salientar que o engenheiro Walter Euler é recorrentemente mencionado nesta dissertação, tendo em vista que parte dessa pesquisa teve como base os documentos pessoais registrados por ele, tais como ofícios, relatório, documentos de

prestação de contas, recortes de revistas, jornais, comunicados e telegramas deixados por ele. Posteriormente, todo esse material foi doado por sua família ao Arquivo Público Mineiro de Minas Gerais no ano de 2007.

1.2 Estrutura da dissertação

Esta pesquisa foi construída em cinco seções, sendo a primeira uma apresentação sobre o nascimento das prisões desde os estados absolutistas até o século XVIII. Foucault (1987) utilizado como marco teórico, retrata que as prisões antes do Iluminismo, eram espaços destinados à guarda de presos à espera do momento da execução ou aplicação de pena corporal. Entre o cárcere e o cumprimento da pena, o preso tinha seu corpo subjugado pelos suplícios e posteriormente suplícios e posteriormente, na maioria das vezes, condenado à morte. Com o advento do Iluminismo no século XVIII, a condenação e execução da pena capital de forma violenta praticada pelo Estado passam a ser objeto de questionamento por juristas e pensadores iluministas que consideraram que a pena de morte deveria ser suprimida e ceder à pena de prisão como espaço destinado para esse fim por excelência. A seção ainda trata das transformações que vieram a partir do século XVIII e a criação sobre os sistemas penitenciários mais importantes que surgiram em diversos países e também no Brasil. Com as transformações acontecendo no campo penitenciário, o país ainda era comandado pela Monarquia que produziu algumas alterações nas prisões espalhadas pelo território nacional, mas as mudanças mais efetivas foram adotadas com a instituição da República em 1889.

As alterações em terras mineiras foram um pouco mais tardias que nas prisões paulistas e cariocas. Os tópicos elencados nessa seção abordam as discussões dos parlamentares mineiros durante as três primeiras décadas do século XX sobre a problemática penitenciária que se resumiam em cadeias superlotadas e em más condições de infraestrutura. Os problemas mencionados sobre a situação prisional do estado era o aumento da população encarcerada, a segurança da população e as despesas de manutenção dos presos nas cadeias. Sette Câmara (1951), membro do

Conselho Penitenciário que participou do projeto de criação da penitenciária em 1927 descreveu em 1951 as más condições das prisões mineiras.

Até 1927, os detentos em Minas Gerais se derramavam pelas centenas de cadeias dos vários municípios do Estado, todas em péssimas condições de higiene. Nessas cadeias, sem qualquer regime de trabalho, numa ociosa promiscuidade, as sentenças eram cumpridas, mas o homem restituído à sociedade, em vício, cinismo e maus propósitos, era dez vezes pior do que o criminoso no momento da prisão. (SETTE CÂMARA, 1951. p.1).

O presidente do estado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, juntamente com o Conselho Penitenciário de Minas Gerais³ anuíram com a decisão de instituir e implantar a necessária reforma penitenciária e publicaram a Lei nº 968 de 11 de setembro de 1927 e cuja obra, iniciou-se em maio 1928. Somente em julho de 1936 é que a penitenciária concluiu a obra em condições de funcionamento. Esta seção relata o andamento da obra, as intercorrências e movimentos que permearam a edificação do estabelecimento e o início das suas atividades.

A segunda seção versa sobre a inauguração da PAN em 18 de julho de 1938, cuja solenidade contou com a presença de autoridades como o presidente Getúlio Vargas, Benedito Valadares, José Maria Alckmin e a imprensa nacional. A inauguração e os fatos que ocorreram com o funcionamento com os presos transferidos das cadeias públicas de outras localidades, é discutido nessa seção com a intenção de apresentar como foi realizada a organização interna da penitenciária. Ainda foram abordados os mecanismos que a gestão prisional da PAN adotou para lidar com o trabalho dos encarcerados e a perspectiva que a mesma se tornasse autossustentável para manter-se sem a ajuda do Estado.

³O Conselho Penitenciário do Estado de Minas Gerais foi instituído pelo Decreto Federal n.º 16.665 de 06/11/1924. Tem por finalidade deliberar sobre pedido de concessão de benefício de livramento condicional, indulto, graça e comutação de pena a pessoas definitivamente condenadas e recolhidas a estabelecimentos penitenciários ou a cadeias públicas. Seus membros devem ter formação em Direito ou Medicina e são nomeados pelo Governador de Estado e suas atividades são sem remuneração, mas os trabalhos dos conselheiros são considerados pela relevância social.

A terceira seção trata da atuação da Comissão Disciplinar que junto à direção da penitenciária, definia, a partir de critérios estabelecidos associados ao comportamento do interno, o percurso carcerário dentro da penitenciária. Em outras palavras, as decisões sobre os benefícios concedidos ou penalidades aplicadas ao condenado eram exercidas pela Comissão Disciplinar assim entender. Nessa seção é apresentado o esquema das carteiras coloridas que se consagraram por mais de três décadas, metodologia de controle, recompensa e punição.

A quarta seção traz o resultado da análise e consolidação dos dados extraídos pelas 263 fichas e traça o perfil social dos internos, tais como cor de pele, idade, estado civil, profissões exercidas antes da prisão e a naturalidade dos detentos admitidos na PAN. As fichas ainda permitiram fazer uma análise dos tipos de crimes cometidos pelos internos, tempo de condenação, reconhecer as atividades laborais exercidas pelos internos dentro da prisão e se os trabalhos desenvolvidos tinham correlação com a profissão declarada.

A quinta e última seção buscou compreender se o que fora proposto pela Lei nº968/1979 foi contemplada no recorte temporal escolhido na pesquisa e o levantamento das hipóteses que começaram a apresentar no fim dos anos de 1979 quanto ao perfil dos novos presos e as novas configurações que foram se apresentando dentro da penitenciária. Vale ressaltar que essa dissertação não tem a pretensão de fechar a discussão sobre a ressocialização, trabalho e disciplina na PAN entre 1936 até os dias de hoje, tendo em vista que o recorte temporal aqui demarcado já foi ultrapassado há 41 anos, pois a Penitenciária continua em funcionamento o que caberá uma nova discussão sobre as mudanças que ocorreram na PAN em mais de oito décadas de existência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Das cadeias às penitenciárias

2.1.1 Resgate histórico das prisões

Nesta seção é apresentada uma abordagem de Foucault (1987) acerca do surgimento da prisão e sua finalidade na modernidade. Segundo o autor, a principal função da prisão era a de guardar criminosos, escravos e prisioneiros de guerra à espera da aplicação da punição que, não raras às vezes, envolviam torturas físicas, suplícios corporais, degredos, trabalhos forçados, amputação de membros, penas de galés, confisco de bens e a morte.

As prisões se constituíam como espaços físicos em masmorras, torres, celas, calabouços e enxovias, geralmente adaptados em imóveis em más condições estruturais e de abrigo. As carências desses estabelecimentos eram associadas às condições indignas de sobrevivência como falta de alimentação, assistência à saúde, higiene, emprego da violência, disseminação de doenças contagiosas entre os presos, superlotação, dentre outras. A prisão se manifesta na privação de liberdade e já configurava sofrimento que antecipava ao suplício do corpo antes da execução, pois muitos internos morriam antes das execuções devido às misérias dos cárceres.

As mazelas carcerárias foram ostensivamente utilizadas até o século XVIII e início do XIX. Com o advento do Iluminismo, a prisão foi ressignificada por iluministas longe dos reinos que defendiam a humanização das penas. Foucault (1987) sinaliza que as atrocidades cometidas pelo Estado como forma de reparar o dano causado pelos criminosos, eram utilizadas como “vingança” e estratégia de intimidação para que as outras pessoas não ousassem cometer o mesmo crime.

Foucault (1987) salientava a desproporcionalidade da aplicação da pena e a utilização de penas capitais fazendo do próprio Estado, um algoz maior que o próprio condenado. À guisa de informação, é importante salientar que Foucault (1987) valeu-se de Rusche e Kirschheimer na obra “Punição e Estrutura Social”, além de descrever

as atrocidades nas prisões, perceberam como o capitalismo utilizou-se da mão de obra do encarcerado no intuito de reproduzir o capital. A obra demonstrou com clareza o uso das *workhouse* no sentido de aglomerar os internos e discipliná-los para o trabalho. A abordagem é marxista e não foi seguida por Foucault.

Neste contexto, Foucault (1987) ressalta que as execuções públicas eram verdadeiros "espetáculos" à céu aberto. As execuções penais eram anunciadas à população local que paralisavam suas atividades para ir assistir ao evento, em algum local conhecido da sociedade, normalmente em praças. Moradores fechavam seus comércios e casas, aglomerando-se em frente ao patíbulo onde iniciaria o ritual de suplícios que antecederiam a execução. Os métodos utilizados para produzir sofrimento eram o derramamento de chumbo derretido, óleo fervente, piche em chamas, cera e enxofre escaldantes sobre o corpo do condenado. Havia o açoitamento, desmembramento por tração de cavalos dos braços, marcação no rosto ou corpo com ferro em brasa, dentre outros tipos de punições. Depois do corpo já supliciado, mas ainda com vida, era feita a consagração da pena que consistia em algumas alternativas a depender do crime cometido.

Foucault (1987) sinaliza que a medida que as punições se tornavam agressivas e selvagens, o carrasco e ou os juízes passaram a serem vistos como criminosos impiedosos, fazendo com que os expectadores desenvolvessem compaixão pelo condenado e repulsa aos justiceiros do Estado que cobrava a justiça. Diante da irracionalidade das execuções penais, pensadores imbuídos do discurso e teorias advindas do Iluminismo que, voltados para a causa penal, reagiram contra o sistema e saíram em defesa de mudanças na justiça criminal. Reformadores como os juristas e filósofos Cesare Beccaria⁴, Jeremy Bentham, Servan, Bergasse, John Howard, dentre outros, promoveram transformações no sistema penal com ideais de humanização das penas, justiça, proporcionalidade do fato, contratos sociais e tipificações penais, cujos efeitos se fazem presentes na atualidade.

⁴Cesare Beccaria (1738-1794); Jeremy Bentham(1748-1832); Joseph Michel Antoine Servan (1737-1807; Nicolas Bergasse (1750-1832); John Howard (1726-1790). Para maiores detalhes, ver Bittencourt (2010).

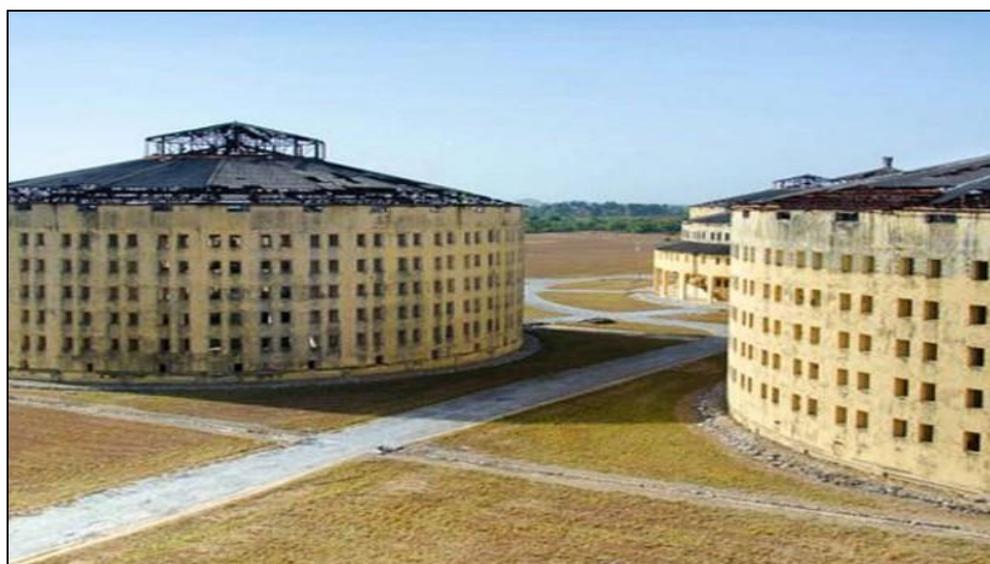
Ao pontuar sobre os principais reformadores penais, Foucault (1987) ressalta o papel do jurista italiano Cesare Beccaria (1738-1794) o qual exerceu forte influência na reformulação das penas e castigos por meio da sua obra "Dos Delitos e das penas" (1764). Beccaria foi consagrado o principal representante do Iluminismo no campo criminal e da Escola Clássica do Direito Penal. Com apenas 25 anos de idade, o jovem advogado preconizava a abolição da tortura, das penas degradantes, dos suplícios e de todas as práticas que ensejavam em crueldade. Segundo o jurista, "[...] para que toda a pena não seja uma violência de um ou de muitos contra um cidadão particular, deve ser essencialmente pública, pronta, necessária, a mais pequena possível nas circunstâncias dadas, proporcional aos delitos, fixada pelas leis" (BECCARIA, 1998, p. 163).

Assim como Beccaria (1998), o Inglês John Howard (1726-1790) advogou a favor da reforma penal. Ele conheceu as degradantes situações prisionais durante o tempo em que ficou preso em Brest, quando foi capturado por corsários franceses a caminho de Portugal em 1775. Considerando que Howard conviveu com os "horrores das prisões francesas", passou a defender fervorosamente a melhoria das condições de vida dos presos nas prisões. Foucault (1987) destaca que Howard se indignava com a crueldade acentuada nas prisões quando os "loucos" e os "idiotas" eram colocados em meio aos demais criminosos sem qualquer critério de separação, fazendo desses "pobres coitados", instrumento de cruel diversão para os outros presos. A John Howard, foi atribuído o termo "Penitenciária", pois seu legado em favor da humanização das prisões ficou registrado em sua obra *The state of prisons in England and Wales* de 1776. A partir de sua atuação favoreceu os estudos do moderno penitenciarismo no qual foi proposta a combinação do isolamento, trabalho, educação religiosa e moral e a classificação do preso de acordo com a natureza dos crimes e idade.

Foucault (1987) também aponta a contribuição de Jeremy Bentham (1748- 1832) contemporâneo de Howard que apoiava entre outros temas, a necessidade da prevenção anterior à punição dos delitos. Bentham é lembrado por idealizar um projeto arquitetônico de penitenciária que foi denominado de Panóptico. Em sua obra *The Constitutional Code* de 1830, o autor rejeitava a pena de morte, defendia a separação dos reclusos por sexo, adoção da higiene na prisão, uso de uniforme para os

presos, disponibilidade de alimentação apropriada e emprego de regime disciplinário intenso dentro no cárcere. Benthan salientava que o Modelo Panóptico proposto por ele se basearia por uma edificação de uma torre central, ligada às celas que se estendiam ao longo de todo o edifício. A construção de formato circular, permitia que com poucos guardas, fosse possível que a vigilância onipresente, criasse nos presos a sensação de que estavam sendo observados constantemente pelos funcionários e que o efeito desse método resultasse na autodisciplina. Dessa forma, a Figura 1 ilustra com clareza um exemplo de Panóptico.

Figura 1 - Panóptico



Fonte: BBC/Laura Diaz Milan⁵.

Ainda de acordo com Benthan, o Panóptico apresentava vantagens visando além da reforma moral, a preservação da saúde dos presos, indústria revigorada pelo uso da mão de obra dos mesmos por empresários, difusão da instrução, e redução dos custos do Estado com manutenção das prisões. Assim, Benthan acreditava que

⁵ GUERRERO, Natália. As ruínas da peculiar prisão cubano onde Fidel Castro foi detido. G1 Mundo. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/as-ruinas-da-peculiar-prisao-cubana-onde-fidel-castro-foi-detido.html>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

vários aspectos positivos seriam alcançados com uma intervenção arquitetônica como forma de corrigir, disciplinar e reintegrar o preso à sociedade.

Foucault (1987) salienta que as alterações que partiram do plano jurídico e arquitetônico foram significativas para a possibilidade de extinção dos processos de punição corporal. O encarceramento tornou-se a nova modalidade de punição admitida por lei, embora outras formas de penas menos violentas, tais como os trabalhos forçados ao ar livre, a própria prisão, multas e banimento ainda permanecessem.

Foucault (1987) adverte que apesar das novas tecnologias do modo de punir e o fim da pena capital na maioria dos países do mundo, outras penalidades sobre o corpo nunca deixaram de existir completamente. Dessa forma, os trabalhos forçados, privação sexual, redução alimentar, isolamento e outras formas de violência fizeram e ainda fazem parte da vida carcerária. As propostas iluministas que defendiam o cumprimento de pena mais humanizada não foram suficientes para desfazer os flagelos que ainda são utilizados para submeter o preso ao sofrimento, conforme ressaltado pelo autor: “pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, 1987, p. 20).

Foucault (1987) assevera ainda que o advento da industrialização e o desenvolvimento da produção capitalista nos séculos XVIII e XIX, uma massa de pessoas marginalizadas, expulsas do campo, foram empurradas para as cidades sem perspectivas dignas de sobrevivência, fazendo com que a vadiagem, mendicância e prostituição revelassem a extrema pobreza em que viviam. Nesse sentido, os pobres vivendo no ócio e perambulando de forma indigente pelas cidades, viraram “caso de polícia” e as medidas adotadas pelas autoridades era a de recolher essas pessoas para as casas de correção “corrigir” e de exercer em privação de liberdade, aproveitando-as em atividades de baixo custo a mão de obra barata e desqualificada.

Verificou-se, portanto, o desenvolvimento de uma verdadeira indústria produzida pelos crimes e que tinha como fundamento, o aumento do controle e da disciplina de homens, mulheres e crianças. A prisão como Instituição Total (GOFFMAN, 2001) ou como máquina coercitiva e de controle, servia adequadamente

como o intuito de “disciplinar os corpos” e suas almas não somente sob os “modelos” de prisões, mas também em toda a sociedade. Essa fábrica de trabalhadores pobres aprisionados funcionou como “estrutura” coercitiva e não deixou de produzir outros meios de controle que atingiram o campo normativo moldado pelos atores da Justiça, a cultura das comunicações os quais aproveitaram dos inúmeros casos criminais com histórias curiosas e fantásticas. Mais que isso, a prisão serviu como controle dos que não trabalhavam ou que não tinham direito à terra e a um lugar. A prisão, a despeito dos modelos surgidos, serviu muito mais como uma instituição de controle e sofrimento do que de ressocialização e reeducação. A Justiça tornou-se seletiva e o criminoso foi estereotipado de acordo com sua condição de proprietário, não proprietário, excluído e a de ator trabalhador. Falida no nascimento, a prisão como metáfora serviu para sossegar os ânimos e os instintos, sujeitando os diferentes ao controle, a dor e a uma eterna vigilância forjada pelos mecanismos produzidos pelas instituições coercitivas do Estado.

Foucault (1987) ao identificar o aumento de pessoas em privação de liberdade e os modelos de detenção penal destacando-se as de Gand, Gloucester e Walnut Street, as quais demonstraram mudanças no sistema de controle da instituição judiciária penal em plena expansão. O autor retratou a transição do modelo de pena baseada no suplício para pena privativa de liberdade como medida prioritária para cumprimento da condenação. Os principais modelos penitenciários descritos por Foucault (1987) após o século XVIII surgiram em 1790 onde foram criadas as Penitenciárias de Walnut Street, Pittsburgh e Cherry Hill que adotaram o modelo da Filadélfia dos Estados Unidos. Conhecido também como modelo Pensilvânico tinha como característica principal a “prisão celular” e o isolamento por 24 horas.

A metodologia empregada propunha fazer com que o preso - confinado em sua cela - se redimisse do seu erro pelo remorso e alcançasse o perdão pela oração. Os presos não tinham contato entre si, pois acreditava-se que o isolamento absoluto os livrariam das más influências, fazendo com que se dedicassem unicamente à leitura da Bíblia Sagrada. No entanto, esse modelo de isolamento absoluto não foi possível ser continuado devido ao aumento da população carcerária, ausência de benefícios para a sociedade pelo alto custo de manutenção das prisões e por ter sido considerado como uma modalidade de pena cruel.

Em 1821 foi inaugurada a Penitenciária de Auburn na cidade de Nova York, Estados Unidos da América, cuja proposta era a de se contrapor ao modelo Pensilvânico de isolamento total. Os princípios básicos do sistema aurburiano eram o trabalho, algum convívio social e a disciplina. Dessa feita, o trabalho em Auburn era visto como processo de regeneração do indivíduo, cuja rotina dos internos se resumia ao trabalho coletivo diurno, silêncio e recolhimento celular individual noturno. Carvalho Filho (2002) ressalta que os sistemas pensilvânico e aurburiano tinham em seu bojo, propostas de regeneração de uma “falha” na construção do caráter do réu, cujo processo se daria por meio da família, igreja, escola e comunidade. O autor ressalta que a vantagem do sistema de Auburn sobre o pensilvânico era a possibilidade de demonstrar a capacidade de adaptação do preso à rotina industrial. Os trabalhos industriais compensavam as despesas de manutenção do preso e racionalizavam a pena de prisão já que o ócio dos internos era erradicado. À medida que o número de internos foi aumentando, necessitou-se da construção de mais penitenciárias, assim o modelo aurburiano por ser oneroso, foi sendo abandonado por não conseguir manter a metodologia com maior número de presos.

Em 1853 foi criada na Austrália a penitenciária de Norfolk que redesenhou os modelos aurburiano e pensilvânico adotando a metodologia do “sistema progressivo” chamado de Mark System (*tickets of Leave*). Idealizado por Alexander Maconochie, a penitenciária de Norfolk caracterizou-se pelo emprego de marcas e pontuação por recompensa pelo comportamento do detento pela combinação de custo-benefício. Os tickets eram utilizados em casos de indisciplina/custo, cujas punições resultavam na perda dessas marcas e a ampliação do tempo de permanência na prisão. O bom comportamento resultava em vantagens/benefícios que recompensavam o interno com a progressão do fim da pena. O Sistema de Marcas de Norfolk era composto por etapas nas quais as duas primeiras eram semelhantes ao modelo pensilvânico e aurburiano (prisão celular e trabalho imposto coletivo) respectivamente, acrescido o relaxamento na terceira fase, incluindo a liberdade condicional.

Carvalho Filho (2002) salienta que o regime de Norfolk foi aperfeiçoado na Irlanda com a implantação de uma quarta fase chamada de “intermediária”. Essa etapa consistia na inclusão de uma liberdade condicional, onde os presos em trabalho

ao ar livre em estabelecimentos próprios, eram pouco vigiados e não conviviam com os rigores das instituições dos regimes fechados.

2.1.2. As prisões brasileiras

No Brasil Colonial as prisões se configuraram por punições sob a orientação do V Livro das Ordenações Filipinas que vigorou no país entre 1603 a 1830⁶. O Manual de “atrocidades” trazia as prescrições das penas a serem aplicadas aos condenados tais como mutilações nos braços, língua e mãos, queimaduras com tenazes em chamas pelo corpo, exposição pública de marido traído com chapéu com chifres, multa, galés, execução por vezes com esquartejamento e os restos mortais expostos ao público na localidade, dentre outros.

Salla (2006) salienta que as prisões brasileiras eram compostas por celas ou espaços localizados no andar térreo das câmaras municipais - abaixo da linha da rua - de forma que o preso tivesse acesso aos transeuntes que lhes forneciam esmolas, alimentos e informações. Essas celas também serviam de espaço de cautela do preso que aguardava o momento da punição. O local servia também para recolher desordeiros, vadios, escravos fugitivos e criminosos à espera de julgamento.

Um das primeiras prisões brasileiras foi o Aljube, antigo cárcere eclesiástico no Rio de Janeiro, o qual em 1808, foi cedido pela Igreja Católica à Família Real no intuito de transformá-la em prisão comum, desativada em 1821. Como o humanismo prisional foi se disseminando pelo mundo, a Corte Imperial Portuguesa seguiu as tendências e editou o Código Criminal do Império em 1830, substituindo o V Livro das Ordenações que perdurou por mais de 220 anos no país.

O Código Criminal do Império de 1830 instituiu a prisão de privação de liberdade como forma prioritária e as demais punições como banimento, degredo,

⁶O Livro V das Ordenações Filipinas foi considerado o “Código Penal” que orientou a aplicação das penalidades aos criminosos durante o Período Colonial. Foi substituído pelo Código do Império em 1830. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15ind.htm>. Acesso em: 21 jul. 2021.

desterro, multa, suspensão e perda de emprego foram mantidas. Crimes considerados graves, tais como o homicídio, latrocínio, insurreição de escravos ou assassinato de senhores, mantiveram a pena de morte na força.

Carvalho Filho (2002) comenta que o Código Criminal de 1830 implantou o trabalho obrigatório na prisão, contudo, o governo não teve condições em oferecer trabalho aos presos e, desse modo, converteu a prisão com o trabalho em prisão simples, acrescida à pena, mais um sexto do tempo da condenação.

Dessa feita, as más condições das prisões brasileiras fizeram com que a Corte determinasse a criação de “comissões” formadas por cidadãos “probos” com atribuições para fiscalizar as cadeias das províncias sobre as condições de acolhimento e humanização dos estabelecimentos penais. Em relatórios produzidos por umas dessas comissões nas cadeias paulistas entre 1829 a 1841, destacaram que as celas dos estabelecimentos visitados eram tidas como pestilentas, estreitas, infectadas e imundas. As inspeções com relatórios que desaprovaram as cadeias públicas das duas províncias resultaram em um projeto para a construção de duas casas de correção, sendo uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro. Carvalho Filho (2002) assevera que o estabelecimento dessas casas simbolizou a era da “modernidade” penitenciária no Brasil.

Ainda de acordo com Carvalho Filho (2002) a Casa de Correção da Corte no bairro de Catumbi no Rio de Janeiro em 1850 foi com o objetivo de abrigar presos condenados a trabalhos forçados e escravos livres, apreendidos após a primeira lei de proibição do tráfico de escravos em 1831. Em 1852, a província de São Paulo criou a Casa de Correção na Avenida Tiradentes no bairro do Bom Retiro com o mesmo objetivo da casa carioca. Ambas as casas contavam com as oficinas de trabalho, pátios e celas individuais com a adoção próxima do modelo penitenciário de Auburn, caracterizado pelo trabalho coletivo diurno e isolamento celular noturno.

Carvalho Filho (2002) relata que à medida que as cidades foram se desenvolvendo e aumentando a sua população a população carcerária, não conseguiam receber os novos internos, fazendo com que o Estado encaminhasse os novatos para a ilha de Fernando de Noronha que até aquela época, era um presídio destinado aos civis condenados a penas de galés, militares e moedeiros falsos.

Em 1859 o presídio de Fernando de Noronha passou a receber o excesso de presos condenados de outras localidades, enquanto não fossem criadas prisões seguras e salubres, deixando de atender somente ao perfil dos já citados. Assim, o presídio de Fernando de Noronha passa a ser a “Prisão Central do Império” por estar submetida ao Ministério da Guerra ou por comandantes militares. O presídio de Fernando de Noronha com capacidade para receber mil habitantes, chegou a possuir em média 1.678 condenados de várias cadeias do país.

Mota (2011) salienta que a ação colaboraria com o desafogamento nas prisões das províncias e uma possível resolução sobre a manutenção dos internos, pois a ilha oferecia condições para que os condenados trabalhassem e produzissem seu próprio sustento por meio da caça, pesca, lavoura e criação de animais.

Mota (2011) ressalta que os anos que se seguiram ao funcionamento, revelaram que a prisão de Fernando de Noronha era um antimodelo do ideal de disciplina carcerária. A expectativa de dar um “fôlego” ao flagelo penitenciário com a chegada de condenados para trabalhar e se recuperar, cedeu lugar à desesperança com os problemas detectados na ilha. Os desajustes eram relacionados com a mistura de criminosos com tipos de crimes distintos, compartilhando o mesmo espaço e se contaminando na sordidez. Havia condenados à morte que ali foram esquecidos e vivendo livremente, casos de mulheres casadas e conviventes com internos, problemas com alcoolismo, jogatinas, corrupção, falta de disciplina e ocorrência de homicídios dentro da prisão. Também existem registros de casos de crianças com idades entre 11 e 12 anos que se prostituíam com o consentimento dos pais e não raro, eram acometidas por sífilis.

Cabe ainda citar, o casamento entre habitantes da ilha e detentos, que serviam para fins degradantes como o fato dos maridos incentivarem suas mulheres à infidelidade para auferir lucros. Por fim, as avaliações desalentadoras foram sendo apresentadas por meio de relatórios indicando a falta de condições no processo de regeneração do preso, falta de guardas em números suficientes, instalações em más condições e falta de recursos para manutenção da prisão. A administração apresentava falhas de organização graves a ponto de os próprios presos administrarem suas companhias que se constituíam em agrupamentos de 100 a 160

internos os quais eram inspecionados pelos próprios colegas de cárcere (MOTA, 2011).

Pessoa (2014) relata que os vários problemas na manutenção da prisão na ilha de Fernando de Noronha foi decidido, a partir de relatórios expedidos durante as visitas do brigadeiro Henrique de Beaurepaire Rohan em 1862 e do Dr. Antônio Herculano de Souza Bandeira Filho em 1879 que revelaram os sérios problemas advindos do número excessivo de presos, promiscuidade entre eles e habitantes da ilha, disciplina frouxa, o baixo efetivo de guardas para vigilância e a desmoralização pública pelos mais de mil presos usufruindo de “plena liberdade” dentro da prisão, indicava o seu fim. No entanto, Mota (2011) assevera que Fernandode Noronha, apesar dos problemas, foi essencial quanto à abolição da prática da penade galés e de morte que ainda vigoravam sob o Código Criminal do Império de 1830.

O Decreto nº 226 de 3 de dezembro de 1894 deliberou pelo impedimento da entrada de novos presos na prisão da ilha de Fernando de Noronha e que a União deveria redistribuir as suas cidades de origem, os presos e familiares que ainda lá estavam. Em 31 de maio de 1897 foram retirados da ilha de Fernando de Noronha 172 presos, 19 mulheres e 34 crianças para as províncias do Ceará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, essa última prisão, não pode receber os 26 condenados por falta de acomodação. Dessa feita, as intercorrências que se abateram em Fernando de Noronha evidenciaram os problemas das casas de correção das províncias que recebiam críticas devido a superlotação e a ociosidade, reiterando que aquele modelo de prisão não ressocializava, mas entregava um delinquente mais deformado do que quando entrara na prisão.

Maia *et al.* (2009) destaca que a regulamentação e manutenção das prisões no Período Colonial era de competência dos governos provinciais. Cada qual, desenvolvia a administração de forma conveniente com seus interesses ou pressões. A autora demonstra que para inovar na causa penitenciária, as províncias precisariam custear a construção de prédios prisionais. Em todas as províncias, haviam prisões, no entanto, as literaturas destacam que as casas de São Paulo, Rio de Janeiro e Fernando de Noronha foram as que representaram maior expressividade no cenário penitenciário brasileiro.

A República instituída em 1889 veio acompanhando as mudanças sociais, as quais alcançavam as reformas penitenciárias que foram pautas recorrentes entre os políticos e autoridades da época. Carvalho Filho (2002) relata que o republicanismo tomou medidas para reduzir as dificuldades que assolavam as prisões brasileiras de modo a extinguir resquícios de penas cruéis e difundir a humanização das penas e acompanhar as tendências da penologia⁷ moderna.

O Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 11 de outubro de 1890⁸ foi promulgado pelo Decreto nº 847 e tido como o primeiro Código Penal instituído pela República, recém proclamada. As penas instituídas pelo Código de 1890 no Título V destacam em seu art.43 as principais penalidades em todo o território nacional: “a) prisão celular; b) banimento; c) reclusão; d) prisão com trabalho obrigatório; e) prisão disciplinar; f) interdição; g) suspensão e perda do emprego público, com ou sem habilitação para exercer outro; h) multa” (BRASIL, 1890).

Conforme destacado no rol das penas, foram abolidas definitivamente as penas cruéis ou infamantes como a de morte e de galés. O novo Código Penal de 1890 trouxe como novidade a estipulação do tempo de pena máxima de detenção de 30 anos de detenção celular para a maioria dos crimes, sendo obedecidas as etapas de isolamento em cela, trabalho obrigatório coletivo, recolhimento celular noturno e a prática do silêncio. Para o condenado com pena superior a seis anos, o Código Penal previa que após o cumprimento de metade do tempo da pena e por bom comportamento, o preso poderia ser transferido para alguma penitenciária agrícola. O critério de remoção para o estabelecimento agrícola dependia do bom comportamento do interno, e além disso, com dois anos para o fim da pena o interno poderia vir a adquirir a liberdade condicional.

⁷Parte da ciência penal que estuda detalhadamente as diversas escolas penais, fundada na Filosofia e Sociologia judicial, com vistas aos outros problemas filosóficos, religiosos e jurídicos referentes ao fundamento e aplicação e o efeito da pena, como meio de defesa preservação e reação da sociedade. Disponível em: <http://www.encyclopedia-juridica.com/pt/d/penalogia/penalogia.htm>. Acesso em: 20 maio 2021.

⁸ BRASIL. Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jul. 2021.

No entanto, Carvalho Filho (2002) reitera que tanto o Código Criminal de 1830 quanto o Código Penal de 1890 mantiveram a prisão celular e o trabalho obrigatório. A nova Lei Penal esbarrou com os mesmos problemas detectados no Código Criminal em 1830 quanto à falta de oportunidades de trabalho para os internos por parte do Estado. Dessa maneira, na impossibilidade de exercer atividades laborais, ao preso era acrescido um sexto da pena por não trabalhar. As leis estipulavam condições que nem mesmo o Estado conseguia cumprir e dessa maneira, penaliza o interno mais uma vez. Tendo em vista que o Estado não possuía condições de atender a demanda de oportunidades dos internos, as conversões em prisão simples aumentaram a permanência dos presos nos estabelecimentos penais, associada às novas admissões de novos internos, o que acarretou em superlotação.

Carvalho Filho (2002) ressalta que São Paulo foi um dos mais notáveis exemplos de superlotação prisional constantes nos relatórios da Comissão de Inspeção. Em um dos documentos, foi registrado que no ano de 1906, haviam 976 presos para apenas 160 vagas celulares, ou seja, cada cela em que coubesse um interno, haviam seis pessoas ocupando esse mesmo espaço. Pressionado para apresentar alguma solução como medida paliativa contra a superlotação carcerária, o Estado colocou os presos à disposição do município para prestar trabalhos de construção e conservação de estradas.

Carvalho Filho (2002) ressalta que tais medidas não resolveram o problema e que o agravamento das celas cheias nas cadeias paulistas e na Casa de Correção, fez com que o Estado decidisse criar um estabelecimento penal de maior porte para absorver parte dos presos espalhados nas cadeias paulistas e na Casa de Correção. A nova prisão paulista foi denominada de “Casa de Detenção de São Paulo”, cuja autorização ocorreu em 1911 e concluída em 1920. A obra, idealizada por Ramos de Azevedo e localizada no bairro do Carandiru, possuía capacidade para abrigar 1.200 presos.

Salla (2006) ressalta que a Casa de Detenção foi definida como “instituto de regeneração modelar” à época e foi definida como um dos grandes marcos do sistema prisional brasileiro, seguindo as tendências penitenciárias difundidas pelo mundo. A nova casa prisional contava com espaços reservados para oficinas, enfermagem, escola, disponibilidade de corpo técnico para atender aos internos, acomodações

adequadas e as devidas medidas de segurança, visando oferecer condições compatíveis para a regeneração do interno.

O autor destaca que a Casa de Detenção de São Paulo tentou se aproximar do modelo aurburiano que orientava o silêncio e a disciplina, mas em sua pesquisa, analisou os relatórios dos dirigentes que passaram pela Casa de Detenção, cujos registros designaram os internos como “mortos” que se comunicavam por sinais pouco convencionais. Apontou que os diálogos eram feitos por meio de tubos de aparelhos sanitários que se interligavam entre celas vizinhas. Dessa maneira, a pretensa adoção do silêncio que o sistema desejava era impraticável na Casa de Detenção de São Paulo. A Casa de Detenção paulistana já abrigou mais de oito mil presos e foi na época, a maior penitenciária da América Latina. Embora a proposta fosse semelhante à PAN quanto à humanização no cumprimento de pena, tornou-se uma penitenciária grande, cheias de problemas e que em outubro de 1992 foi palco de uma das maiores tragédias penitenciárias que se tem conhecimento, o “Massacre do Carandiru”. Tal fato se deu devido à intervenção da Polícia Militar de São Paulo na penitenciária, com o pretexto em debelar um motim em uma das alas da cadeia. A ação violenta ocasionou a morte de 111 presos. Em 2002, o governo paulista desativou o Carandiru.

Quanto à Casa de Correção da Corte do Rio de Janeiro, Maia *et al.* (2009) relata que assim como em São Paulo, foi criada uma casa para substituir as cadeias em más condições e possibilitar ao preso a regeneração pelo trabalho. A autora relata que a Casa tinha oficinas de trabalho com alfaiataria e sapataria e chegou a oferecer seus produtos ao Ministério da Guerra e da Marinha durante a Guerra do Paraguai. No entanto, os produtos não eram de boa qualidade e a própria gestão da Casa de Correção acabou desacreditada. A apuração dos recursos obtidos pelo trabalho no cárcere, não conseguiu manter os custos da Casa. Uma revolta de presos em 1905 expôs os sérios problemas identificados na Casa de Correção da Corte. De todo modo, ela funcionou com dificuldades até os anos de 1951. O seu fechamento deu vida às penitenciárias Professor Lemos de Brito e Milton Dias Moreira, as quais foram denominadas de “Complexo Penitenciário Frei Caneca”, desativado em 2006.

Assim, ao concluir a seção sobre o nascimento das prisões no Brasil, Carvalho Filho (2002), Salla (2006), Mota (2011) e Maia *et al.* (2009) demonstraram que ao longo do Império Colonial as questões prisionais foram muito discutidas, mas ações

mais efetivas foram tomadas no período republicano. As novas propostas penitenciárias advogadas pelo governo republicano eram semelhantes ao que Salla (2006) descreveu como pensamento no qual o criminoso, a pena e a prisão se comparam a um doente, um remédio e um hospital, respectivamente, ou em outras palavras, a criminalidade precisava de tratamento.

2.1.3 A proposta de penitenciárias em Minas Gerais

Em 1922 o Ministro da Justiça João Luiz Alves sob a presidência de Arthur Bernardes designou o jurista Lemos Brito⁹ para percorrer os estabelecimentos penais do Brasil, visava mapear e subsidiar com informações do cárcere, com o propósito de uma Reforma do Código penal. Durante dois anos, Lemos Brito realizou um minucioso estudo sobre as condições das cadeias e penitenciárias brasileiras onde constatou as terríveis situações que se encontravam as instituições penais em várias partes do país (BRITO, 1924). Seu relevante trabalho, concluído em 1924, resultou num compêndio de três volumes que serviram de base para a postulada reforma penal no Brasil. Em uma de suas reflexões, concluiu que,

No seio das prisões arruinadas o criminoso não se regenera; não existe uma classificação moral dos detidos, no intuito de salientar-lhes os caracteres, afastando-os o mais possível uns dos outros, conforme o grau de perversidade; não há, finalmente, um regime de trabalho susceptível de tornar efetivamente a pena um princípio de defesa social; pois, o criminoso habituado há muito tempo à ociosidade, ao cumprir a pena, continua a ser um elemento mais perigoso o que quando para ele se abriam as portas do cárcere. (BRITO, 1924. p. 99).

Em terras mineiras, Lemos Brito visitou algumas unidades prisionais e realizou um levantamento documental sobre a situação carcerária no estado constatando que haviam 156 estabelecimentos penais. O jurista teceu importantes comentários a

⁹ José Gabriel de Lemos Britto (1886–1963) Advogado penitenciário, político, jornalista, burocrata, dramaturgo, biógrafo, poeta e criminólogo.

respeito do funcionamento das cadeias mineiras enfatizando a prática da administração prisional, rotina das prisões, os costumes, a abordagem do cenário político sobre a problemática prisional e uma interessante estatística penitenciária no que diz respeito ao perfil dos internos. O jurista deu especial atenção às penitenciárias de Ouro Preto e Uberaba, duas unidades relevantes da época (BRITO, 1924).

Brito (1924) destacou que a mais antiga cadeia mineira era a de Vila Rica e cujos registros demonstraram que a edificação foi iniciada pelo governador Luiz da Cunha e Menezes (1783-1788) e substituído pelo Visconde Barbacena que interrompeu a obra por falta de verbas. Segundo o autor, a conclusão ocorreu somente em 1846, já rebatizada como “Cadeia de Ouro Preto”. Brito (1924) relata que a cadeia de Ouro Preto foi considerada uma das mais seguras de Minas Gerais e custodiava presos de alta periculosidade, trazidos de várias partes do estado. A cadeia de Ouro Preto, devido à sua relevância à época, foi elevada ao *status* de Penitenciária em 1907¹⁰. Na opinião do autor, a mesma não merecia tal elevação, pois não possuía as condições adequadas para se enquadrar como tal. Seria necessário ter uma política pública no intuito de promover a reabilitação do preso seguindo os preceitos penitenciários da penologia moderna:

Sendo certamente a mais vasta e segura de Minas, para ela eram remetidos os presos de importância de todos os pontos do Estado, e essa é uma das razões de maior valia que ao espírito de muitos tem trazido dúvidas acerca da propriedade do edifício. (BRITO, 1924, p. 95).

Em outro trecho de seu relatório, expõe a cadeia de Ouro Preto tal como as demais quanto às condições de aprisionamento. A seguir:

No andar inferior achavam-se as prisões lobregas, escuríssimas e frias, exalando um cheiro nauseabundo e entontecedor, com uma só porta e algumas janelas, uma fechada por grossas barras de ferro e outras muradas a pedra e cal; ali ficavam os condenados à pena de galés, e cuja guarda exigia maior vigilância. (BRITO, 1924, p. 96).

¹⁰MUSEU DA INCONFIDENCIA. Ouro Preto. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/turismo/museu-da-inconfidencia>. Acesso em: 23 maio 2021.

A penitenciária de Ouro Preto teve suas atividades encerradas com a remoção dos seus internos para a Penitenciária Agrícola de Neves em julho de 1937 e o prédio foi doado à União para a instalação do Museu da Inconfidência Mineira, em atividade até os dias atuais.

A respeito da penitenciária de Uberaba, Brito (1924) fez poucos comentários já que a mesma foi inaugurada em 1914 e contava com apenas 10 anos de existência até a visita do jurista. De acordo com o levantamento feito pelo autor, por lá passaram 223 presos, contando assim com uma média anual de 24 internos alojados simultaneamente. Brito (1924) ainda ressaltou que a penitenciária de Uberaba possuía boas instalações contando com quatro dormitórios comuns, escola, refeitório, cozinha, dispensa, gabinete do diretor e alojamento da Guarda Civil, responsáveis pela vigilância dos internos.

A penitenciária dispunha de espaços destinados ao trabalho dos presos, mas por falta instalações adequadas, os internos laboravam em suas próprias celas e, por conta própria, em manufaturas rudimentares. De acordo com Brito (1924), as penitenciárias de Ouro Preto e de Uberaba foram as únicas que ofertavam trabalhos de sapataria e marcenaria e de forma precária, destacando que a arrecadação apurada pelo trabalho dos presos, na média com 70 e 25 presos trabalhadores, respectivamente, não eram suficientes para arcar com os custos de manutenção das penitenciárias.

No âmbito das discussões políticas pelas autoridades mineiras, no fim dos anos de 1800 e início dos anos de 1900, os relatórios dos presidentes que governaram o estado de Minas Gerais (1892-1930)¹¹ demonstraram um aumento considerável da população carcerária no estado conforme demonstrado no Tabela 1.

¹¹ Mensagens do Governador de Minas Gerais para Assembléia (MG) - 1892 a 1930. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873381&pesq=grippe&pasta=ano%20191&pagfis=30>. Acesso em 12 de maio de 2021.

Tabela 1 - Distribuição do número de internos nas prisões mineiras de acordo com os anos com os dados extraídos das Mensagens dos Governadores de Minas Gerais para a Assembleia (MG) -1892 a 1930

Ano	Número de presos	Variação (Números absolutos)	Variação percentual
1892	302	-	-
1904	1.954	1.652	647%
1907	1.954	0	0%
1911	1.620	-334	-17%
1918	2.129	509	31%
1920	2.497	368	17%
1923	1.580	-917	-37%
1924	1.814	234	15%
1925	3.881	2.067	114%

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento documental.

Os cenários desenhados a partir das estatísticas dos relatórios presidenciais indicam que entre 1892 a 1925, a população carcerária mineira aumentou em 1.285%. Tal situação expressava a preocupação dos parlamentares com a expansão do número de presos, superlotando as cadeias e elevando as despesas com alimentação, saúde e vestuário e itens para os detentos. Contudo, é preciso levar em consideração que com a urbanização das cidades, trouxe novos equipamentos públicos como saneamento básico, energia elétrica, telefonia, dentre outras atividades e possibilidades de melhoria de vida que atraíram pessoas de outras localidades para a Região Metropolitana de Belo Horizonte o que foi um dos pontos relevantes no campo político e econômico. No entanto, alguns elementos favoreceram para o aumento da população carcerária, tais como o crescimento desordenado das cidades, desemprego e forte repressão policial.

Permeando a problemática prisional mineira antes da criação da PAN, Silva (2006) e Milagre Júnior (2016) discorrem sobre a proposta para a questão penal de Minas Gerais com a implantação da “Casa de Correção Bom Destino (1896-1901). Localizada no município de Sabará, foi o primeiro estabelecimento correcional criado nas imediações da Capital, projetada de forma mais organizada do que as outras prisões existentes, às quais, não ensejaram muito planejamento e sim, o improvisado. Os autores discorrem sobre a Casa de Correção Bom Destino como uma proposta de Estado na tentativa de corrigir os vadios por meio do trabalho, combatendo as más tendências criminosas, além da necessidade de atender a falta de mão de obra na lavoura, bastante escassa na época. A maioria dos marginalizados ocupavam as ruas de Belo Horizonte vivendo em ociosidade e alterando a ordem social da Capital recém-criada, tornando a vadiagem e mendicância em casos de polícia. A Casa de Detenção Bom Destino, segundo Silva (2006) e Milagre Júnior (2016), convivia com a frequente escassez de recursos e diversos problemas administrativos, os quais dificultaram sua continuidade após cinco anos de sua inauguração. Ainda que o fim da Casa Bom Destino demonstrasse desânimo quanto à causa prisional, de imediato, a busca pelo desenvolvimento do tema, não dissipou os ânimos dos parlamentares mineiros em promover uma reforma penitenciária no Estado.

Segundo Brito (1924), a situação insustentável das condições das cadeias mineiras, convenceram as autoridades estaduais, sob a presidência de Júlio Bueno Brandão, a instituírem as leis nº552 e nº567¹² de 1911 com o objetivo de tentar dar solução aos problemas de segurança pública. A Lei nº552 tratava da criação de uma penitenciária moderna com capacidade para atender aproximadamente 600 presos proporcionado a eles conforto compatível com as condições para o cumprimento de pena. O bojo da proposta da reforma penitenciária, à luz da legislação do período era abordar novamente a humanização da pena por meio do trabalho, retorno gradativo ao convívio social, reforma moral do indivíduo e redução das despesas públicas com a manutenção das prisões.

¹²BRITO, Lemos. *Os Systemas Penitenciários do Brasil*. Imprensa Oficial. Rio de Janeiro. 1924. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20419>. Acesso em: 26 jun. 2021.

Já a Lei nº567 de 1911 previa a construção de casas correccionais para menores marginalizados, não definindo seu quantitativo conforme leitura de Lemos Brito (1824). Pelo trabalho, eles poderiam ser desviados das tendências criminosas. No entanto, nos dois primeiros anos da criação das Leis 552 e 567, não houve movimentação por parte do governo estadual a ponto de pô-las em prática. Brito (1924) transcreveu a mensagem de Delfim Moreira¹³ em 1915, que ratificava a dura realidade da situação prisional de Minas Gerais e a indisponibilidade de recursos para a execução da obra.

Reconhecida a necessidade de fazer trabalhar e produzir o criminoso sentenciado, para que não represente só um peso morto sobre a sociedade honesta, o estado cogita de construir uma grande penitenciária nos arredores desta Capital. Essa obra indispensável não pôde ser executada atualmente, tendo, no entanto, o governo já adquirido os terrenos necessários para esse fim. (BRITO, 1924 p. 99).

O parlamento mineiro discutiu naquele período, as possibilidades que pudessem ser adotadas para garantir a “segurança da população” frente ao aumento da violência urbana, mas sem chegar a uma ação prática. A reiteração constante sobre os gastos com as prisões e a associação do aumento dos prisioneiros com a diminuição da criminalidade, fazia com que os políticos promovessem discursos inflamados e mensagens indignantes com justificativas para a sociedade deixando claro que “queriam, mas no momento não podiam” promover ações concretas para melhorar as condições das prisões e manter a ordem pública. A mensagem do secretário do Interior, Américo Ferreira em 1916 corroborou com as argumentações dos seus antecessores a respeito da política penal mineira.

Os próprios estaduais, que nas sedes dos municípios serve de prisão, anualmente acarretam as cofres públicos consideráveis despesas de conservação, e, com algumas exceções, não se prestam ao fim em que são empregados, porquanto ou são antigos casarões onde a manutenção da higiene encontra fortes obstáculos [...] saúde dos encarcerados, o aproveitamento de sua força muscular em indústrias com a condição social

¹³Delfim Moreira da Costa Ribeiro (1868-1920) Advogado, deputado estadual de Minas Gerais – mandato 1892 a 1902, Secretário do Interior de Minas Gerais de 1902 a 1906, deputado federal de 1909 a 1911, presidente do estado de Minas Gerais de 1914 a 1918 e presidente do Brasil 1918 a 1919.

dos mesmos, e por sobre isso, da redução das despesas decorrentes do sustento dos numerosos reclusos, meros consumidores, no regime penitenciário, de que infelizmente não nos pudemos ainda desvencilhar. (BRITO, 1924 p. 100).

As reivindicações e as reclamações sobre a necessidade de reformular as questões penitenciárias do Estado, foram perdendo fôlego até deixarem de ser mencionadas por alguns anos na Câmara dos Deputados de Minas Gerais. Os anos se passaram e as Leis nº552 e nº567 não foram levadas a efeito, configurando num “vácuo” na política prisional mineira por quase uma década.

Em maio de 1927, devido a visita do então presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada à Penitenciária de Ouro Preto, o assunto sobre a reforma prisional foi reacendido. O Incômodo do presidente ao se deparar com as condições da penitenciária ouro-pretana despertou no presidente a iniciativa de retomar o assunto. Essa situação foi descrita pelo periódico o *Observador Econômico e Financeiro*¹⁴ relatando as observações feitas durante a visita:

[...] o presidente Antônio Carlos deveria experimentar ao vivo a sensação de retrocesso colonial em que se encontrava o regime carcerário do Estado. Entre as gigantescas paredes de pedra da masmorra colonial, por entre os corredores sem luz, no pátio sem sol, os detentos emboloravam, tiritantes, com as parótides inflamadas, sob a acção do frio humido, e sem estímulos de regeneração, deprimidos, aviltados, amortalhados physica e espiritualmente. (O OBSERVADOR, 1939, p. 52).

A partir desse evento, o presidente reconheceu que aquelas penitenciárias do estado, estavam impossibilitadas em promover qualquer reabilitação aos presos em razão das más condições carcerárias. Carvalho (2015) salienta que esse episódio compactou com as recomendações do Conselho Penitenciário que defendiam ardentemente a criação imediata de uma lei que instituísse uma nova política prisional em Minas Gerais.

¹⁴ECONOMIA de uma Penitenciária. O *Observador*. 1939. p. 52. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/123021/per123021_1939_00041.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

2.2 A Penitenciária Agrícola de Neves

O novo sistema prisional mineiro caracterizou-se com a publicação da Lei nº 968¹⁵ de 11 de setembro de 1927. A referida Lei autorizou ao Estado a construção de duas penitenciárias: uma de característica agrícola nas adjacências de Belo Horizonte e outra industrial no município de Juiz de Fora sendo essa inaugurada somente no ano de 1965. A publicação da Lei e as imediatas providências tomou corpo com o início das obras em maio de 1928, mas o marco do prisional mineiro foi marcado em setembro de 1927.

A Lei nº 968 definia os critérios de admissão dos internos de ambas penitenciárias as quais deveriam formar um novo paradigma penitenciário a partir da uniformização do funcionamento das penitenciárias. Como o foco da presente pesquisa é a PAN, somente serão feitas menções a esta. Assim, o critério para admissão na PAN era que os condenados já tivessem cumprido uma quarta parte da pena, ter boa conduta carcerária nas prisões de origem e preferencialmente possuíssem experiência em atividades agrícolas. A Lei nº968 estabelecia que aos detentos fossem ministrados ensinamentos de agricultura mecânica, técnicas agrícolas, conhecimentos práticos e rudimentares de adubos, métodos e fórmulas para análise de terreno. No texto da Lei nº 968, foi mencionada a educação formal, no entanto, a mesma não especificou como e em que nível seria oferecida.

A Lei nº968 estabelecia que a renumeração do trabalho do encarcerado seria dividida em duas partes sendo uma destinada aos cofres do Estado e outra entregue ao condenado ou à sua família, também poderia ser depositada no todo ou em partes, em conformidade com o que determinasse o regulamento. Durante o levantamento documental na “Penitenciária José Maria Alkmin” não foram identificados tais

¹⁵MINAS GERAIS – Lei nº 968 de 11 de setembro de 1927. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=968&comp=&ano=1927>. Acesso em: 20 maio 2021.

regulamentos, mas foram encontrados recibos de pagamentos feitos aos internos quando estes deixavam a prisão.

A Lei nº968 preocupou-se com o trabalho, discorreu sobre a aquisição de máquinas, ferramentas agrícolas, sementes e tudo “mais que for preciso para o bom funcionamento das penitenciárias”. A gestão da penitenciária estava subordinada à nomeação do presidente do estado de Minas Gerais e, os demais funcionários, submetidos a contratação com a anuência do Secretário de Segurança e Assistência Pública ocupantes dos cargos na ocasião. A Lei nº 968 também evocava sobre o regime disciplinar e a prescrição dos processos de transferência dos condenados para as penitenciárias recém-criadas com a ciência do Ministério Público e dos juízes da execução penal das comarcas nas quais os presos já estavam cumprindo as penas.

Dessa forma, as condições almejadas dos estabelecimentos penais nos anos de 1930 foram materializadas com a Lei nº 968, em que cabe destacar que tal feito deveu-se ao legislativo mineiro e a elite de juristas, médicos e membros do Conselho Penitenciário de Minas Gerais que participaram ativamente do processo de concepção da penitenciária. Dentre os nomes mais relevantes dessa comissão estavam José Rodrigues Sette Câmara¹⁶, Alexandre de Carvalho Drummond¹⁷, Francisco Mendes Pimentel¹⁸ e Magalhães Drummond¹⁹. Esses conselheiros advogavam em favor de uma reforma penitenciária mineira e acompanharam o planejamento e a execução dos trabalhos carcerários em Minas Gerais.

O professor Francisco Mendes Pimentel, que ocupava a função de presidente do Conselho Penitenciário de Minas Gerais foi incumbido pelo presidente Antônio

¹⁶ José Rodrigues Sette Câmara (1885-1957) Advogado, criminalista, membro do Conselho penitenciário em 1929.

¹⁷ Alexandre de Carvalho Drummond (1876-1929) - médico, professor, membro do Conselho Penitenciário e Diretor do Instituto Neuropsiquiátrico.

¹⁸Francisco Mendes Pimentel (1869 - 1957) - Advogado, professor, jornalista, magistrado e político. Primeiro Reitor da Universidade de Minas Gerais (UMG) que mais tarde se transformaria em UFMG em 1927. Organizou o Conselho Penitenciário onde foi o primeiro presidente e contribuiu com o planejamento da Penitenciária Agrícola de Neves.

¹⁹ José de Magalhães Drummond (1883 – 1949) - advogado, penalista e professor no Colégio Estadual onde foi catedrático, lecionou filosofia, psicologia, literatura e história. Participou intensamente da vida política, como presidente da Câmara de Santa Bárbara, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Deputado Estadual.

Carlos, a tarefa de planejar a penitenciária que simbolizaria o marco penitenciário mineiro. A equipe constituída para a construção do empreendimento contou com a participação do engenheiro Alcides Lins²⁰, diretor de Obras para dirigir os trabalhos da construção da PAN e o engenheiro fiscal Walter Euler²¹ para superintender a obra.

O nascimento da PAN, foi motivo de grande euforia entre os defensores das reformas penais. Na leitura de Paixão (1987), esses defensores entendiam que uma penitenciária humanizada e ressocializadora estava vinculada ao processo de desmonte das prisões que mais deformavam o sentenciado do que o reintegrava à sociedade. O sistema penitenciário ideal, segundo o autor, é aquele que se preocupa com a reconstituição moral dos presos, pois esses eram vítimas dos processos sociais perversos que antes mesmo da condenação, já os incapacitava para o convívio social. Nesse sentido, a PAN era a personificação desse desejo e, de acordo com Walter Euler em um de seus manuscritos, era um “assunto palpitante²²”.

Paixão (1987) salienta que construção da nova penitenciária teve como inspiração a penitenciária suíça de Witzwill²³, criada em 1895 e em funcionamento até os dias atuais. Este estabelecimento penal concebeu a prisão associada às virtudes do trabalho ao ar livre, sem a presença ostensiva de guardas armados, muralhas, cercas com arames farpados, guaritas e torres de vigilância. Portanto, sem todo o aparato repressivo que ressaltamos no início deste trabalho. Witzwill adotou a metodologia inversa do “sistema de tranca” e confinamento em que a sociedade entende como uma prisão deva ser. Assim, ela foi organizada tendo como eixos

²⁰Alcides Lins (1891-1969) - engenheiro civil e de minas, foi prefeito da capital mineira em 1929, engenheiro fiscal do Estado de Minas Gerais, diretor do Departamento Estadual de Viação e Obras Públicas no governo do presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e auxiliou na construção da Estrada Belo Horizonte-Rio de Janeiro.

²¹ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – *Fundo Walter Euler* engenheiro (1928-1937) - Documentos pessoais. Título expedido pelo Secretário do Interior, que atribuiu ao engenheiro à função de projetar e fiscalizar os trabalhos na edificação da Penitenciária Agrícola de Neves. Belo Horizonte (MG). EW-1, Caixa, 01, doc. 04, 28/02/1931.

²² ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – *Fundo Walter Euler* – (1928-1937) Fala de Gabriel Passos publicada no jornal “Folha de Minas”, sobre Assunto Palpitante, o problema penitenciário no Estado. Belo Horizonte (MG). WE-4-doc. 05 Cx.0

²³THOELE Alexander. *Witzwill: uma penitenciária de 5 estrelas*. Swissinfo, 2009. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/witzwil--uma-penitenci%C3%A1ria-5-estrelas/>. Acesso em: 25 maio 2021.

norteadores a educação e trabalho como laborterapia para a recuperação do indivíduo.

Thoele (2009) que descreve Witzwil, salienta que o preso tem a obrigação de trabalhar de forma que o produto do seu trabalho gere recursos para sua manutenção na prisão e que a mesma seja autossustentável. A concepção da penitenciária Witzwil é a de a prisão em regime aberto que, de acordo com Carvalho (2015), são àquelas em que não há muros, medidas de segurança contra fugas, grades, fechaduras ou dispositivos de retenção do preso. A penitenciária suíça se notabilizou pelo uso do sistema de recompensas e penalidades como processo regulador da disciplina e livramento. As transgressões do regimento resultavam em punições ou débitos, tais como as perdas do direito ao trabalho, recolhimento em cela por até três meses e permanência por 23 horas de confinamento celular. Existiam os benefícios considerados acessórios e que também eram afetados a exemplo da restrição em receber visitas, dar ou receber telefonemas, enviar ou receber cartas, assistir televisão e/ou utilizar o computador. Pode-se inferir que as penalidades tinham alcance de penalidade maior sobre os internos que são mais sociáveis e mantinham algum vínculo afetivo ou familiar fora da prisão. No entanto, a depender do perfil social do interno, tais medidas não atingiam aqueles com laços familiares e sociais fragilizados segundo Thoele (2009).

Ainda sobre Witzwil, ressalta-se que a penitenciária apontava como princípio a organização administrativa, planejamento, rotina eficiente, cautela e parcimônia com situações de improvisos e experimentalismos. Além do trabalho árduo, os internos tinham atividades suplementares de esporte, lazer, educação e acompanhamento individual por especialistas no processo de reintegração social. Insta esclarecer que os internos admitidos por ela, constituíam-se daqueles que estavam mais próximos do fim do cumprimento da pena, embora existissem casos de presos que permaneceram por décadas naquele estabelecimento penal. Considerada a maior fazenda da Suíça, Witzwil possui 825 hectares e abriga em média 180 internos.

Entre as principais atividades da penitenciária europeia estavam a criação de suínos, bovinos, produção de leite, criação de cavalos, aves, seção agrícola, pomicultura, raízes, padaria e comércio. A penitenciária escoava sua produção com as

vendas em loja própria e é aberta ao público, contando com o trabalho dos presos em todas as etapas, desde a produção à comercialização.

Descrever Witzwill foi necessário para que o leitor possa compreender a inter-relação daquela penitenciária que já existia à época com a concepção que a PAN adotou. Apesar das divergências, tais como a capacidade de alojamento da PAN que superava a penitenciária suíça em três vezes, Carvalho (2015) ressalta que as diferenças entre Witzwill e a PAN é que esta última não abdicou das tecnologias e métodos coercitivos para a contenção da liberdade de seus encarcerados. Considerando a necessidade de amplo espaço para fazer uma “grande fazenda”, o Estado, apesar de possuir terras próprias, preferiu investir em um grande terreno por recomendação de Walter Euler. Em seus registros, o engenheiro acreditava que a aquisição de uma propriedade maior, possibilitaria um melhor aproveitamento da região agrícola.

De acordo com Walter Euler, era necessário um local amplo, verdejante e iluminado que pudesse dissolver o aspecto sombrio das prisões comuns, podendo no âmbito estrutural, influenciar as perspectivas restauradoras da permanência dos presos na penitenciária, expulsando a ideia da fuga. Desse modo, o local ideal era o da Fazenda das Neves, vizinha da Fazenda do Mato Grosso que foi adquirida com uma área de 925 hectares.

A PAN foi concebida alinhando-se ao modelo de Witzwill que combinava a observação "científica do preso em sólidas construções presidiárias fechadas e que as virtudes do trabalho ao ar livre, como processo de regeneração do delinquente" (PAIXÃO, 1987, p. 31). A PAN propunha um ambiente educativo visando a recuperação do homem por meio do trabalho, da disciplina e da ressocialização. Dessa feita, todas as possibilidades de regeneração do preso eram possíveis conforme as expectativas criadas durante a concepção da PAN que se consagrou como experiência penitenciária única:

[...] a PAN como uma instituição pioneira em razão do contato do preso com a natureza, favorecendo a reintegração social sem grandes choques, paulatinamente e em etapas. O interno, depois de passar pelo processo de admissão e observação, era posto em atividades laborais nos trabalhos

externos à cela, sob as vistas dos guardas e depois, iam para o serviço agrícola, nas fazendas, onde já se instaurava um processo de semiliberdade. A PAN se constituiu como uma instituição pioneira, inovadora e infundida de valores liberais e terapêuticos, resistente inclusive à rotatividade da administração. (PAIXÃO, 1987, p. 39).

Ainda de acordo com o autor, "os presos indicavam que a PAN oferecia "oportunidades" de trabalho e o "preso só não se recupera se não quiser" (PAIXÃO, 1987, p. 39). O modelo prisional instituído pela PAN procurou ser difundido nas novas unidades que foram sendo instaladas pelo estado, mas nenhuma, em qualquer tempo, carregou o mesmo simbolismo penitenciário até então.

2.2.1 Estrutura Física da PAN

Walter Euler projetou para a PAN a construção de quatro pavilhões,²⁴ inicialmente construíram dois e depois os outros dois. Os prédios contavam com 294 celas no primeiro pavilhão e cada cela possui seis metros quadrados atendendo às diretrizes do Código Penitenciário de 31 de agosto de 1933 o qual não passou de um projeto de lei, mas que foi observado no planejamento do engenheiro.

As acomodações nas celas possuíam camas de ferro, privada e uma torneira com lavatório. Um dos pavilhões era destinado aos presos da elite economicamente privilegiada e aos regenerados que se distraíam com as competições atléticas e cinematográficas no Teatro Capela. Já na parte externa, a penitenciária foi construída com um muro duplo em paralelo, tendo seis metros de altura e distanciamento entre eles de cinco metros.

²⁴ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Fundo Walter Euler engenheiro (1928-1937)*. Matéria sobre a construção da Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, revista "O Malho". Belo Horizonte. (MG). WE-4-doc. 10 Cx.01.

administrativo possuía 26 salas do mesmo tamanho e um salão de honra. Além disso, foram dispostas 12 celas de admissão e observação para presos recém-chegados, e mais 12 celas penais ou celas fortes utilizadas para o castigo. O estágio de observação era feito por um médico e um inspetor pelo prazo de três semanas e, após análise do corpo técnico, o interno era encaminhado para alguma atividade laboral no interior da penitenciária, também denominado de “trabalho interno”.

A inovação da PAN para Walter Euler eram as medidas voltadas para a saúde e a higiene. A exposição à luz solar foi pensada para a concepção de um cárcere iluminado e ventilado. Havia disponibilidade de água de boa qualidade na região e contando com um sistema de esgotamento sanitário adequado, situação pouco comum nas prisões construídas naquele período. A preocupação com a saúde do preso se constituiu com o planejamento da construção de um hospital com 24 celas e uma enfermaria com 30 leitos. O prédio de saúde possuía consultório médico, sala de assepsia, de operações, gabinete de pesquisas clínicas, farmácia, dormitórios para enfermeiros, gabinete dentário e sala de próteses.

No entanto, a inauguração do hospital ocorreu somente no dia²⁶ 4 de julho de 1948, 10 anos depois da inauguração da PAN pelo médico-chefe de Antropologia da penitenciária, Dr. Moacir Martins. O Hospital também operou como “Sanatório Penal” e Instituto de Criminologia de Neves, cuja finalidade era o tratamento de presos tuberculosos de todo o estado de Minas Gerais.

Ainda em relação à edificação da PAN, o Estado promoveu um processo licitatório por meio de concorrência pública tendo como vencedora a Construtora Carneiro e Resende e Cia. Para as moradias dos funcionários da administração, o leilão foi arrematado por Isnar Dias de Figueiredo. Walter Euler relatou que ao iniciar as obras, deparou-se com alguns problemas, tais como o transporte de materiais para a construção da penitenciária vindos de Belo Horizonte. Reclamou das más condições do caminho que ocasionava atrasos na entrega dos insumos para a obra e diante do

²⁶ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – *Fundo Walter Euler – engenheiro (1928-1937)*. Cópia de discurso pronunciado pelo médico Dr. Moacir Martins de Andrade, chefe do serviço de antropologia da Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, na solenidade de lançamento da pedra fundamental do Sanatório Penal e Instituto de Criminologia em Neves. Ribeirão das Neves (MG). WE-2.2-doc. 01 Cx.

problema, se viu obrigado a construir uma estrada para transportar o material necessário.

A PAN foi o maior projeto em construção do Estado na época, fato que gerou dívidas para os cofres públicos, levando a paralisação da obra por um ano e a dispensa de 50 trabalhadores²⁷. Menos de uma dezena de empregados foram mantidos no canteiro de obras para que a mesma não parasse de vez. Como medida paliativa, a Construtora Carneiro e Resende e Cia adiantou recursos próprios para arcar com a folha de pagamento dos poucos funcionários que ali ficaram.

Figura 3 - O andamento das obras da PAN em 1935



Fonte: Jornal O Malho, 1937.²⁸

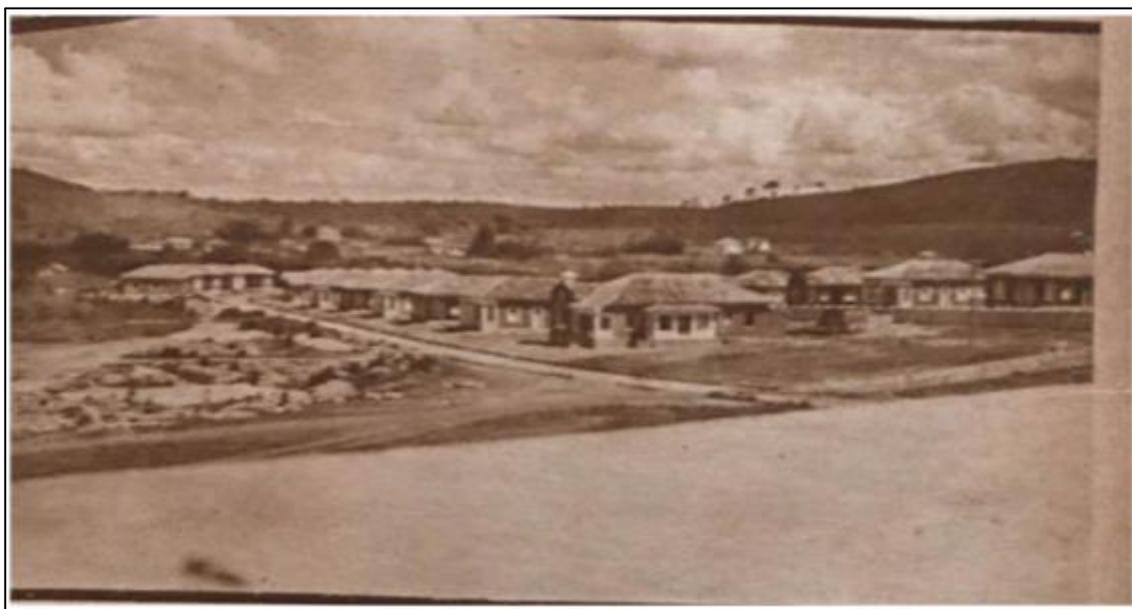
A foto apresentada na Figura 3 foi tirada por uma equipe de jornalistas ao acompanhar o andamento da obra em 1935, em que pode-se perceber que a edificação estava em fase final. Os muros duplos já tinham sido erguidos e os dois

²⁷ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – *Fundo Walter Euler (1928-1937)* produção intelectual do autor em documento relatando as dificuldades financeiras que estariam afetando o andamento das obras. WE Série 3 Subsérie 2 – Doc 89 Cx 02.

²⁸ MACAGGI, Nenê. *Rápida Visão da Penitenciária das Neves em Belo-Horizonte*. O Malho. Ed. 190. Rio de Janeiro. 21 de janeiro de 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pesq=PENITENCI%C3%81RIA%20A%20GR%C3%8DCOLA%20NEVES&pasta=ano%20193&pagfis=86797>. Acesso em: 25 jul. 2021.

grandes pavilhões e os prédios da área administrativa já estavam praticamente finalizados.

Figura 4 - Casa dos funcionários administrativos da PAN em 1937



Fonte: Jornal O Malho, 1937.

A Figura 4 retrata as casas construídas para os funcionários de cargos mais elevados da PAN. As edificações estão localizadas na entrada que antecede a portaria principal da penitenciária. Nessas residências nasceram personagens ilustres como o tricampeão mundial de futebol, Wilson Piazza²⁹ em 1943 e do cartunista Henrique Souza Filho, o Henfil em 1944.

A obra da PAN continuou lentamente por anos, mas mesmo com as intercorrências financeiras, ela foi concluída em meados de 1936 em condições de entrar em funcionamento. Existem poucos registros do que ocorreu na transição de 1936 para 1937. O primeiro interno foi recebido em 15 de julho de 1937 e posteriormente outros detentos foram transferidos da Penitenciária de Ouro Preto.

²⁹Enciclopédia Nevensense. *Penitenciária Agrícola de Neves*. Disponível em: <https://www.encyclopediaenevense.net/index.php/8-verbetes/7-penitenciaria-agricola-de-neves>. Acesso em: 23 set. 2021.

Com os sentenciados, vieram também alguns maquinários, possibilitando a instalação rápida das oficinas.

O trabalho com a mão de obra carcerária efetivamente iniciou-se em 27 de agosto de 1937. Em relatório do engenheiro Walter Euler, datado em 31 de dezembro daquele ano, a PAN já contava com 245²⁸ homens transferidos e trabalhando em atividades diversas. No mesmo documento, consta ainda que 196 estavam trabalhando em atividades produtivas não definidas. Outros 44 internos foram distribuídos em tarefas na horta, jardinagem, limpeza, construção de estradas, cercas e encascalhamento de vias. Conta que 34 presos laboravam na sapataria, 36 na alfaiataria, sete na selaria, 16 na lavanderia, 14 na carpintaria, 16 nas obras, 13 na cozinha, 9 na faxina, 2 na barbearia, 2 na padaria, 1 no gabinete dentário, outro na enfermagem e 1 fazendo trabalhos individuais.

Quanto à organização interna dos serviços, a PAN contava com uma lavanderia, padaria, cozinha, dispensa, serviços médicos e seção penal. Essa última, tinha como objetivo a manutenção da disciplina e da ordem interna da Penitenciária, sendo composta por 25 guardas dos quais, cinco eram “vigilantes centrais” e outros “simples guardas”, ou seja, àqueles que tinham a função de apenas vigiar o interno. Além deles, havia um inspetor e dois ajudantes que os substituíam nos impedimentos, como licença de saúde, faltas, dentre outras necessidades.

A função do guarda na PAN era extremamente relevante, pois demandava organização da disciplina, trabalho e no próprio processo de acompanhamento da vida carcerária do preso na PAN. Conforme analisado nos documentos que denominaremos de “fichas” que resumem a vida do preso na PAN, os guardas faziam as “comunicações” sobre as transgressões dos detentos e as transcreviam para as mesmas. A atuação dos guardas da PAN refletia na vida carcerária do interno, pois depois dos colegas de cela, os guardas eram as pessoas que conheciam com mais profundidade a conduta e ação de cada preso, conforme analisado nas fichas e na demonstração do “poder da caneta” do guarda.

Tal como o setor de segurança, o atendimento à saúde era outro ponto sensível da PAN e inspirava cuidados. Diferente das demais prisões mineiras, a PAN possuía uma estrutura para atender não somente aos seus internos, mas a população em

geral. A equipe prevista para atender ao setor de saúde era composta por dois médicos, dois farmacêuticos e quatro enfermeiros, mas a Secretaria de Interior providenciou apenas um médico, um enfermeiro e um farmacêutico. O médico contratado Dr. Mário Pinheiro³⁰ veio a falecer logo no início dos trabalhos e foi substituído pelo médico psiquiatra Dr. José Gonçalves, ex-diretor do Manicômio Judiciário de Barbacena. Mesmo com o quadro de pessoal do setor de saúde aquém do previsto, ainda sim a PAN atendia a contento todas as demandas possíveis.

Consta no relatório³¹ de Walter Euler que entre 17 de julho a 31 de dezembro de 1937, foram feitas 903 consultas, sendo 554 de presos, 76 militares, 220 funcionários e 53 forasteiros quem seriam viajantes de passagem na cidade. Os atendimentos médicos entre agosto a dezembro de daquele ano somam um total de 385 intervenções realizadas em 194 presos, 117 em militares e 74 em funcionários. As maiores queixas de saúde resultavam de enfermidades relacionadas a problemas gastrointestinais, o que mereceu atuação no tratamento da água com cloração e filtragem natural na cisterna aberta no pé da colina da Fazenda Matadouro. Ainda se atendo às questões de saúde, o farmacêutico da PAN aviou 1.333 receitas de medicamentos gerais durante esse período, no entanto, o abastecimento por parte da Secretaria era irregular obrigando o profissional a trocar medicamentos e recusar outros para evitar maiores problemas com medicação inadequada. A partir desses dados constantes em relatório, nota-se que a PAN exercia importante espaço de assistência social não somente aos presos, mas também à comunidade de Ribeirão das Neves.

O engenheiro Walter Euler ressaltou em relatório que para manter o caráter agrícola da PAN, era necessário intenso planejamento quanto à liberdade flexível do interno em atividades externas e na distribuição dos trabalhos para evitar as fugas.

³⁰ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – *Fundo Walter Euler – engenheiro – (1928-1937)* Correspondência do Secretário do Interior para Walter Euler, comunica sua designação para administração geral, o promotor Octávio Botafogo Gonçalves e os médicos Mário Pinheiro e José Gonçalves, para prestarem serviços na Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves. Belo Horizonte (MG). WE-3.2-doc.62 Cx. 02.

³¹ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – *Fundo Walter Euler – engenheiro (1928-1937)* Cópia da correspondência do engenheiro Walter Euler para o Secretário de Estado do Interior, envia balanço do que foi feito no ano de 1937, na Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves. Ribeirão das Neves (MG). WE-3.2-doc.80 Cx. 02.

Notou-se por meio das fichas alguns registros de abuso de confiança por parte dos presos, ou seja, estes, durante o trabalho externo e autorizados pela gestão prisional, evadiam. Os fugitivos, recapturados posteriormente, perdiam as “regalias” e eram punidos com algumas estratégias adotadas pela gestão, tais como o recolhimento do serviço externo para o interno, suspensão de visita à família e amigos aos domingos, dentre outras punições.

A respeito dos sentenciados, Paixão (1987) destaca que os internos eram em sua maioria, dóceis, de baixa periculosidade e criteriosamente selecionados nas cadeias de origem antes de serem removidos a penitenciária, o que favorecia uma razoável estabilidade de segurança na PAN. Conforme análise dos dados, essa observação feita pelo autor, procede parcialmente quanto à docilidade dos internos. No entanto, o aparente clima de pacificação, admirado por visitantes, juristas, autoridades, jornalistas, cientistas e estudantes que iam para conhecer a nova penitenciária, precedia de problemas disciplinares internos que foram abordados ao longo desta dissertação.

Os relatórios disponíveis demonstraram que as atividades agrícolas estavam em franco desenvolvimento e que já no ano de 1937, deu-se início às atividades industriais. As oficinas que começaram a funcionar foram três: sapataria, carpintaria e alfaiataria. Devido às dificuldades em providenciar insumos e mão de obra, as três entraram em operação em datas distintas. A primeira oficina a funcionar na PAN foi a sapataria em 23 de setembro de 1937 contando com quatro presos e um mestre contratado pela penitenciária. A produção de calçados até o dia 31 de dezembro³² daquele ano foi de 590 novos pares de sapatos e 80 consertos contratados. Ainda no fechamento do ano, a sapataria recebeu mais 30 presos para reforçar a demanda e iniciar a produção de calçados para a Força Pública Mineira.

Para compreender o que era a Força Pública, Pereira (2013) esclareceu que se constituía como uma polícia política, caracterizada por um pequeno exército estadual cuja atuação principal teria se dado na repressão às conturbações populares

³² ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – *Fundo Walter Euler – engenheiro (1928-1937)* Correspondência de Menelick de Carvalho para Walter Euler sobre prestação de contas do mês de dezembro de 1937. Belo Horizonte (MG). WE-3.2-doc.8.

e aos conflitos políticos de grandes vultos. Além da polícia mineira, a PAN produziu para o Exército Brasileiro perneiras em couro, cinturões, cartucheiras, patronas (cartucheiras), talabartes (cinturão de couro de onde se saca a arma) e botinas. Animado com a perspectiva de aumentar a produção para atender às forças de segurança, o secretário José Maria Alckimin determinou a compra de mais máquinas no Rio de Janeiro para ampliar a produção.

A segunda oficina a entrar em funcionamento na Penitenciária foi à alfaiataria em 24 de setembro de 1937. Com a desativação da penitenciária de Ouro Preto, a PAN recebeu 63 máquinas de costura da marca Singer® de diversos modelos e foram adquiridos novos equipamentos elétricos para corte. De acordo com o relatório, na data de 31 de dezembro haviam sido produzidas 355 blusas, 411 calças, 310 gorros de mescla, 18 aventais brancos para gabinete dentário e enfermeiros, 12 gorros brancos para a enfermagem, 12 máscaras e 24 guardanapos brancos para dentista.

A última oficina a ser inaugurada dentro da gestão de Walter Euler foi a responsável pela carpintaria e marcenaria com início em 2 de dezembro de 1937. Essa oficina contava com 15 homens trabalhando para abastecer com mobiliários nas repartições públicas estaduais. Além da produção, os internos trabalhavam no conserto de móveis danificados tanto dentro da PAN como em outros locais que necessitassem desses serviços. Walter Euler em relatório destacou que o uso da marcenaria da penitenciária, baixaria os custos com a aquisição de mobiliários para as repartições públicas. A título de comparação, foi gasto na produção de uma estante para a PAN o valor de 914\$560 para montar o almoxarifado. Porém, se a mesma estante fosse adquirida nas empresas Piancastelli & Filhos e Irmãos Rezende, o valor seria de 6:200\$000, ou seja, um valor bem abaixo do praticado pelo comércio.

O estabelecimento da PAN em Neves não foi inédito somente por ter uma grande capacidade de abrigar centenas de internos, mas em desenvolver o comércio agrícola e industrial na região, já que Ribeirão das Neves ainda era uma região estritamente rural. Cabe ressaltar que a PAN também foi pioneira em empregar recursos tecnológicos avançados, tais como a energia elétrica e telefonia, às quais ainda não estavam disponíveis no município. A penitenciária possuía uma Casa de Caldeira que gerava vapor para o funcionamento da lavanderia e cozinha, e um motor à Diesel para resguardar a penitenciária, caso houvesse queda de energia. A

lavanderia era um espaço relevante na penitenciária, pois exigia cuidados com a marcação dos uniformes dos presos, usados como metodologia de segurança para permitir a identificação do interno dentro e fora da instituição.

Ainda discorrendo sobre a organização interna da PAN, os serviços da padaria estavam sob a coordenação do Corpo de Bombeiros que eram auxiliados por dois presos e dois ajudantes contratados. O desempenho da panificação era considerado satisfatório, pois no mês de dezembro de 1937, foram produzidos 41.813 pães para abastecer a penitenciária e as famílias dos funcionários. No entanto, a padaria causava preocupação ao gestor, pois a demanda de trabalho lá era grande. Os internos e empregados na panificação, trabalhavam em demasia e a Secretaria de Interior não havia definido a remuneração dos detentos que prestavam serviços lá, o que gerava reclamações e questionamentos dos trabalhadores. A falta de pessoal contratado como mestres, cozinheiros e outros prestadores de serviços para orientar os trabalhos e administrar os vários setores da PAN era um problema constante para a gestão da penitenciária.

Cabe ainda considerar que não haviam funcionários suficientes para cuidar da vida carcerária do preso com funções administrativas e importantes, como controlar as fichas dos presos, coletar os dados na admissão, registrar entradas e saídas dos visitantes, acompanhar a movimentação dos internos, conferir as correspondências recebidas e enviadas dos presos aos familiares, registros de óbitos de presos, solturas, transferências para dentro e fora da penitenciária, dentre outros procedimentos. O volume de serviços da área administrativa era intenso e devido ao número reduzido de funcionários, as funções tiveram que ser redistribuídas entre a secretaria da penitenciária e a Seção Penal.

Assim, a dinâmica de trabalho dentro e fora da PAN criava novas condições de vida da população em geral, pois a cidade foi se gravitando e se transformando o entorno da penitenciária, pois muitos habitantes da cidade passaram a trabalhar na PAN. Com relação à gestão da PAN, Carvalho (2015) relata que o *status* de ocupante do cargo de diretor da PAN era por vezes mais relevante que a própria ocupação do cargo de Secretário, hierarquia imediatamente superior. José Maria Alkmin foi um caso clássico onde se demitiu do cargo de secretário de justiça para administrar a PAN. Tal novidade em gestar uma repartição da envergadura da penitenciária por vezes fez

com que os gestores recorressem aos diretores da Penitenciária de São Paulo, em funcionamento há 17 anos para auxiliar na administração da penitenciária que era uma experiência nova para a gestão pública mineira.

Os relatórios produzidos pelo engenheiro demonstram que um dos pontos na PAN que geravam mais desgastes estava na cozinha. Ele alegava que o funcionamento era irregular devido à falta de espaço para o estoque de mantimentos. A falta de alimentação para presos era motivo de preocupação constante da gestão, pois tal fato poderia gerar distúrbios como motins e rebeliões. Assim, devido aos recorrentes problemas na cozinha, chegaram a levantar a hipótese de uma possível terceirização dos serviços, contudo, segundo Walter Euler, enquanto gestor, essa opção foi descartada, pois concluiu que:

[...] se esse capital seja particular, porque resultarão extorsões e outros abusos inerentes aos serviços de abastecimento que os particulares costumam contratar com as instituições [...] se o capital para a alimentação fosse feito pelo Estado, cada cabeça fica em torno de 1\$500, quando os contratos de fornecimento de alimentação às cadeias saem em torno de 2\$000 e segundo ele, a qualidade da comida era inferior. (APM, 1938, n. p).

O engenheiro se mantinha firme na proposta da economicidade com a questão do rendimento industrial do ano de 1937 que apesar de ter sido abaixo do esperado, levou-se em conta que o atraso do término da obra interferiu na produção industrial, refletindo nos resultados inerentes ao tempo, qualidade e quantidade.

Outra queixa do administrador era a rejeição à burocratização mediante a constatação que a distância espacial entre a PAN e a Secretaria de Interior representava um obstáculo a ser ultrapassado para facilitar o desenvolvimento da penitenciária. A PAN era vislumbrada pelo administrador e pelas autoridades vinculadas a ela como uma perspectiva de uma empresa rentável que exigia a padronização dos modelos de produção. A desejável regularidade do funcionamento da indústria, forçaria os operários, no caso os condenados, a empreender mais rendimento no trabalho. O engenheiro argumentava que aos presos não cabia a ociosidade e o desperdício. O interino reconhecia que a autossuficiência da penitenciária seria demorada por limitações diversas e que ainda necessitaria da

assistência do Estado, até que a mesma atingisse a autonomia administrativa e financeira.

Com relação ao aspecto penal, a PAN “prometia ser um sucesso”, bastando que para tanto, o Estado se mantivesse interessado em acudi-la com os recursos precisos e lhe dê a ênfase para que mais tarde, colhesse os frutos em benefício da instituição e da sociedade. Walter Euler refletiu que do ponto de vista administrativo, a penitenciária requeria somente de um chefe devotado e com a autonomia necessária para que nenhum funcionário tivesse prerrogativas e estabilidade ou outras que derivem do não cumprimento do seu dever, ou em outras palavras, a gestão deveria ser totalmente independente.

Contudo, o desenvolvimento do município de Ribeirão das Neves consistiu também num aumento de pessoas que acompanhavam os parentes dos presos e iam morar nas imediações da penitenciária próximas às encostas e periferia com ocupações territoriais sem controle do Estado.

No entanto, mesmo que a princípio tudo parecera correr dentro da normalidade, quanto à gestão, alguns registros do engenheiro demonstraram problemas que foram gerando conflitos entre ele e a alta gestão da Secretaria de Interior e Justiça. Uma correspondência do Chefe do Serviço Penal, o promotor Octávio Botafogo Gonçalves datado do dia 28 de outubro de 1937³³, demonstra traços de desajustes na gestão do engenheiro. A reclamação do Promotor de Justiça é sobre a falta de orientação da produção na sapataria que resultou no erro da fabricação de 30 pares de sapatos, os quais não couberam nos presos, gerando prejuízos financeiros. O advogado solicitou a Walter Euler que tais orientações sobre os trabalhos se procedessem por escrito e não de forma oral, o que pode supor que a formalidade ainda não estava sendo utilizada na PAN, dando espaço ao improvisado.

As terras nas fazendas da penitenciária, eram consideradas perfeitas para a agricultura. Os recursos naturais ofertados faziam produzir uma quantidade satisfatória de frutas, verduras, legumes, produção de queijos, manteiga, arroz

³³ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Fundo Walter Euler (1928-1937)* Correspondência do Chefe de Seção Penal, Otávio Botafogo Gonçalves para Walter Euler, presta explicações sobre questões administrativas, da Penitenciária Ribeirão das Neves (MG). WE-3.2-doc.67 Cx. 02.

beneficiado, café, milho, farelo para alimentação dos bovinos e suínos, verduras e legumes com capacidade para abastecer toda a penitenciária e região. Em publicação de homenagem aos 75 anos da penitenciária, o *Jornal Estado de Minas* (2015)³⁴ noticiou que a mesma possuía um pomar com mais de 300 mil pés de laranja, cujo abastecimento era feito para Belo Horizonte e região.

Os internos recém-admitidos, depois de estagiarem com os serviços braçais, eram encaminhados ao serviço mecânico para se familiarizar com o uso da máquina, demonstrando que a formação para o trabalho era feita por meio da observação e domesticação do corpo conforme mencionado por Foucault (1987). Em tempos de chuvas que impediam o trabalho no campo, os internos eram chamados pelos chefes de serviços para aprender o funcionamento teórico das máquinas que operavam e orientações sobre as atividades executadas.

O ano de 1937 foi se findando e os problemas administrativos entre a Secretaria de Interior e o engenheiro Walter Euler estavam em desalinho. As evidências podem ser percebidas pela carta enviada ao secretário José Maria Alckmin em 27 de dezembro de 1937³⁵, onde o engenheiro manifesta insatisfação a respeito de uma ordem dele que foi desautorizada pelo Secretário. O assunto foi sobre a dispensa de um guarda civil que estava lhe causando problemas dentro da penitenciária e que esse, deveria ser desligado e forçado a liberar uma das casas do entorno para ceder a outro funcionário:

Acabo de receber um rádio do Dr. Carlos Prates, transmitindo-me uma vossa ordem, o qual muito me surpreendeu porque sei que o vosso natural é avesso às atitudes de violência e a estima em que vos tenho vem em parte desse conhecimento. Refiro-me aos termos do citado despacho em que me enviais uma ordem terminante para manter em Neves o guarda civil Francisco de Oliveira Machado, a quem dei um prazo de quatro meses para se afastar do serviço depois de ter sido autorizado por vós mesmo a removê-lo daqui pelo vosso despacho 2.146 de 31 e agosto de 1931. Esse guarda, como então tive ensejo de vos explicar, é incapaz de cumprir convenientemente seus deveres e

³⁴ JORNAL ESTADO DE MINAS. Ribeirão das Neves já teve presídio modelo. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/16/interna_gerais,839731/ribeirao-das-neves-ja-teve-presidio-modelo.shtml. Acesso em: 22 jul. 2021.

³⁵ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Fundo Walter Euler (1928-1937)* Correspondência trocada entre o engenheiro Walter Euler e o Secretário José Maria Alckmin, sobre a manutenção Francisco de Oliveira Machado, na Penitenciária relata fatos e atitudes tomadas em relação ao comportamento do funcionário. WE-3.2-doc. 73 Cx. 02.

isso eu posso provar com testemunhos escritos de seus chefes imediatos e companheiros. O fato de ser ele um velho é que me impediu de dar imediata solução à autorização despedi-lo [...] que tenho a promessa do Sr. Machado de que ele deixaria a casa em dezembro prometi-a ao Mestre da Carpintaria e eis que vosso telegrama ao Carlos Prates anula essa promessa ferindo em cheio a minha autoridade. Sim, pois, puderdes aproveitar aí, comissionado em servente ou contínuo, atendereis ao mesmo tempo ao coração e à conveniência pública; ao passo que conservá-lo aqui equivalerá a despedir-me pois a tanto chegará o desprestígio em que resulta vosso ato. (APM, 1937, n. p).

Por esta carta, nota-se que o engenheiro reagiu no intuito de manutenção da sua autoridade junto a PAN. Não se sabe ao certo se as divergências entre o engenheiro e José Maria Alckmin foram resolvidas, mas em 4 de janeiro de 1938³⁶, Walter Euler solicitou sua substituição. No dia 18 de janeiro de 1938, o Secretário comunicou a Walter Euler o aceite de seu desligamento da administração e fiscalização da penitenciária e lhe ofereceu outro projeto na administração pública a qual, oportunamente aproveitaria a capacidade técnica do engenheiro.

Walter Euler anuiu com o comunicado e se desligou da penitenciária, recebendo em sua saída, várias homenagens de funcionários e dos detentos pelos serviços prestados em quase uma década de dedicação à PAN. Ainda que desvinculado da penitenciária, o antigo superintendente acompanhou todas as notícias e informações que envolviam a mesma por meio de fotografias, notícias e artigos. O engenheiro demonstrou descontentamento em um de seus registros quando reclamou ao Dr. Vilas Boas sobre uma publicação na *Revista Manchete* de primeiro de agosto de 1970³⁷, na qual não concordou com a posição de José Maria Alckmin ao atribuir para si, o projeto e a execução da obra da PAN, não mencionando o seu trabalho e do professor Mendes Pimentel.

³⁶ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Fundo Walter Euler (1928-1937)* Correspondência de Walter Euler para José Maria Alckmin, solicita sua substituição na direção da Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves. Ribeirão das Neves (MG) WE-3.2-doc.74 Cx. 02.

³⁷ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Fundo Walter Euler (1928-1937)* Carta de Walter Euler, para Dr. Vilas Boas, critica a atitude do Sr. José Maria Alckmin de atribuir para si o título de criador da Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, em detrimento de Walter Euler e Mendes Pimentel. Belo Horizonte. (MG). WE-3.2-doc.88 Cx. 02.

Mediante ao que foi relatado nesta seção, foi possível vislumbrar como ocorreu a concepção e a construção da PAN por meio do olhar de seu projetista entre o ano de 1928 até sua morte, em 1975. Infere-se pelo tempo e pelo que foi exposto no capítulo sobre a atuação do engenheiro Walter Euler que de fato e não de direito, o mesmo foi o primeiro dirigente da Penitenciária Agrícola de Neves.

Finalmente, esta seção foi dedicada a apresentar ao leitor como era o sistema penitenciário mineiro no fim do século XIX, os discursos sobre os gastos com as prisões mineiras, a superlotação carcerária, o vácuo sobre a questão prisional mineira nas três primeiras décadas do século XX, as atividades políticas, o lançamento da PAN, as intercorrências na sua concepção e construção, conclusão da obra e por fim, o início das suas atividades em 1938.

Em meio ao percurso dessa pesquisa, não foram encontradas literaturas disponíveis que ensejassem a participação de Walter Euler como autor relevante da obra da PAN. No entanto, é importante trazer luz sobre o que foi relatado nessa pesquisa com o objetivo de demonstrar, por meio de seus escritos, que o engenheiro Walter Euler foi um grande protagonista na história da criação da PAN bem como sua contribuição técnica na redefinição do sistema prisional mineiro.

2.3 Da esperada “inauguração” ao funcionamento da PAN

A Penitenciária Agrícola de Neves foi oficialmente inaugurada em 18 de julho de 1938. A tão esperada solenidade contou com a presença do governador Benedito Valadares, José Maria Alckmin - então diretor da penitenciária - o presidente da república Getúlio Vargas e outras autoridades. No discurso inaugural proferido por José Maria Alckmin, percebe-se a proposta inovadora de execução penal humanitária da PAN. Ele argumenta que:

Uma construção ainda em início – assim a encontrou o preclaro Governador Valadares, que deliberará dar o problema penitenciário em Minas Gerais uma solução compatível com nosso grau de cultura e civilização, fazendo da instituição penal não só uma prisão como tantas prisões, mas uma casa de

educação e trabalho. Tratava-se assim, de objetivar, ainda uma vez, os resultados das especulações teóricas, sobre a delinquência, assunto a que vinham dedicando, de longa data, juristas e sociólogos de todas as nações. (ALKMIM, 1938, p. 10).³⁸

A inauguração da PAN consolidou a superação dos obstáculos mencionados por Walter Euler na primeira seção ao longo dos nove anos da construção ao empreendimento. Nesse caminho, a vida dentro da PAN se seguia pelas admissões conforme o prescrito no Código Penal dos Estados Unidos do Brasil que vigorou de 1890³⁹ a 1940⁴⁰. Ressalta-se que o primeiro Código Penal em seu art. 48 indica que as penas deveriam ser cumpridas em penitenciárias agrícolas o que não foi mencionado na renovação penal em 1940. Assim, o Código Penal de 1940, vigente até hoje, estabelece que o sentenciado fica sujeito ao trabalho renumerado, não indicando que tipo de prisão deva ser como no Código Penal de 1890.

O jornal *Lavoura e Commercio* de 1 de outubro de 1956⁴¹, sintetiza a trajetória da PAN na contribuição quanto ao processo de ressocialização com a adoção das “medidas inovadoras de cumprimento da pena”. A penitenciária tudo fez para que houvesse a “cura” do interno para a liberdade de forma mais célere. A penitenciária, segundo a nota, foi marcada por uma assistência efetiva aos egressos com o auxílio do Conselho Penitenciário que promovia a concessão do livramento condicional. A notícia destacou em números aproximados que desde 1937 até 1956, a PAN admitiu 5.000 internos, destes, mais de 2.200 saíram com o livramento condicional, 1.400 cumpriram integralmente a pena estabelecida, ou seja, não conseguiram alcançar a progressão da pena e outros 147 fugiram. Ao deixar a penitenciária, pelo fim da pena, o ex-presos recebia um pecúlio, fruto do seu trabalho juntamente com um bilhete de

³⁸ ALKMIN, José Maria. *Discurso proferido no ato de inauguração da Penitenciária de Neves em 18/07/1938*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1938. P. 18.

³⁹ BRASIL. Decreto 1851 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.

⁴⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 20 jun. de 2021.

⁴¹ JARDIM, Georges de C. Neves, a penitenciária revolução! *Lavoura e Commercio*. Edição 14173 Uberaba. P. 2. 1 de outubro de 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&pesq=%22PENITENCI%C3%81RIA%20AGR%C3%8DCOLA%20NEVES%22&pasta=ano%20195&pagfis=13407>. Acesso em: 21 maio 2021.

transporte rodoviário para retorno à cidade de origem, quando não morava nas proximidades da PAN ou de Belo Horizonte.

As intencionalidades quanto a “cura” do criminoso pela gestão da PAN provocou no governo de Minas Gerais a inovação trazer para trabalhar na penitenciária o psicanalista austríaco Dr. Karl Weissmann em 1953. Santos e Mandelbaum (2019) analisaram em seu trabalho os movimentos do psicanalista com noções da psicanálise no campo da criminologia dentro da PAN. O psicanalista morou nas imediações de Ribeirão das Neves e seu trabalho na penitenciária versou sob as bases da psicanálise com pesquisas que relacionassem os sonhos dos internos e os elementos sobre a personalidade criminosa.

Os fundamentos de seu trabalho na penitenciária visavam recuperar os presos pela fala e escuta, cujas pesquisas fez com que o especialista identificasse que haviam mais homens pacatos que perigosos na PAN, o que pode referendar a ideia de seletividade explanada por Paixão (1987) sobre o perfil do preso para a admissão. Dr. Karl Weissmann obteve grande reconhecimento por seu trabalho pela associação que fez da articulação entre psicanálise e criminologia ministrando aulas em faculdades de Direito de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza. O psicanalista trabalhou na Penitenciária de Neves até o ano de 1959 quando se mudou para o Rio de Janeiro para atuar como psicanalista particular.

A PAN e seus técnicos trabalharam com todas as possibilidades que pudessem adiantar o progresso e a “reforma moral do criminoso”. O bojo das intencionalidades visava o livramento condicional o qual associado às condições adequadas no cumprimento de pena que valida a tese defendida à época que:

[...] todos os trabalhos de homens habilitados e bem-intencionados em devolver à sociedade um elemento útil e com a dolorosa experiência de que realmente o crime não compensa. Ao meio social cumpre a tarefa humanitária e educacional, compreender os problemas psicológicos e as necessidades de quem acaba de reconquistar o direito à liberdade, e tudo fazer para que no meio da coletividade não sinta o ex-convicta vontade ou necessidade de retornar a Penitenciária. (LAVOURA E COMMERCIO, 1956, p. 2).⁴²

⁴² JARDIM. Georges da C. Neves, a penitenciária revolução! *Lavoura e Comercio*. Ed. 14173. Uberaba. 1 de outubro de 1956. Disponível em:

Carvalho (2015) analisa o apelo que José Maria Alkmin fez em favor do trabalho e sobre a representação da PAN no processo de reabilitação do preso. Tal ponto era significativo, pois se relacionava com a nova estrutura política e administrativa nacional que supervalorizava o trabalho. Se pautando pela tônica laboral, a administração penitenciária lançou mão de instrumentos para validar suas ações que alicerçavam o projeto disciplina, trabalho e ressocialização.

Paixão (1985) aponta que o diretor da PAN tinha poderes quase discricionários, o que dava a ele autonomia para ditar a cartilha da organização e o funcionamento da PAN com o acompanhamento tímido das autoridades judiciárias como os juízes, promotores, delegados e da equipe de especialistas que faziam parte do corpo técnico da penitenciária. Para esmaecer o poder que os diretores da PAN possuíam, havia uma Comissão Disciplinar (CD) composta por ele, obviamente, o médico psiquiatra, capelão, assistente social, advogado, inspetor de segurança e inspetor do trabalho para orientar sobre o desenvolvimento e itinerário da população carcerária da penitenciária. De acordo com o *Jornal Lavoura e Comercio* (1956), os diretores da penitenciária possuíam tanto prestígio que despachavam semanalmente com o governador do Estado como se secretários, fossem.

A nota do jornal ressaltou que a PAN tinha em seu regime, o estado de confiança no homem em que pudesse inspirar. Assim, haviam 800 presos vigiados por apenas 42 guardas que trabalhavam em turmas de 24, mas o guarda ficava sozinho com 20 ou 25 presos sob sua custódia. A penitenciária tinha um administrador para cada 90 condenados, um administrador com três núcleos e um subnúcleo, este último coordenado por um interno. Os núcleos não estavam dentro da penitenciária, mas em locais do cultivo da lavoura distantes entre 75 e 130 quilômetros da sede. Àquele período, houve grande ensejo na produção de mandioca e arroz, cujo cultivo era praticado em todos os núcleos, ou seja, em todas as fazendas e nos arredores da penitenciária. A produção inicial foi de 1.209 sacas em 1940 e a projeção para a

próxima colheita era de 3.000 unidades. Além da mandioca, o milho também era muito consumido na unidade prisional e o excedente era vendido para Belo Horizonte.

O Jornal ainda registrou que a penitenciária foi organizada em dois setores: um industrial e outro, agrícola. O industrial conforme destacado, era composto pela sapataria, alfaiataria, marcenaria, etc. subdivididas em uma área de aprendizagem profissional e outra de confecção dos produtos. Os trabalhos administrativos, em tese, deveriam ser executados por empregados mantidos pela renda industrial da PAN ou pagos pelos cofres do Estado. No entanto, a notícia era de que os internos com aptidão moral, avaliados no gabinete psicotécnico e aprovados pela gestão, poderiam ser aproveitados em atividades sensíveis como a tesouraria, em que havia um preso datilógrafo e outro responsável pelo caixa financeiro da PAN. As atividades agrícolas se alicerçavam na produção de policultura, horticultura, pomicultura e floricultura.

Como a equipe de jornalistas do jornal *Lavoura e Comercio*⁴³ por uma semana e com o que viram, publicaram uma série de reportagens seguidas, cujo título da reportagem era: “Neves, a penitenciária revolução! ”. A publicação que mais pareceu um relatório, apresentou dados sobre as despesas que a PAN dispensava aos seus internos de forma que responde em parte a uma das maiores queixas das autoridades estaduais nos séculos XIX e XX no que diz respeito sobre os custos de manutenção das prisões. De acordo com a matéria, os gastos pelos cofres públicos com saúde, alimentação, medicamento e vestuário dos internos, pois a penitenciária era “quase autossuficiente”. A expectativa da PAN era investir em ações preventivas de saúde do interno, oferecendo alimentação de boa qualidade e atendimentos médicos rápidos para que as enfermidades não se agravassem.

Com relação à remuneração do interno, o preso recebia seu pagamento pelos serviços prestados e cuja renda, era dividida em duas partes. Uma parte ia para um pecúlio com rendimento anual de 6% e sua retirada só era possível quando o preso era liberado ou aos condenados que tinham famílias ou dependentes. Havia uma

⁴³ JARDIM. Georges C. Neves, penitenciária revolução! *Lavoura e Comercio*. Ed, 4169. Uberaba. 25 de setembro de 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&pesq=%22PENITENCI%C3%81RIA%20AGR%C3%8DCOLA%20NEVES%22&pasta=ano%20195&pagfis=13373>. Acesso em: 23 jul. 2021.

Caixa Assistencial gerida pela PAN, cuja função era guardar os rendimentos dos internos e socorrer aos presos pobres em caso de necessidade. A questão relativa à renumeração dos internos também foi utilizada como estratégia para coibir a fuga de presos. O plano era frustrar uma possibilidade de fuga do preso, causando prejuízo econômico com a perda do pecúlio já amealhado e como forma de punição e eliminar essas tentativas de evasão. Aqueles que eventualmente fugiam, mesmo que recapturados, perdiam o saldo do depósito, sendo este convertido em favor da Caixa Assistencial.

O jornal destaca que a PAN fazia atendimentos de pedidos dos internos como se fosse um centro de compras em que o condenado, fazia pedidos ou encomendas para si ou para familiares, cujas despesas eram descontadas do seu pagamento depositado na Caixa Assistencial. A PAN atendia o requerente com produtos que eram produzidos na penitenciária ou por encomendas na Capital. Os artigos mais encomendados pelo preso eram cigarros, fósforos, cadernetas, lápis, canetas, camisas, óculos *Ray-ban* e tudo o que fosse lícito e possível de ser atendido que na maioria das vezes, chegavam às mãos dos condenados.

O jornal mencionou por vezes a existência de uma comunidade denominada “Vila do Sapé”, composta por 65 casas toscas, que alguns presos viviam com suas famílias (Figura 5). A convivência desses presos, seus familiares, funcionários da PAN e a comunidade era harmônica. Ainda de acordo com a matéria, constata-se que mais de um terço da população carcerária da PAN laborava fora da Sede, inferindo-se que a vida na PAN promovia a liberdade de locomoção do interno. A maioria dos condenados podiam circular pela cidade, receber visitas no jardim da penitenciária e prestar serviços à comunidade de modo que o modelo das prisões com presos em cela, não passassem de uma lembrança ultrapassada.

Figura 5 - Condenado morando com esposa e filha na Vila do Sapê



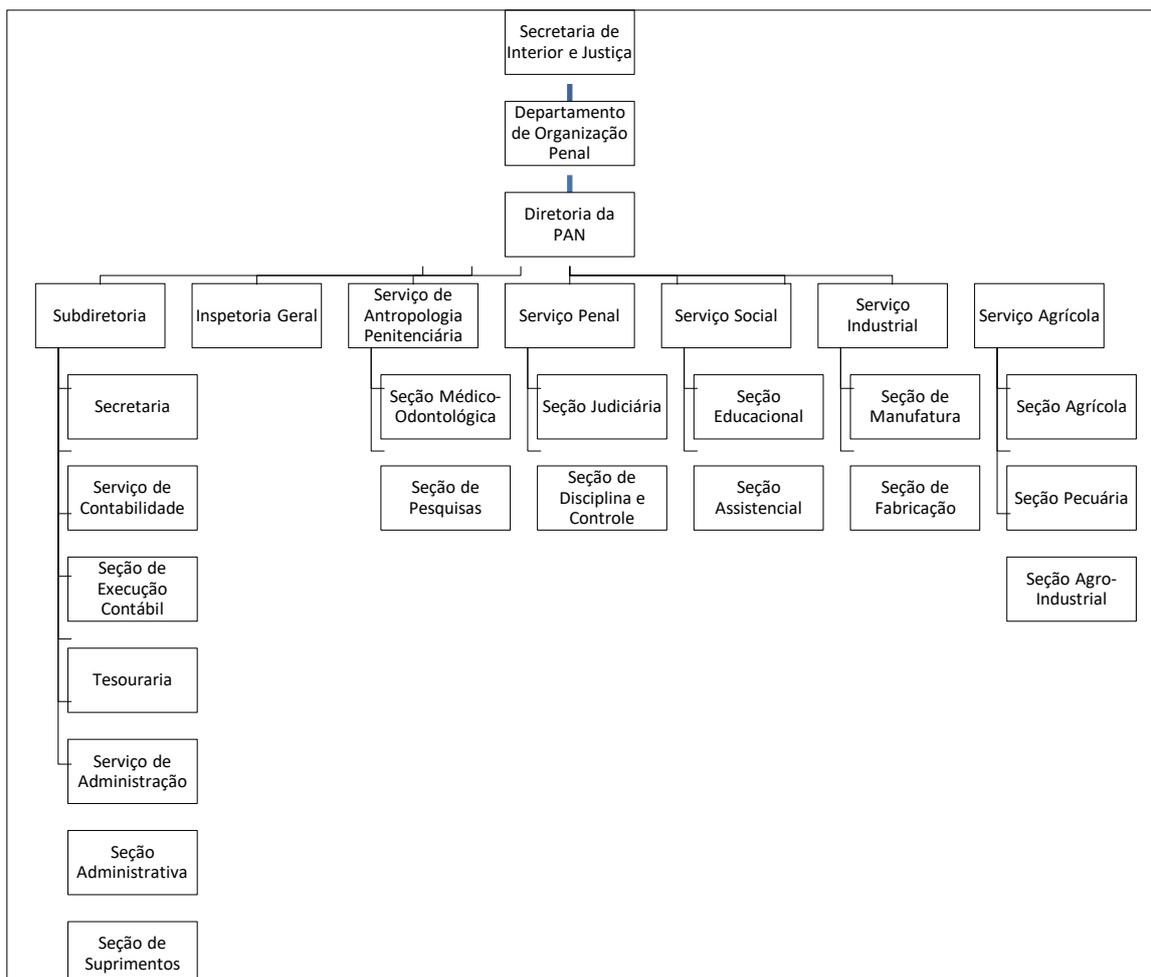
Foto: O Cruzeiro, 1972.

Paixão (1987) salienta que as ideologias de recuperação dos internos alocavam decisões cruciais sobre a implantação das penas por equipes multiprofissionais. Médicos diagnosticavam a saúde física dos presos, psiquiatras atestavam a sanidade mental, oferta de acompanhamento psicológico, as assistentes sociais que desempenhavam estratégias de preparação do sentenciado para o retorno social e os advogados que atuavam na análise jurídica. Essa equipe multifacetada atendia as

perspectivas positivas no percurso carcerário do interno dentro da PAN. Paixão (1985) destaca que a gestão da PAN detinha poderes quase discricionários, que definiam o destino carcerário dos internos sob a liderança da gestão prisional. De acordo com o autor a gestão da PAN, a mesma era dotada de autonomia que "... a ação do juiz de execução é nula (...) o verdadeiro juiz da execução das penas é o Diretor da Penitenciária, que, aliás, age nesse caráter com o critério de um juiz e com o conhecimento de causa que o juiz não tem." (CARNEIRO, 1985, p. 100 *apud* PAIXÃO, 1987).

Para que toda a decisão não ficasse nas mãos dos diretores, o autor revela que nos fins dos anos de 1960 foi criada a CD, já mencionada anteriormente, composta pelo médico psiquiatra, capelão, assistente social, advogado, inspetor de segurança e inspetor do trabalho. Foi constatada durante a pesquisa que a Comissão Disciplinar já atuava há uma década desde os fins dos anos de 1950, no entanto a Lei nº4616 de 10 de outubro de 1967 veio como uma forma de formalizar a Comissão Disciplinar e organizar a estrutura organizacional da PAN conforme diagrama representado na Figura 6.

Figura 6 - Estrutura Organizacional da PAN



Fonte: Elaborado pela autora com base no Decreto nº4616/1967.

A PAN era subordinada à Secretaria de Interior e Justiça e ao Departamento de Organização Penal. Em seguida, o diretor da PAN era a autoridade máxima nas dependências da penitenciária. Vinculado a ele, havia a subdiretoria, Inspetoria Geral, Serviço de Antropologia Penitenciária, Serviço Social, Serviço Industrial e Serviço Agrícola e as subdivisões pertinentes a cada Serviço, haviam seções específicas demonstradas na Figura 6.

Paixão (1985), asseverava que a atuação dessa Comissão Disciplinar com a Direção da PAN, em favor de condenados notórios pela criminalidade, minava a autoridade do guarda, pois os mesmos eram contrários ao regime progressivo ou pelo excesso de benefícios concedidos aos mesmos.

2.3.1 A vida do encarcerado na PAN

Tudo tinha início com a transferência do preso para a PAN, seguindo as orientações legais previstas na Lei nº968 e as práticas de admissão já mencionadas. A Comissão Disciplinar tinha como objetivo acompanhar a conduta carcerária dos internos da admissão até a saída. Todos os movimentos laborais dos internos estavam sob a análise dessa Comissão Disciplinar.

Em outras palavras, o percurso carcerário dentro da PAN iniciava-se com a admissão do sentenciado em etapas que começavam com o isolamento celular sem contato com os demais condenados durante um período não superior a três meses. O interno passava por uma consulta para verificar o estado de saúde e depois encaminhado para o pavilhão de acordo com a avaliação realizada. Recolhidos às celas, só poderiam sair até a segunda ordem para fazer suas refeições e tomar banho de sol.

Dessa forma, foi-se moldando a rotina da penitenciária descrita em uma reportagem no Jornal *O Diário* em 19 de janeiro de 1969⁴⁴. De acordo com a matéria, o dia do preso iniciava-se às 05:00 horas e após a primeira refeição, iam para seus postos de trabalho que poderiam ser dentro ou fora da Sede da Penitenciária. As 10:00 horas era a pausa do almoço e retomavam aos trabalhos as 11:00 horas. O “expediente” se encerrava às 16:00 horas e o jantar era servido às 17:00 horas. Até as 20:00 horas, os internos podiam ler, escrever, ouvir música de um megafone nas dependências da PAN, e após um sinal sonoro, se recolhiam às celas para dormir.

Nos fins de semana, os presos sem sanções penais ou de punidos com recolhimento em cela, participavam de recreação com partidas de futebol em disputas amistosas com agremiações da Capital e cidades vizinhas. As outras atividades de

⁴⁴ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – *Fundo Walter Euler (1928-1937)* Matéria sobre o cotidiano na Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, jornal “O Diário”. Belo Horizonte. (MG). WE-4-doc. 18 Cx.01.

lazer na PAN eram: atividades na quadra de basquete, festejos no salão com shows ao vivo, exibição de filmes, assistir televisão, orar na capela ou simplesmente ouvir música.

Essa combinação de liberdade excessiva aos internos e alguns fatos identificados constatados pelas fichas, demonstram que essa confiança, apresentava por vezes certos riscos para a segurança e funcionamento da PAN de modo geral. A convivência com a família e o lazer, imprescindíveis para o processo de ressocialização, às vezes incorriam em casos de violência entre companheiros de celas, moradores da vila e que culminavam até em assassinatos dentro das oficinas e na lavoura.

Neste sentido, cabe citar os seguintes casos identificados na análise documental. O interno 2.750 foragiu em 1948 quando saiu para jogar futebol no campo externo e veio a ser recapturado em Belo Horizonte em setembro de 1949. O preso 3.203 no ano de 1947, foi punido com 10 dias de cela forte por ter se comportado de modo “inconveniente”, não se soube o motivo, além de ter furtado 1.500 metros de corda e por fim, foi registrado em sua ficha que era um sujeito “extremamente sem vergonha” de acordo com a Comissão Disciplinar. O preso 4.272 no ano de 1954, foi recolhido para trabalhar no serviço interno da penitenciária como forma de punição por haver se atracado com o seu colega 4.258 e ainda ter agredido a esposa desse último na Vila do Sapê. Esse caso revela que a PAN punia o interno com alterações no seu posto de trabalho e sanções quando haviam conflitos fora da sede da penitenciária.

Esses três casos evidenciam algumas conturbações que a PAN lidava com relação à problemas disciplinares com seus internos que culminavam em punições cobradas longe dos olhares externos à rotina da penitenciária que tanto exaltavam a aparente normalidade e tranquilidade da PAN.

2.3.2. As fichas individuais

O percurso carcerário do preso era retratado em fichas, tais documento, foram essenciais para a construção dessa pesquisa e ela se constituiu como um resumo da vida do encarcerado quando ingressava na PAN. Nessa ficha eram registrados os dados pessoais dos internos: nome completo ou apelidos, estado civil, idade, naturalidade, profissão, tempo de condenação, data da primeira prisão, comarca de origem e crime cometido. No rodapé do documento, há um espaço destinado a "observações", sobre o preso, como por exemplo a data da concessão das carteiras adquiridas, rebaixadas ou perdidas. Eram anotadas as cores à qual o preso fazia jus no momento. Havia registros de negação de classificação pela Comissão Disciplinar, registros de punições, faltas cometidas, fugas, recapturas, transgressões, livramentos condicionais, soltura, óbito, conflitos, penalidades e observações feitas por delegados, carcereiros e promotores de justiça sobre o perfil do condenado.

A matrícula à qual identificamos o interno dentro da penitenciária, hoje denominada de Infopen⁴⁵ constitui-se por números seriados, atribuídos ao interno, suprimindo seu nome para fins identificação prisional. De acordo com Clemmer *apud* Thompson (1980) essa despersonalização é um dos efeitos da prisionalização, cuja característica revela-se pela desorganização da identidade do detento durante o processo de adaptação no cárcere. O autor salienta as várias alterações comportamentais do interno e do corpo de profissionais que trabalham em prisões. Quando admitido no sistema prisional, o sentenciado se ajusta a novos comportamentos, próprios das prisões às quais resultam em variantes como: adoção compulsória de posição inferior, linguagem própria, alteração alimentar, uniformes de identificação, tipos de trabalhos disponíveis, adequação na forma de descanso e nos processos de identificação com a supressão do nome por números e/ou apelidos.

A ficha contém informações essenciais quanto à naturalidade, tipos de crimes cometidos fora da prisão, mas também as transgressões cometidas dentro da PAN e

⁴⁵O Infopen é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro. O sistema, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional.

acrescidas aos documentos. Esses crimes davam início a novos processos que depois de concluídos, poderiam alterar o tempo de pena a ser cumprida. Um exemplo é o do interno 7.628 que em 11 de agosto de 1976 foi punido pela CD com 20 dias de cela e rebaixamento da carteira verde por ter se desentendido com o seu colega 7.868 tendo este o ameaçado de morte.

Ainda em análise sobre as fichas, seguia-se a matrícula que representava a data de ingresso na PAN com a indicação do direito ao livramento condicional ou a data fim do cumprimento da pena. Posteriormente era preenchida a cor de pele do interno e em seguida a profissão indicada no momento da prisão, não sendo possível afirmar se as informações prestadas pelos internos eram possíveis de serem comprovadas. Além das informações de características sociais e penais do interno, a ficha registrava a movimentação do interno nos postos de trabalho dentro da PAN.

Figura 7 - Ficha de admissão do condenado

PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE NEVES	
NOME _____	N.º 6924
COMARCA <u>Lajinha</u>	CRIME <u>homicídio</u>
PENA <u>14 anos de reclusão</u>	MATRÍCULA <u>27 / 11/ 64</u>
CONDICIONAL <u>19 / 10/ 97</u>	TÉRMINO <u>20 / 10/ 97</u>
PROFISSÃO <u>lavrador</u>	ESTADO CIVIL <u>solteiro</u>
IDADE <u>24 anos</u>	NATALIDADE <u>Lajinha</u>
PRISAO: <u>19 / 10 / 963</u>	<u>14-3-67 ROSA</u>
<u>16.6165</u> <u>mareld</u>	OBSERVAÇÕES
<u>20=12=65 Verde</u>	
<p><u>Em 6/9/66, por decisão da C.D. foi punido com advertência, considerando que o mesmo revêdou agressão em sua defesa e tendo exemplar conduta, quando foi agredido pelo seu colega 7227, que lhe aplicou uma trincheta da no braço.</u></p>	
<p>Modulo 47 A - 5000 - 7-62</p>	



Fonte: Arquivo da Penitenciária José Maria Alckmim.

atribuíam notas para serem encaminhadas para a Comissão Disciplinar. Caso o interno conseguisse alcançar os critérios comportamentais estabelecidos, poderiam ascender à carteira imediatamente superior com o acréscimo desses benefícios. Os critérios definidos e sujeitos à pontuação eram: cuidados com a higiene pessoal, limpeza da cela, cuidado com o material de trabalho, o comportamento interpessoal com colegas e funcionários e a produtividade no trabalho. As carteiras coloridas e sua hierarquia na concessão de benefícios eram nas cores amarela, verde, rosa e azul respectivamente. Desse modo, os critérios para a aquisição das carteiras faziam com que o interno dependesse de prazo, conduta e relacionamento entre chefias e colegas e pontuadas conforme estabelecido no Quadro 1, além de ilustrar cada tipo de carteira nas Figuras 9, 10 e 11:

Quadro 1 - Critérios para ascensão da carteira

Pontuação	Cor	Critérios	Tempo para alcançar a ascensão da carteira
1	Amarela	Trabalho interno e recreio aos domingos sob a vigilância de quatro guardas	Seis meses em observação pela CD Boa conduta disciplinar.
1	Verde	Benefícios de recreio aos domingos e autorização para trabalho fora da penitenciária.	Seis meses como portador da carteira amarela e avaliação do CD Boa conduta disciplinar.
3	Rosa	Benefícios de recreio aos domingos, trabalho externo e permissão para visitar amigos e familiares aos domingos.	Seis meses como portador da carteira Verde e avaliação do CD Boa conduta disciplinar
4	Azul	Benefícios de lazer aos domingos, trabalho permitido fora da penitenciária, visitas aos amigos e familiares aos domingos, viagem para visitar residentes nas cidades de origem sem escolta familiares ou passar os finais de semana caso seja nas proximidades da penitenciária.	Seis meses como portador da carteira rosa e avaliação pelo CD. Boa conduta disciplinar

Fonte: Adaptado da reportagem do Jornal o Diário de 19 de janeiro de 1959.⁴⁷

⁴⁷ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – *Fundo Walter Euler (1928-1937)* Matéria sobre o cotidiano na Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, jornal “O Diário”. Belo Horizonte. (MG). WE-4-doc. 18 Cx.01.

Figura 9 - Imagem original de uma carteira amarela



Fonte: Arquivo Penitenciária José Maria Alckmim.

Figura 10 - Carteira verde de um interno



Fonte: Arquivo Penitenciária José Maria Alckmim.

Figura 11 - Imagem de uma carteira rosa



Fonte: Arquivo Penitenciaría José Maria Alckmim.

Os critérios de ascensão das carteiras imediatamente superiores eram mensurados considerando os aspectos laborais e educacionais de acordo com uma avaliação localizada em um prontuário de um interno, disposto da seguinte maneira apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 - Critérios para a concessão das carteiras para os presos usufruir dos benefícios

Critérios do Setor de Trabalho	Critérios do setor educacional, esportivas e de lazer
Dedicção: 02 Quantidade: 02 Qualidade: 02 Assiduidade: 04 Cuidados com os materiais de trabalho: 02 Disciplina: 04 Relacionamento geral: 02 Higiene pessoal: 02	Dedicção: 02 Assiduidade: 02 Disciplina: 04 Relacionamento geral: 02 Higiene pessoal: 02

Fonte: Adaptado de um prontuário localizada da pasta completa de um interno.

As pontuações eram registradas em formulário próprio e fazia composição do prontuário do condenado. Os formulários eram preenchidos pelos chefes do Setor de

Trabalho e do Setor Educacional. Quando preenchidos e pontuados pelas chefias mencionadas, sendo o caso em que o interno não obtivesse na soma o mínimo de 15 pontos, não se tornava apto para receber seu pedido de classificação encaminhado para a Comissão Disciplinar, impedindo a apreciação. Os conceitos possuíam a seguinte pontuação: regular (1 ponto); bom (2 pontos); ótimo (4 pontos); insuficiente (0 pontos).

Em análise ao quadro exposto, é possível levantar algumas hipóteses sobre esses critérios de análise pelas chefias dos internos e posteriormente encaminhadas à Comissão Disciplinar. O chefe de trabalho atribuía uma nota de até dois pontos pelos critérios para o interno em casos de dedicação do condenado à tarefa a ele conferida, quantidade em relação à produção industrial ou agrícola; qualidade sobre o acabamento ou conclusão de um serviço prestado por ele; assiduidade e pontualidade no trabalho indicado; cuidado com o material de trabalho, combate ao desperdício, dano ou extravio; disciplina e atendimento às ordens dos mestres e atendimento às orientações. O relacionamento geral diz respeito à relação com colegas de oficinas, guardas, corpo técnico, direção, colegas de cela, funcionários administrativos e operacionais da penitenciária e até pelos moradores da região. Por fim, verificava-se se o interno tinha cuidados com o corpo, a saúde dos dentes, asseio dos uniformes, higiene dos equipamentos de trabalho e na cela.

Após a análise dos critérios, passíveis de serem subjetivos, feitos pelos chefes de trabalho e educação, os relatórios eram encaminhados à CD a qual decidia se manteria o interno com a mesma carteira ou se o mesmo poderia ascender à próxima. Foram observados nas fichas analisadas que alguns internos foram avaliados seis ou sete vezes sem ascender à nenhuma carteira ou que seus pedidos de classificação foram negados pela CD, pois os internos não atingiam a pontuação mínima de 15 pontos. Na análise das fichas, foi verificado que houve períodos em que os registros eram marcados de forma contínua, em especial nas décadas de 1950 e 1960. No entanto, dos 263 prontuários avaliados, 115 não possuíam informações a respeito da obtenção de algumas das carteiras.

Desse modo, esse instrumento de controle e disciplina, tinha início na admissão do interno o qual era atribuído uma carteira na cor branca que representava seu estágio de observação ou colocado a algum trabalho interno, não logrando nenhum

benefício descrito no Quadro 1. Obedecido os critérios mencionados no Quadro 2 do detento, era concedida uma carteira de cor amarela à qual permitia ao condenado participar do recreio aos domingos. Quanto aos trabalhos destinados aos portadores da carteira amarela, as atividades mais direcionadas eram na sapataria, padaria, faxina, selaria, olaria, alfaiataria, tipografia, serviços administrativos, fábricas de colchões, vassouras, móveis, brinquedos, tamancos, vimes e cerâmicas.

Seguindo os critérios estabelecidos e analisados pela CD após o estágio na carteira amarela e seguindo às orientações do Quadro 1, considerado apto, o preso ascendia à carteira verde que lhe permitia realizar atividades externas à penitenciária durante o dia e passar a noite em cela, mantendo o direito ao descanso e lazer dominical.

Após o prazo legal definido no Quadro 1, nos mesmos protocolos da carteira verde, era concedida a carteira rosa, mantendo os benefícios já alcançados das carteiras anteriores, sendo acrescido o direito à visita familiar ou de amigos aos domingos sem escolta de guardas. E por último, consagração do bom comportamento carcerário era a concessão da carteira azul prometia as mesmas garantias anteriores, mas permitia visitas aos familiares residentes no interior do estado, sem escolta. Àqueles presos, cuja família residisse nas proximidades da penitenciária, podiam passar o fim de semana juntos, devendo o condenado retornar à penitenciária na segunda-feira.

O sistema de carteiras persistiu por décadas que de acordo com o levantamento documental, já existia desde o início dos anos de 1940 até os anos de 1970. Nota-se pelas fichas que as carteiras eram a tônica do controle da disciplina e do trabalho do encarcerado tornando-se forte instrumento de manutenção da ordem na penitenciária. As carteiras poderiam promover ou atrasar o progresso no cumprimento da pena, permitindo a concessão de benefícios e recompensas, mas também de punição por transgressão de alguma norma ou comportamento considerado inadequado pela CD ou da Gestão Prisional.

O termo “rebaixamento” ou “perda” da carteira foi registrado em diversas fichas que culminaram em punição do interno. Comportamentos considerados indesejáveis e passíveis de punição consistiam em furto de um par de sapatos, a quebra de um

cabo de vassoura, a reclamação contra a comida, os estados de embriaguez dos internos, as práticas de jogos de azar na penitenciária, as atitudes de “pederastia”, as brigas em partidas de futebol, o desacato contra o guarda, as fugas, a recusa ao trabalho, a perda de objetos, a posse de material ilícito e outras transgressões. Essas irregularidades praticadas pelos presos e registradas com frequência nas fichas, eram constantemente vinculadas às perdas ou rebaixamento de carteiras e a possível punição em prisão em cela própria ou escura por até 60 dias.

Vejamos como exemplo o caso do condenado 7.245 que em 25 de março de 1968 teve a sua carteira verde cassada e ele foi punido por cinco dias de cela forte (castigo) devido a um desentendimento com o colega 7.266 em razão de uma aposta de futebol em que ambos chegaram a trocar pescoções (*sic*). Assim, o interno 7.245 voltou à condição inicial, portando a carteira branca que representa a anulação dos benefícios concedidos anteriormente e reinício do seu percurso carcerário. Para reavê-las, poderia levar anos a depender do próprio comportamento do preso e da apreciação da CD.

Vale ressaltar que a perda da carteira e as destinações para as celas fortes (castigo, isolamento) ou cela fraca (própria cela) para cumprimento de sanção, não eram os únicos meios de fazer com que o interno sofresse a consequência da sua indisciplina. Outro meio bastante utilizado era a movimentação no posto de trabalho por meio de remoção para funções menos atraentes e internas da PAN onde havia maior vigilância.

Um caso que serve de demonstração é a do interno 7.225. Esse condenado de 25 anos, tecelão e portador da carteira verde, prestava serviço numa repartição pública denominada de DAM, localizada em Belo Horizonte. O mesmo foi punido com recolhimento para o serviço interno na PAN por não ter sido encontrado em seu posto de trabalho no horário do expediente como consta em sua ficha. Nesse sentido, o interno foi “penalizado” com o retorno às atividades dentro da PAN onde ele passou a exercer funções na cozinha e foi rebaixado da carteira verde para a amarela. Como salientado, a carteira amarela permite apenas a recreação aos domingos dentro da penitenciária.

Pode-se inferir que a transferência entre postos de trabalho como o caso narrado, representa a perda de algum *status* a despeito do tipo de trabalho executado. O trabalho manual dentro da penitenciária tal como em outras atividades laborais no mundo livre, era visto com menos valia do que as atividades dos internos que trabalhavam no campo ou fora da Sede. Paixão (1987) ressalta que os presos da PAN eram selecionados nas cadeias antes de serem encaminhados para a ela. Alguns internos, possuíam notações em suas fichas, cujas referências positivas eram de promotores de justiça, carcereiro e escrivão, no entanto, esse fato pouco alterava a rotina quanto à concessão desses benefícios pela análise da gestão prisional.

Vejamos a condição do interno 7.247 condenado por homicídio e com pena de 10 anos a cumprir cuja ficha constava que “contém atestados de boa conduta carcerária fornecida pelos senhores carcereiro e escrivão”, no entanto, o mesmo interno não progrediu com carteiras que concedessem benefícios vantajosos, o que pode levantar a hipótese da discricionariedade e subjetividade na avaliação do interno de forma que ele poderia ou não, receber benefícios mais atraentes ou carteiras elevadas.

Ao contrário da positividade dos presos de bom comportamento atestado por autoridades, haviam os casos daqueles com reiteradas notações de transgressões e má conduta prisional. Depois das aplicações de sanções em resposta à quebra de alguma norma e identificadas como infrutíferas, esses internos “voluntariosos” eram transferidos para o Depósito de Presos⁴⁷ em Belo Horizonte ou para o Manicômio Judiciário de Barbacena. Foram constatados que os internos com sérios problemas disciplinares e àqueles que se recusavam a trabalhar, eram declarados inaptos para o regime penitenciário da PAN.

Uma ficha do interno 5.568, condenado a cinco anos pelo crime de furto, possui diversas “infrações” que culminaram nas seguintes punições: a primeira ocorreu em 19 de abril de 1960 por ele ter agredido seu colega 5.400 o que lhe custou recolhimento de 15 dias em cela. Depois, em 13 de setembro de 1961, o mesmo foi penalizado com cinco dias de cela forte por ter saído do refeitório sem a autorização do guarda. Em 18 de janeiro de 1962, o preso desobedeceu a ordem do guarda das iniciais A.P.M que o proibiu de passar pelo portão da frente da penitenciária e sua pena

foi a de recolhimento em cela própria e, posteriormente foi transferido para o Manicômio Judiciário de Barbacena.

Os problemas quanto à disciplina dos internos dentro da PAN foram reforçadas pela matéria do jornal *O Diário* em 16 de outubro de 1959⁴⁸, relatando sobre os sérios problemas que estavam ocorrendo dentro da penitenciária, sendo um dos indícios de que a aparente tranquilidade da penitenciária não passava de uma imagem construída de forma enviesada. A nota intitulada de “Onde sobram problemas e presos” relatou que em 23 anos de existência, a PAN já vivenciava uma superlotação carcerária e tratava a situação como um problema insolúvel. Até a época da publicação, foram registradas a passagem de oito diretores e mais de seis mil detentos. A matéria considerou que a rotatividade de gestores prisionais era um problema que comprometia o funcionamento da penitenciária e tal preocupação, já havia sido revelada por Walter Euler à época da inauguração.

Quanto à gestão da PAN, foi possível identificar as seguintes autoridades em fontes distintas, não podendo concluir se todos os gestores foram devidamente listados. Nesse sentido, o projeto teve início com o seu primeiro gestor nomeado José Maria Alckmin (1938-1943), Expedito Perdigão (1943-1945), Francisco Floriano de Paula (1945 a 1949), desembargador Ivã Andrade de Moraes (1949-1950), Alberto Teixeira Santos Filho (1950 -1956), Cel. Lauro Pires de Carvalho (1956-1959), Major Valter Viana (1959), Itamar de Barros (1965), Jesus Trindade Barreto (1965-1966), Agenor de Senna (1966), General Osmar Soares Dutra e o subdiretor General Elzébio Cunha Mendes (1967-1968), delegado José de Alencar Rogedo (1970-1972), Mauro da Silva Gouveia (1972-1973), Jason Soares Albergaria (1973-1976), Vital José Soriano de Souza (1977-1978), Francisco Gouvêa (1978), Cel. Idálio de Oliveira Alves (1978-1979), Joaquim Cabral Neto (1979), Geraldo Lara Resende (1979), Desembargador Agostinho de Oliveira Junior (S/D) e o Cel. BM Celso Sérgio Ferreira (S/D).

⁴⁸ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – *Fundo Walter Euler (1928-1937)* Matéria sobre problemas na Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, jornal “O Diário”. Belo Horizonte. (MG). WE-4-doc. 17 Cx.01.

Foi observado pela análise documental que a questão mais acompanhada a respeito do trabalho do preso, esteve sob o comando do General Osmar Soares Dutra que assinou a maioria das movimentações de trabalho dos internos quando esteve na gestão penitenciária. Chama a atenção que as gestões iniciais da PAN eram compostas por autoridades, principalmente militares e às quais, tiveram autonomia e longevidade na administração. Mas o fato é que a gestão da PAN atraía a elite administrativa do Estado.

Além do comentário sobre os gestores e das críticas dirigidas à PAN, a nota ainda trouxe uma pequena estatística da rotatividade dos presos da penitenciária até aquele ano de 1959 sendo que no total de admitidos somam 5.189 presos, dos quais 2.546 saíram em livramento condicional, outros 1.652 detentos livres por extinção da pena, 490 removidos, 190 fugitivos e 144 faleceram. Percebe-se que a PAN funcionava num sistema dinâmico onde a rotatividade de internos revelam que muitos não se adaptaram ao modelo. Essa movimentação de detentos exigia também um adestramento laboral rápido e constante por parte da gestão para a adaptação desses internos à nova realidade prisional.

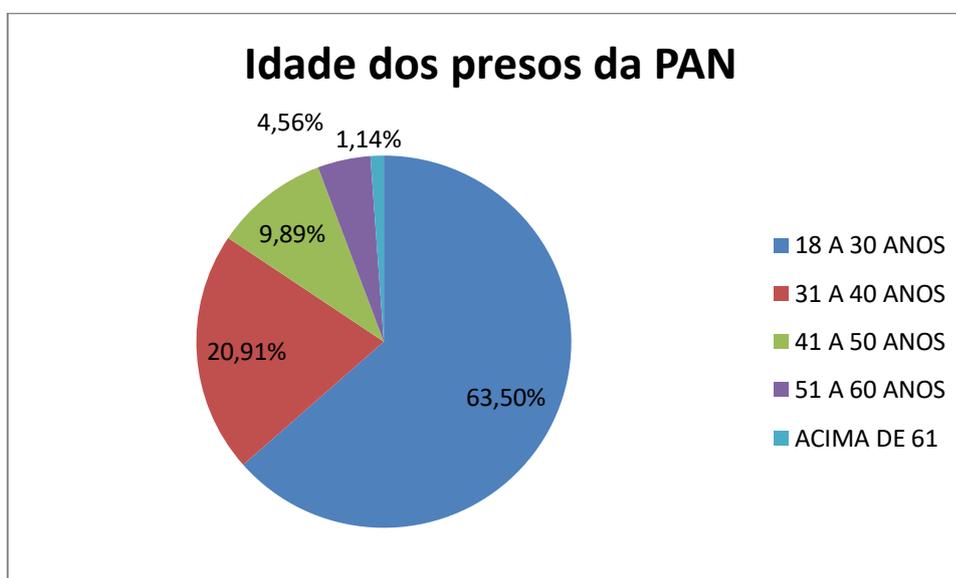
Assim, cabe considerar que educação formal não foi abordada nesta pesquisa tendo em vista que essa informação não consta nas fichas analisadas. No entanto, a título de informação, o Jornal *Lavoura e Commercio* (1956) noticiou que a instrução dos presos da PAN naquele ano de 1956, é de que havia uma escola com professores habilitados e contratados pela renda própria da instituição e outros docentes, pagos pelo Caixa do Estado. Na estatística educacional produzida pelo jornal foram identificados que dos 711 internos naquele ano, 229 eram analfabetos, 434 alfabetizados, 107 com instrução primária, um com instrução secundária e nenhum com ensino superior.

2.4 Perfil dos presos da PAN

2.4.1 Faixa etária

A análise das fichas revelou que a população carcerária brasileira era majoritariamente jovem dentro do período estudado. Identificou-se que 63,5% dos internos eram jovens entre 18 a 30 anos de idade. Os presos na faixa etária entre 31 a 40 anos correspondem a 20,91% dos internos, os encarcerados com idades entre 41 a 50 anos constam 9,89% e os presos entre 51 a 60 anos eram 4,56%. Os internos com idade superior a 61 anos foram de 1,14%, tais dados podem ser melhor visualizados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição da faixa etária dos detentos da PAN



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento documental.

Consoante com o Gráfico 1, foi observado que a maior parte dos presos encaminhados para a PAN eram jovens. Uma das possibilidades é em razão da **higidez** física e capacidade para realizar tarefas mais pesadas da lavoura e serem passíveis de serem readaptados. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a expectativa de vida dos homens nos anos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980 era de 45,5; 48; 52,2; 57,6 e 62,5, respectivamente (IBGE, 2019)⁴⁹.

⁴⁹ TÁBUA completa de mortalidade para o Brasil 2019. *Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:

Importante ressaltar a situação dos internos com idade mais avançada, até sexagenários não deixa claro como os mesmos eram aproveitados na penitenciária devido à sua condição física. O interno com a idade mais avançada identificada na ficha diz respeito ao preso 4.239 que contava à época com 65 anos e deu entrada na PAN em 05 de junho 1953 por crime de homicídio.

De acordo com o Gráfico 1, das 263 fichas analisadas, 37 pertenciam aos internos com idades superiores a 40 anos e que 25 desses eram lavradores, três operários, um ferroviário, um comerciante, um comerciante, um carpinteiro, um sapateiro, um soldador, um industriário, um pedreiro e um cozinheiro. Não se sabe que tipo de atividade esses internos laboravam dentro da PAN, pois das 37 fichas analisadas, 17 não possuíam qualquer indicação sobre qual trabalho era executado por eles na penitenciária. Dessa maneira, a opção foi utilizar poucas amostragens, o uso pelo critério cor das carteiras registradas nas fichas que podem dar uma ideia da dinâmica de trabalho dos **mais** presos mais idosos da PAN, pois o modelo não comportava ociosidade.

Sabe-se que quatro encarcerados obtiveram somente a carteira amarela, ou seja, só atuavam em atividades internas. Das poucas fichas que continham algum dado relativo ao trabalho, constam que alguns internos trabalharam na pomicultura, jardinagem, faxina e fábrica de vassouras. Cinco tiveram acesso às carteiras amarelas e verdes o que reforça a hipótese que esses internos com idades mais avançadas, tiveram trabalhos externos.

Ainda ressaltando a faixa etária, O jornal *Lavoura e Commercio* (1956)⁵⁰, realizou uma estatística sobre tais informações naquele ano, que compactuaram com os levantamentos feitos por esta pesquisa. Em 1956, haviam 711 internos sendo que

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/65c3023462edaabf0d7318c1a0f80ca4.pdf. Acesso em: 07 jun. 2021.

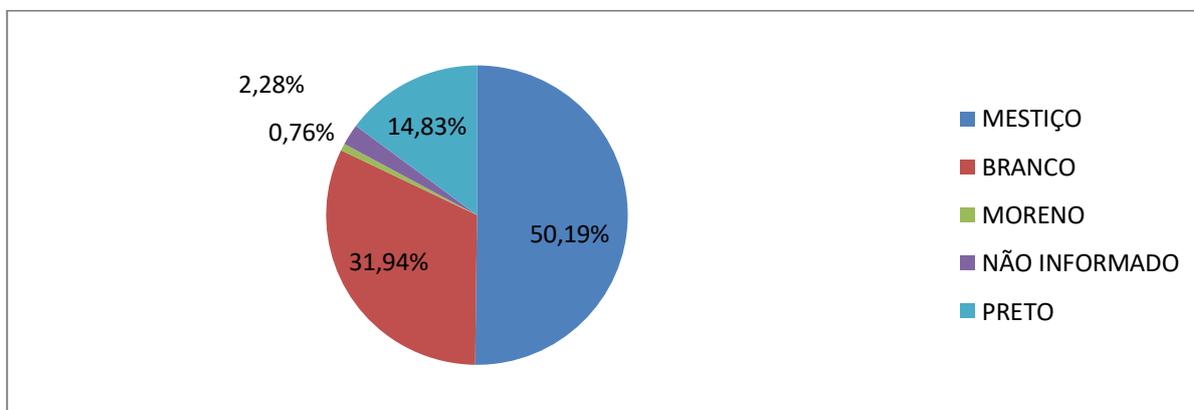
⁵⁰ JARDIM, Georges de C. Neves! *Penitenciária revolução*. Lavoura e Commercio. Edição 14165. Uberaba, 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&pesq=%22PENITENCI%C3%81RIA%20AGR%C3%8DCOLA%20NEVES%22&pasta=ano%20195&pagfis=13345>. Acesso em: 21 maio 2021.

476 presos tinham idades entre 18 e 30 anos, 179 internos de 30 a 40 anos e 116 com mais de 40 anos. Pelas análises realizadas pelo jornal, ratifica-se que a PAN custodiava internos mais jovens.

2.4.2 Cores, raças e etnias

Quanto à identificação pela cor de pele do interno da PAN durante o período pesquisado, constatou-se que 50,19% dos internos eram compostos de homens identificados como mestiços, 31,94% apontados como brancos, 14,83% constituídos por pretos e 3,04% informados como morenos, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Cor



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento documental.

O (IBGE) (2013) ressalta que há cinco grupos catalogados de cor e raça definidos, sendo eles: pretos, brancos, pardo, amarelos e indígenas. A designação da cor preta diz respeito às pessoas de ascendência africana e identificadas pela cor da sua pele. A designação de parda é em razão da mistura de progenitores de cores diferentes podendo ser brancos com negros, indígenas com negros e índios com brancos.

Ainda segundo o IBGE (2013), os primeiros recenseamentos sobre as características raciais datam do ano de 1876 sob o seguinte argumento:

[...] embasava-se na influência exercida pelas teorias e doutrinas raciais europeias da época nos intelectuais do país e se expressava numa preocupação sistemática com a origem multirracial do povo brasileiro, percebida como fonte de contradições sociais e obstáculo à construção de uma identidade nacional. (IBGE, 2013, p. 13).

Nesse sentido, houve uma contribuição sob a concepção de 'raça', pois era um atributo político e numa identificação corporal a partir de uma variável visível. No século XX começaram os movimentos para erradicar o termo raça num discurso científico hierarquizante e inferiorizante ainda que há resistência em vencer tais renitências. Assim o documento do IBGE (2013) salienta que:

Dessa maneira, a noção de raça ainda permeia o conjunto de relações sociais, atravessa práticas e crenças e determina o lugar e o status de indivíduos e grupos na sociedade. Nesse sentido, a pessoa pode ser identificada, classificada, hierarquizada, priorizada ou subalternizada a partir de uma cor/raça/etnia ou origem a ela atribuída por quem a observa. (IBGE, 2013, p. 17).

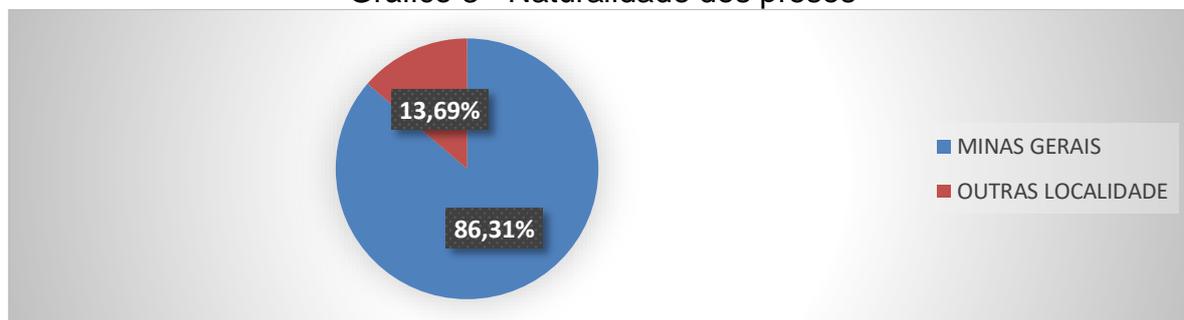
Baseando-se ainda no relatório, o termo "cor" no Censo Demográfico de 1940, período que se encontra dentro do recorte temporal dessa pesquisa, aceitavam-se identificações à classificação racial os termos de branco, preto, amarelo e a designação mestiça não foi abordada, entretanto, era utilizada com frequência nas fichas. Os Censos Demográficos de 1950 e 1960 voltaram com o grupo pardo à categorização de cor, mas não foram mencionados nos documentos da PAN. Desse modo, a questão cor informada nas fichas não seguia um padrão, pois mestiços e morenos foram usados com frequência nos registros de admissão, podendo-se inferir que a classificação em relação a cor do interno era feita por uma avaliação visual do encarregado do serviço de admissão e a questão depois da condenação não tinha efeito, dado que a ideia era trabalhar.

O jornal *Lavoura e Commercio* (1956)⁵¹ depois de uma visita dos repórteres que passaram uma semana na PAN, publicaram uma nota que ratifica os dados levantados por esta pesquisa, atestando que 711 condenados na PAN, 329 internos foram identificados como brancos, 307 mestiços e 135 pretos.

2.4.3 Naturalidade

Quanto à naturalidade dos 263 presos identificados nas fichas, 86,31% eram originários de cidades do interior de Minas Gerais e 13,69% pertencentes ao grupo de pessoas que vieram de outros estados e do exterior.

Gráfico 3 - Naturalidade dos presos



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento documental.

Os dados coletados reafirmam o que Paixão (1987) deduziam sobre a seletividade do preso quanto à origem rural. Segundo o autor, os condenados destinados à PAN eram selecionados e remanejados de comarcas do interior. Em relação as 263 fichas analisadas, 222 eram de presos do interior de Minas Gerais, 36 de outros estados e um nascido no Líbano. Naturais da região metropolitana de Belo Horizonte contam 5. Os presos do Espírito Santo são os que possuem mais

⁵¹ JARDIM, George C. Neves, a penitenciária revolução! *Lavoura e Comércio*. Ed. 14165. Uberaba. 19 de setembro de 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&pesq=%22PENITENCI%C3%81RIA%20AGR%C3%8DCOLA%20NEVES%22&pasta=ano%20195&pagfis=13345>. Acesso em: 14 jul. 2021.

representatividade dentro da amostra coletada, seguido de São Paulo e Pernambuco. Tais dados podem ser melhor visualizados na Tabela 2.

Tabela 2 - Localidade de origem dos condenados na PAN

Origem	Quantidade	Porcentagem (%)
Minas Gerais	227	86,32
Espírito Santo	8	03,04
São Paulo	7	02,66
Pernambuco	5	01,90
Pará	4	01,52
Bahia	3	01,14
Rio de Janeiro	3	01,14
Ceará	2	00,76
Rio Grande do Norte	2	00,76
Goiás	1	00,38
Líbano/estrangeiro	1	00,38
Total Geral	263	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas analisadas.

Paixão (1987) já sinalizava a hipótese que a Direção da PAN preteria condenados predominantemente de origem rural e os mesmos eram selecionados rigorosamente nas cadeias antes se serem encaminhados, fato que pode ser verificado pelos registros de bons antecedentes carcerários atestados por promotores de justiça, carcereiros, juízes, delegados e escrivães. Há exceções em que o preso já vinha com a ficha com anotações negativas do tipo “sujeito reconhecidamente perigoso” ou até casos excepcionais em que o juiz não desejou fixar a pena do preso por se tratar de um “péssimo elemento e perigosíssimo”, caso referente aos internos 4.373 e 5.329 respectivamente.

Nos casos apresentados, não são indicados em suas fichas carcerárias se os mesmos realizaram atividades laborativas ou as carteiras adquiridas, o que pode ocorrer dos mesmos terem ficado em atividades internas da PAN para serem melhor vigiados. A questão disciplinar era uma constante. Certamente a grande maioria dos internos não tinham muitos problemas disciplinares, no entanto, a PAN não conseguiu lidar com alguns indivíduos que não se enquadraram com as perspectivas da política penal desejada.

Uma questão paradoxal encontrada nas fichas e a assertiva de Paixão (1987) frisando que a PAN formou uma tradição, não tanto de ordem, mas de seleção de presos de baixo risco, de origem rural e que em sua maioria eram condenados por crimes de homicídio. A liberdade no trabalho externo da PAN se baseava na confiança da estratégia de que os presos, próximos à liberdade, longe de familiares e o risco da possibilidade da perda do pecúlio amealhado durante a prisão pelo trabalho, estariam desestimulados a fugir.

O autor sinalizava que a eficácia do regime progressivo, em nível de manutenção da ordem do sistema penitenciário e o contingente do universalismo fez da PAN um modelo a ser seguido. Porém, é exatamente esse requisito que transformou o sistema penitenciário mineiro em alvo de críticas que se generalizaram progressivamente. Os críticos do regime acusavam o sistema da PAN de “facilitar” a fuga de internos devido ao excesso de liberdade que os mesmos possuíam. Os condenados, simulando bom comportamento dentro da prisão no estágio requerido, aproveitavam-se das regalias para retomar à vida criminosa durante as saídas permitidas pela gestão prisional.

Os argumentos de Paixão (1987) podem ser comprovados por alguns registros nas fichas a exemplo do interno 2.750 admitido em 10 de outubro de 1945 para cumprir 11 anos de prisão por crime de homicídio. O interno foragiu da PAN em 12 de junho de 1948 durante a saída para jogar futebol no campo externo e posteriormente recapturado em Belo Horizonte em 25 de setembro de 1949. O condenado 4.317, natural de Brumadinho, foi punido com 60 dias de cela própria por ter ficado dois dias em Belo Horizonte além do permitido pela Direção da penitenciária para ir visitar familiares, sendo esse caso o abuso de confiança, tão utilizado pela gestão penitenciária.

Paixão (1987) arguiu que apesar das fugas na PAN, havia um grande número de recaptura dos fugitivos. Dos 148 presos foragidos, 118 foram recapturados até janeiro de 1984. A origem distante do preso naquele período, acabava mantendo-o vinculado à PAN ou nas proximidades da Capital, dissuadindo-o desses abusos. Um bom exemplo é o do interno 2.834, natural da cidade de Urandi na Bahia. Ele foi admitido na PAN em 11 de dezembro de 1946, posteriormente removido para Uberaba em 06 de maio de 1947 dado que foi considerado inadaptável ao sistema

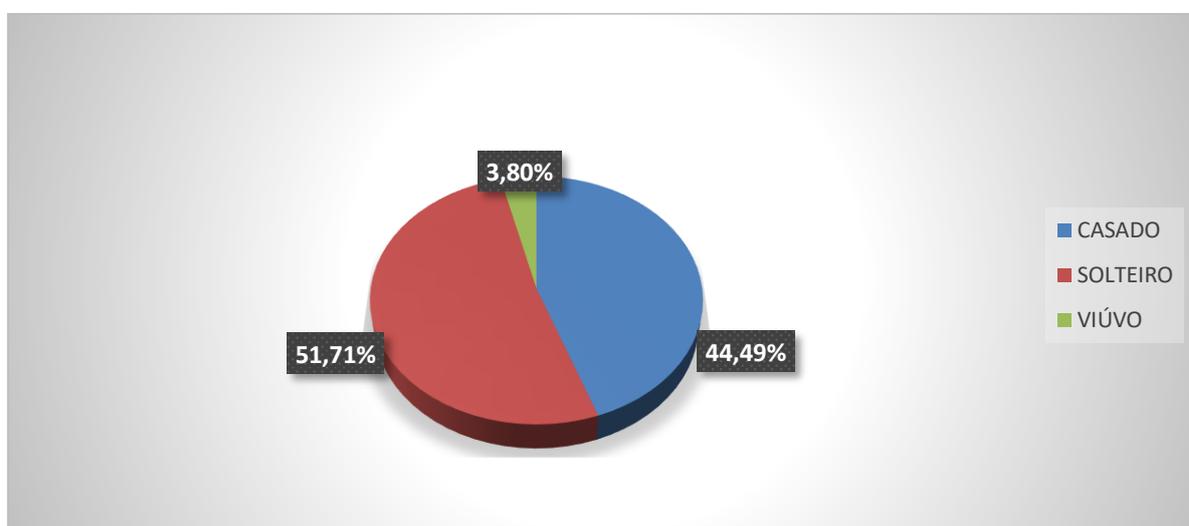
penitenciário. Os motivos que o excluíram da PAN, foram por vadiagem pelos pátios internos, conflitos entre guarda, recusa ao trabalho, insultos contra os copeiros, agressão ao colega 2.874, arremesso de prato de comida no refeitório e, por fim, a quebra de um vaso sanitário de sua cela. Consta em sua ficha que o mesmo chegou a realizar atividades de entrelaçamento de cordas de vime, tecelagem e lavanderia sendo todos os trabalhos realizados internamente, não tendo acesso à parte externa da PAN, local de estreita vigilância e isolamento social.

Por fim, os internos que apresentavam problemas recorrentes de disciplina e que não foram possíveis de adaptá-los às regras da PAN, eram reencaminhados às comarcas de origem para cumprir suas penas nas cadeias públicas.

2.4.4 Estado civil

Os dados coletados nas 263 fichas sinalizam que o estado civil (Gráfico 4) da maioria dos condenados, em que 51,71% era de solteiros. Outros 44,49% eram casados e 3,8%, viúvos. Nota-se que a quantidade de internos solteiros e casados/amasiados eram aproximadas.

Gráfico 4 - Estado civil dos condenados da PAN



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento documental.

Paixão (1987) salienta que os presos da PAN no serviço externo viviam com suas famílias, e outros conseguiam pequenos pecúlios para enviar para as que residiam no interior. Percebe-se que pela análise das fichas que os solteiros eram a maioria dentro da penitenciária. Os casados ou amasiados representavam um pouco menos da metade. Considerando a naturalidade e a comarca de origem do interno, pode-se supor que boa parte não convivia com seus cônjuges, pais ou filhos. À época, os meios de transportes eram escassos e entre os dados analisados, somente um detento originário de São Paulo possuiu a carteira azul, o que o permitia as visitas familiares em localidades distantes. Assim, não se pode concordar com a afirmativa de que os presos em sua totalidade, conviviam com seus familiares no entorno da PAN.

Por outro lado, a liberdade que os internos possuíam através dos trabalhos externos à penitenciária, possibilitaram a eles construir novos laços afetivos. Portanto, a PAN colaborou com o crescimento populacional do município de Ribeirão das Neves tendo em seu entorno o surgimento de uma cidade, o que segundo o autor, presos com bom comportamento e o acesso às ruas, se relacionavam com as pessoas e constituíam famílias por ali mesmo, continuando a vida após o livramento condicional.

A pesquisa de Brant (1987) sinalizou que 2/3 dos internos das prisões paulistas eram compostas por pessoas casadas, o que difere da amostragem identificada na PAN. As carteiras rosa e azul foram criadas para promover e manter o vínculo entre o condenado e seu familiar, para que essa convivência contribuísse no processo de ressocialização. Os casados por sua vez, buscavam manter boa conduta para alcançar esse benefício da convivência familiar, mesmo na condição de preso. Alguns internos, tanto solteiros quanto casados, foram punidos por serem surpreendidos com prostitutas no entorno da PAN, o que sugere que as famílias desses, não estariam morando nas imediações da penitenciária.

Ressalta-se que a maioria dos internos da PAN eram de pessoas oriundas de cidades do interior de Minas Gerais e que sem a concessão da carteira azul, não tinha a oportunidade de visitar os familiares. Desse modo, pode-se inferir que a não concessão da carteira azul a presos de bom comportamento pode ser para dificultar que esses, indo para localidades de origem, fugissem ou cometessem outros crimes.

A Penitenciária Agrícola de Neves reconhecia a importância da presença da família no processo de ressocialização que de acordo com Freitas (2008) se justifica que:

[..] a família desempenha um importante papel influenciador em seu ente, até pelo fato histórico dela ser considerada como um dos principais eixos de intervenção, uma vez que é nela que se dá o primeiro grupo responsável pela socialização do mesmo, onde são construídos aspectos ideológicos, modelos, conceitos, tradições e experiências, que ajudaram a edificar seu caráter e que determinam veementemente sua conduta carcerária, assim como seu resgate de valores que por muitas vezes é perdido dentro da prisão, que viabilizam seu comportamento de forma positiva, acabando por criar no mesmo uma ânsia de se ver livre de todos os percalços que encontra por estar atrás das grades. (FREITAS, 2008, p. 44).

Mesmo com essa perspectiva de ressocialização com acompanhamento familiar, foi constatado que menos de 10% dos presos foram contemplados com essa prerrogativa. A partir das análises, foi possível perceber que de fato houve intencionalidade dos técnicos e autoridades da penitenciária para que esse convívio existisse, mas os interesses em manter as atividades agrícolas e o isolamento dos presos foram observados na conduta da gestão prisional.

2.4.5 Profissões declaradas no momento da prisão

Conforme análise dos dados coletados por meio das fichas da PAN, as principais atividades dos internos no momento da admissão na PAN e declaradas pelos mesmos são de que 56,27% dos internos são lavradores, 37,64% correspondem às atividades diversas apresentadas na Tabela 3, e 6,08%, se identificaram profissionalmente como operários.

A documentação constatou que a PAN atendeu à orientação de admitir condenados preferencialmente com experiência na lavoura, conforme prescrito na Lei nº968 de 1927, sendo constituído por mais da metade dos presos trabalhadores. A outra parte da população carcerária admitiu possuir profissões diversas, conforme destacada na Tabela 3.

Tabela 3 - Profissões declaradas pelos presos no momento da prisão

Profissão	Quantidade	Profissão	Quantidade	Profissão	Quantidade
Alfaiate	05	Ambulante	01	Armador	01
Auxiliar de topógrafo	01	Barbeiro	02	Bombeiro	03
Braçal	01	Carpinteiro	03	Comerciante	03
Comerciário	08	Corretor	01	Cozinheiro	02
Datilógrafo	01	Diverso	01	Eletricista	03
Ferrovário	01	Funcionário público	01	Fundidor	01
Garçom	04	Garimpeiro	01	Industriário	02
Lanterneiro	01	Lavador de carro	01	Lavrador	148
Lubrificador	01	Lustrador	01	Marceneiro	01
Mecânico	05	Militar	02	Motorista	09
Operador	01	Operário	16	Padeiro	01
Peão	01	Pedreiro	05	Pintor	07
Prático em farmácia	01	Rádio técnico	01	Sapateiro	04
Não informado	01	Servente pedreiro	01	Soldador	01
Tecelão	01	Tintureiro	03	Tratorista	02
Viajante	01	Vidraceiro	01		
TOTAL					263

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento documental.

Em análise sobre as demais profissões antes da PAN, nota-se que boa parte é composta por presos trabalhadores em atividades de suporte dentro da penitenciária. Observou-se que os presos trabalhavam em atividades diversas da sua profissão original e que havia alta rotatividade dos postos de trabalho na PAN. Essas movimentações dos trabalhos dos presos na penitenciária podem ter ocorrido pela mudança de carteira, aplicação de punições, aptidão ou inaptidão para a função, vacância por soltura, falecimento, remoção para cadeia pública e outras situações.

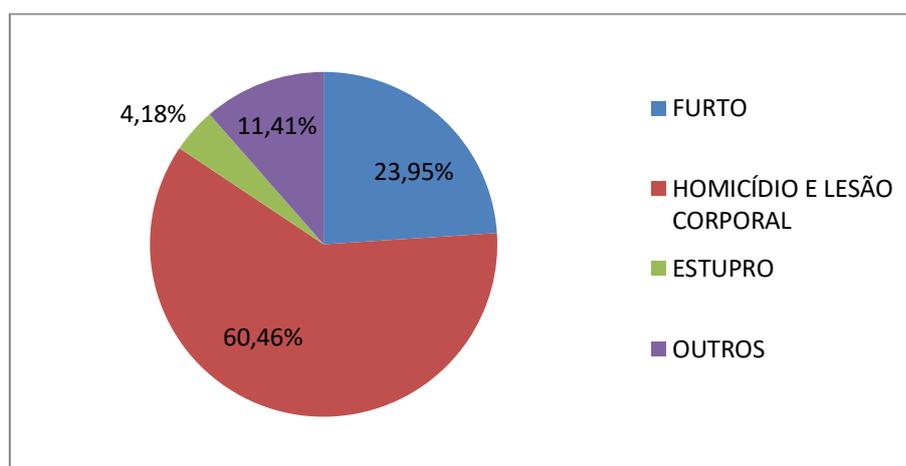
Evidencia-se que essas funções de cunho administrativo e operacional eram destinadas a manter a sede e as fazendas da PAN em funcionamento, tais como limpeza, cozinha, lavanderia, contabilidade, serviços administrativos, apoio e àquelas

funções específicas ou em locais diversificados como o caso dos internos 7.325 e 7.318 que trabalharam na Legião da Boa Vontade em Venda Nova com trabalhos. A amostra indica que os presos executavam várias atividades dentro da PAN, independentemente de sua profissão de origem, de modo que a penitenciária sempre tivesse disponível, pessoal para atender às diversas demandas tanto agrícolas, como as industriais, administrativas e de manutenção.

2.4.6 Crimes cometidos

Os dados coletados nas fichas sobre os tipos mais comuns de criminosos na PAN, comprovam que mais da metade da população carcerária 60,88% naquele período era formada por condenados por crime de homicídio e lesões corporais. O crime de furto vem em seguida representando 24% da amostra coletada. Em seguida com 15,3%, são de crimes de outras naturezas ou diversos, conforme informações apresentadas no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Tipos de Crimes cometidos pelos internos da PAN



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento documental.

O levantamento documental dessa pesquisa coaduna com a assertiva de Paixão (1987) de que os internos encaminhados à PAN eram compostos por

criminosos de baixo risco, condenados por crimes ocasionais cometidos em regiões de zona rural. De acordo com o autor, esse tipo de preso não reivindica direitos, adapta-se facilmente a laborterapia agrícola, não tem patotas, desconhecem a imprensa e é subserviente ao modelo disciplinar do guarda, o que corrobora com os dados elencados por esta pesquisa.

Alguns crimes tipificados como “outros”, foram identificados como o de estelionato, sedução, defloramento, incêndio, tentativa de homicídio, atentado violento ao pudor e roubo. Há de se mencionar que alguns internos possuíam mais de uma acusação e somados, alguns crimes tinham penas por tempo “indeterminado” como o interno 5.239. Esse interno de 18 anos, lavrador e natural do município de Pocrane, foi admitido na PAN em 21 de janeiro de 1958, e em sua ficha, não foi encontrado o tempo de pena, pois o “Juiz não quis fixar pena por se tratar de um péssimo elemento e perigosíssimo (sic).” Condenados identificados como perigosos pelas autoridades que os acompanhavam, não se constituíram como criminosos de alta periculosidade como nas prisões cariocas e paulistas que se deteriorou de forma material administrativa de acordo com Paixão (1987).

A PAN se utilizou da seletividade do tipo de condenado a ser encaminhado, pois os perigosos para o sistema penitenciário eram rapidamente excluídos daquele sistema sob o argumento da inaptidão. Assim, a PAN atingiu a notoriedade nacional por sua placidez e passou a indicar que o empreendimento “daria certo”, não propiciando meios para que facções criminosas se formassem dentro da penitenciária.

Assim, a diversidade dos crimes cometidos por cada indivíduo não interferiu na convivência entre eles. Os conflitos entre os internos eram referentes à discussão por partidas de futebol, assédio sexual de colegas, brigas por jogos de azar, furto de objetos pessoais e discussão por questões políticas. Tudo era resolvido dentro do possível e negociado pela gestão prisional que tomava suas medidas por meio da CD que atuava rapidamente em casos de indisciplina.

Para constatar tais ocorrências, cita-se o caso do interno 7.599, lavrador, natural de Ilhéus. Ele foi punido com 20 dias de cela por ter desrespeitado o inspetor de trabalho. Em 13 de janeiro de 1969 o mesmo foi punido com 30 dias de cela forte e depois recolhido ao Depósito de Presos por ter sido surpreendido jogando baralho

com diversos companheiros, retornando a PAN posteriormente. Novamente incorrendo em indisciplina, “visto que o mesmo não se emendava” e em 20 de março de 1969, o preso foi removido para a Delegacia de Vigilância em Belo Horizonte, não tendo mais a oportunidade de voltar para a PAN.

Corroborando com registros do jornal *Lavoura e Commercio* (1956), os tipos de crimes cometidos pelos presos, convergem com os dados coletados por esta pesquisa com a publicação. A nota registrou que 472 internos estavam condenados por crimes contra a pessoa que envolvem homicídio, estupro, sedução ou lesões corporais. Outros 235 sentenciados cometeram furto ou roubo, 60 deles por incolumidade pública⁵² sendo um exemplo desse último, o caso de um auxiliar de bombeiro que cometeu crime de incêndio. Diferente da matéria, essa pesquisa levantou dados que perpassam quatro décadas, podendo assim haver a variação de “outros crimes”. No entanto, os crimes contra a pessoa e patrimônio foram marcantes tanto pela manchete, quanto pelos dados levantados por esta pesquisa.

A despeito dos crimes cometidos antes da prisão, não provocaram alterações significativas dentro da organização da PAN, ou seja, o tipo de crime cometido lá fora, pois, os problemas gerados entre eles decorriam do desrespeito às normas da PAN e problemas relacionais entre internos e o corpo da guarda.

2.4.7 Classificação pelas carteiras

Nas fichas que subsidiam esta pesquisa, identificou-se que a maioria dos internos teve acesso às carteiras amarelas, verdes e rosas (Tabela 4). Como a PAN possuía “vocação” agrícola, era necessário que o interno circulasse fora dos muros para poder cumprir os trabalhos na lavoura.

⁵²Trata-se sobre os crimes que põem em risco de perigo comum. Transgressões contra a segurança, meios de comunica o, transporte, serviços públicos e saúde pública. Está regulamentado nos artigos 250 ao 285 do Código Penal Brasileiro de 1940.

Tabela 4 - Os tipos de carteiras mais concedidas para os presos entre 1940 a 1979

Cor da carteira	Quantidade de presos	Percentual (%)
Amarela	31	11,41
Amarela/verde	44	16,73
Amarela/verde/rosa	18	6,84
Rosa	11	6,84
Rosa/azul	1	0,38
Verde	18	6,84
Verde/rosa	25	9,51
Não informada	115	43,73
Total geral	263	100

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento documental.

Em meio as 263 fichas analisadas, foi encontrado apenas um registro do interno 8.408, datilógrafo de profissão, 30 anos de idade e natural de São Paulo. O interno foi beneficiado com a carteira azul e consta em sua ficha, menção de louvor por ter prestado serviços na celebração Pascal da PAN em 19 de abril de 1974. Vale destacar que o interno trabalhava como datilógrafo junto à gestão da penitenciária.

Tal constatação levanta a hipótese de discricionariedade da gestão da PAN na forma de aplicar as metas atribuídas aos presos e a falta de parâmetros para reconhecer os méritos dos demais internos. Como mencionado anteriormente, alguns internos possuem registros de boa conduta carcerária, mas não o suficiente para que seja beneficiado com a carteira azul.

O caso do interno 7.238 reflete bem esse modelo em que tem em seu prontuário a seguinte anotação: “possui ótima conduta carcerária fornecido pelo carcereiro e pelo Promotor de Justiça”. No entanto, adquiriu as carteiras amarela, verde e rosa, o que não permitiu a ele o distanciamento da penitenciária por longo tempo. Assim, a utilização do sistema de carteiras se institucionalizou como um forte argumento de progressão da pena. Todo o modelo de progressão de pena passa pela ideia de ressocialização e reeducação e visa “devolver” o indivíduo à sociedade. A perda da

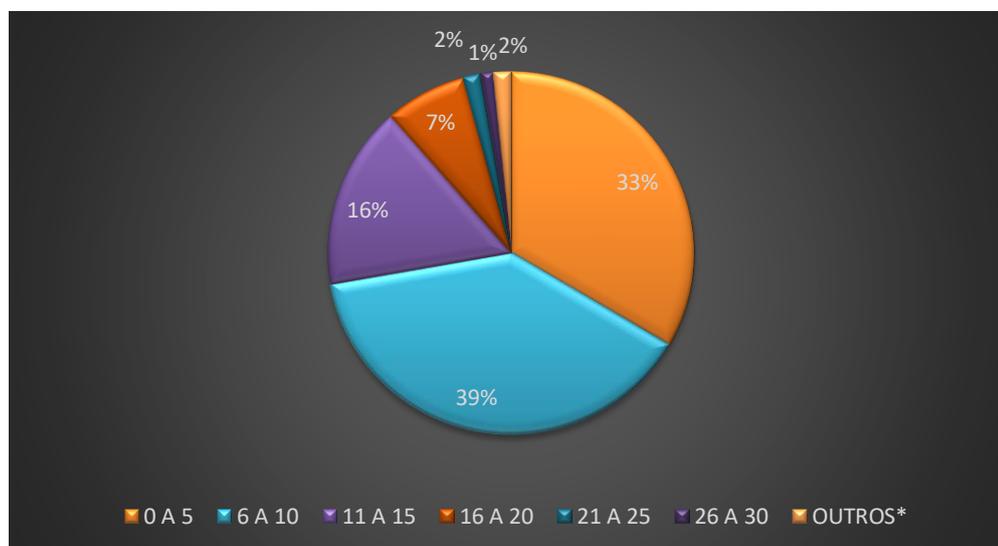
mesma significava um retrocesso, conforme pode ser observado no seguinte depoimento de um interno citado por Paixão (1987):

[...] eu tinha carteira verde e passei para a amarela. Isso porque eu saí de visita, pintou uma briga e a vizinhança chamou os patrulheiros. Foi o maior quebra-pau. Era um problema que poderia ser resolvido ali mesmo. Peguei vinte e cinco dias de castigo (...) agora, eu acho que demora muito tempo para a gente mudar de carteira pra outra". (PAIXÃO, 1987, p. 49).

2.4.8 Tempo de pena na PAN

Mediante a análise das fichas, em relação à gestão prisional da PAN, em grande medida o seguimento das orientações prescritas pela Lei nº 968/1927, os prontuários sinalizaram que 38,7% dos internos estavam com condenações entre zero a cinco anos de pena, seguido de 33,46% com prisão decretada entre seis a dez anos. Constatou-se que 16,35% dos detentos estavam com condenações entre 11 a 15 anos de prisão e 7,22% com encarcerados de 21 a 25 anos. O percentual de 4,18% corresponde aos internos com penas superiores a 26 anos (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Tempo de cumprimento de pena dentro da PAN



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento documental.

O que pode ser observado no Gráfico 6 é que a PAN admitia a maioria dos internos que estavam próximos ao fim de cumprimento das penas imputadas. O tempo para alcançar o livramento condicional estava próximo e conforme já demonstrado nesta dissertação, havia grande rotatividade de internos. Desse modo, o trabalho que norteava o processo de disciplinamento e reintegração, era destinado àqueles presos jovens, fáceis de moldar de acordo com Foucault (1987). Como o projeto tinha que “dar certo” os internos com pouco tempo de pena a cumprir, reduziria o risco de fugas e as relações de trabalho eram precedidas de uma capacitação profissional permeada pelo condicionamento e pouca instrução metodológica.

O trabalho desenvolvido dentro da PAN provavelmente não transformava a vida dos internos fora dela, pois muitos permaneciam atuando na PAN em atividades em que já exerciam antes a prisão. Dessa forma, havia uma seletividade de presos com menor tempo para cumprir as atividades no campo, prestes a ganhar a liberdade e outros, com maior tempo de pena, eram destinados às atividades internas que necessitariam de maior tempo para se consolidarem como as atividades em que era necessário o contato com a alta gestão o que demandava estabilidade.

Estar na PAN era passar por uma experiência, o trabalho como laborterapia era a saída, mas não uma como uma “caixa de ferro” na qual não pudesse fazer mudanças.

2.5 O trabalho dos presos

2.5.1. Principais atividades executadas pelos internos da PAN

A Tabela 5 apresenta uma análise das principais atividades exercidas pelo preso na PAN durante o cumprimento de pena e a relação com a profissão de origem. Devido a rotatividade de ocupações e postos de trabalho pelos internos, foram listadas

as atividades mais recorrentes. Os dados comprovam que um dos principais critérios da Lei nº 968/1927 foi parcialmente cumprido.

Tabela 5 - As atividades exercidas pelo preso antes da prisão e as executadas dentro da PAN

Profissão declarada	Funções exercidas na PAN/local de trabalho	Quantidade	Total
	Alfaiataria	1	
Alfaiate	Cozinha/Faxina	1	5
	Fábrica de vassouras - lavoura	1	
	Não informado	2	
Ambulante	Não informado	1	1
Armador	Olaria/Faxina	1	1
Auxiliar de Topógrafo	Não informado	1	1
Barbeiro	Não informado	2	2
Bombeiro	Não informado	3	3
Braçal	Não informado	1	1
Carpinteiro	Não informado	3	3
Comerciante	Não informado	3	3
Comerciário	Faxina/Tecelagem	1	8
	Não informado	7	
Corretor	Não informado	1	1
Cozinheiro	Trabalha por conta própria	1	1
	Não informado	1	1
Datilógrafo	Administrativo	1	1
Eletricista	Eletricista	1	2
	Faxina/tecelagem	1	
Eletricista e Tintureiro	Não informado	1	1
Ferrovário	Não informado	1	1
Funcionário Público	Não informado	1	1

Fundidor	Não informado	1	1	
Garçom	Sapataria/lavoura	1	4	
	Não informado	3		
Garimpeiro	Não informado	1	1	
Industriário	Não informado	2	2	
Lanterneiro	Não informado	1	1	
Lavador de carros	Garagem /olaria	1	1	
	Alfaiataria	1		
	Ceifa de tábua	2		
	Colchoaria	1		
	Cozinha	1		
	Cozinha/faxina	2		
	Eletricista	1		
	Fáb. calçados	2		
	Fábrica de bolas	1		
	Lavrador	Fábrica de bolas, volante	1	
		Fábrica de cordas	1	
		Fábrica de cordas/ sapataria	1	149
		Fábrica de móveis/faxina	1	
Faxina		1		
Faxina/vime de corda		1		
Lavoura		9		
Lavoura/colchoaria		1		
Lavoura/prefeitura		1		
Ibv venda nova/lavoura		1		
Olaria		1		
Pedreiro/Jardineiro		1		
Pomicultura/jardim	1			
Posponto/horticultura	1			
Prefeitura	1			

	Sapataria	1	
	Não informado	114	
Lubrificador	Não informado	1	1
Lustrador	Não informado	1	1
Marceneiro	Não informado	1	1
	Alfaiataria/conservação	1	
	Lavoura	1	
Mecânico	Prefeitura/Lavoura	1	5
	Não informado	2	
	Lavanderia/cozinha	1	
Militar	Não informado	1	2
	Alfaiataria	1	
Motorista	Vime de cordas/faxina	1	9
	Não informado	7	
Operador	Faxina	1	1
	Faxina/lavanderia	1	
Operário	Lavoura	1	16
	Não informado	14	
Padeiro	Não informado	1	1
Peão	Não informado	1	1
	Fáb. vassouras	1	
Pedreiro	Não informado	4	5
	Cozinha/Faxina	1	
	Fábrica de móveis/Faxina	1	
Pintor	Padaria/Lavanderia	1	7
	Não informado	4	
Prático em farmácia	Não informado	1	1
Rádio técnico	Eletricista	1	1
	Cozinha/Faxina	1	
Sapateiro	Fáb. calçados	1	4
	Não informado	2	

Sem profissão	Não informado	1	1
Servente de Pedreiro	Faxina/fáb. calçados	1	1
Soldador	Não informado	1	1
Tecelão	Horticultura/faxina	1	1
Tintureiro	Lavanderia	1	3
	Não informado	2	
Tratorista	Lavoura	1	1
	Não informado	1	1
Viajante	Não informado	1	1
Vidraceiro	Olaria/lavoura	1	1
Diverso	Não informado	1	1
Total		263	263

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento documental.

Devido ao tamanho da amostra coletada, foi necessário produzir a Tabela 5 para demonstrar as funções originais dos internos e as atividades exercidas por eles dentro da PAN. Em outras palavras, um interno, cuja profissão antes da prisão fosse lavrador, não significa que ele trabalhou na agricultura ou lavoura dentro da penitenciária, mas em vários outros postos de trabalhos. Esse lavrador pode ter trabalhado em oficinas de sapataria, alfaiataria, fábrica de vassouras, bolas, fábrica móveis de vime, atividades de cozinha, jardinagem, garagem, mecânica faxina e serviços administrativos.

Esses trabalhos considerados intramuros, ou seja, dentro das dependências da PAN, só poderiam ser realizados por aqueles que possuíssem a carteira amarela. O rebaixamento da carteira rosa para a verde permitia ao preso, a circulação externa, não interferindo em suas relações e interatividade externas. Dessa forma, é possível compreender que a maioria dos internos trabalharam realmente na lavoura ou em atividades externas, mas também em atividades de manutenção da penitenciária.

Em 1956 o jornal *Lavoura e Comercio*⁵³ noticiou depois de uma visita à penitenciária que dos 771 internos, 186 presos colaboravam na administração da penitenciária e 282 nas oficinas. Na Fazenda do Retiro a 6 quilômetros da PAN, trabalhavam 33 homens que se dedicavam exclusivamente à lavoura. Na Fazenda Mato Grosso, tinham 48 condenados trabalhando na agricultura e eram fiscalizados por um único guarda, desarmado e que viviam na maior camaradagem (sic) segundo o jornal.

Como já mencionado, a origem profissional do condenado, interferia na indicação de sua função dentro da penitenciária. No entanto, percebe-se que a gestão da PAN promovia uma rotatividade de funções entre os internos até mesmo por curtos períodos de forma que os internos pudessem estar aptos a executar boa parte das atividades que PAN demandassem, mas o foco dos trabalhos, de fato era a produção agrícola e industrial, conforme apresentado na Figura 12.

Figura 12 - Presos trabalhando



Foto: O Cruzeiro, 1972.

⁵³ JARDIM. Georges C. *Neves, a penitenciária revolução*. Lavoura e Comércio. Ed. 4169. Uberaba. 25 de setembro de 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&pesq=%22PENITENCI%C3%81RIA%20AGR%C3%8DCOLA%20NEVES%22&pasta=ano%20195&pagfis=13373>. Acesso em: 23 jul. 2021.

2.5.2 Tempos de mudança

O jornal *O Dia* de 1949⁵⁴ publicou uma nota sobre a permanência de um dos maiores criminosos de Belo Horizonte na PAN. O famoso preso conhecido como Zé Muniz, deixou Belo Horizonte e região em suspenso nos anos de 1940. Com uma extensa ficha criminal, condenado por homicídios e líder de uma quadrilha, esse interno somou mais de 76 anos de condenação (Figura 13).

Figura 13 - O criminoso Zé Muniz posando ao lado da namorada no entorno da PAN em dia de visita em 1952



Fonte: O Cruzeiro, 1952.

⁵⁴ SOMAM já 76 anos das penas impostas ao facínora Zé Muniz. *O Dia*. Ed. 8216. Paraná, 23 de setembro de 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20194&pesq=%22penitenci%C3%A1ria%20agr%C3%ADcola%20de%20%20neves%22&pagfis=67074>. Acesso em: 07 jul. 2021.

A transferência do Zé Muniz para a PAN, o transformou em um exemplo. Na penitenciária, ele foi se desfazendo da imagem de facínora e passou a participar ativamente da vida de encarcerado bem-sucedido. Ele dedicou-se de forma satisfatória ao trabalho, dirigiu o clube de futebol da PAN e até virou assistente do padre nas celebrações de missa dentro da penitenciária

Outra reportagem que cabe ser citada é a do jornal *Lavoura e Comercio* de 2 de outubro de 1956⁵⁵, que publicou uma matéria conclusiva sobre o acompanhamento de uma semana sobre o funcionamento da PAN. A nota considerou o protagonismo da execução da pena humanitária na PAN. No entanto, o editorial chama a atenção sobre a inversão de valores percebidas ao final da incursão na penitenciária. O argumento versa sobre os “direitos” oferecidos aos presos que vão desde vestimenta, alimentação, educação, saúde, liberdade excessiva para o interno, convivência familiar com esposas e filhos nas vilas, educação, salário e até aulas de música. Muitos cidadãos livres viviam em situação de miséria absoluta e não possuíam qualquer assistência por parte do Estado. Do “lado de fora”, ou seja, as pessoas livres, ficavam indignadas por se sentirem desassistidas pelo Estado e desenvolvendo o pensamento de que “não compensa ser bom e sim ser bandido”. E a reflexão do jornalista já antevia a reação de membros da sociedade que não compreendia a suposta inversão desses valores. Diante das constatações feitas pela equipe de jornalista, a nota fez o seguinte questionamento.

[...] o que é que está errado o sistema penitenciário de Neves que procura assistir ao preso para que ele não se desumanize, ou o sistema econômico e social atual que em determinados lugares do Brasil permite que homens trabalhadores e honestos vivam como animais? Devemos deformar o presídio ou reformar a sociedade? (LAVOURA e COMERCIO, 1956, p. 2).

⁵⁵ JARDIM. Georges da C. *Neves, a penitenciária revolução!* Lavoura e Comercio. Ed. 14174. Uberaba. 2 de outubro de 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830461&pasta=ano%20195&pesq=%22penitenci%C3%A1ria%20agr%C3%ADcola%20de%20%20neves%22&pagfis=13415>. Acesso em: 12 nov. 2020.

As críticas contra a excessiva assistência da PAN foram crescendo ao longo do tempo. Em 1972, o *Jornal do Brasil*⁵⁶ já noticiava que Minas Gerais estava vivenciando uma “crise no sistema penitenciário”. As causas apontadas pela matéria dizem respeito à insuficiência financeira, pois dois terços dos presos não encontravam vagas nas penitenciárias e que a PAN não conseguia produzir nem 50% das suas necessidades. O mesmo jornal em 1974⁵⁷ salientou que a PAN enfrentava problemas com o processo de reintegração dos internos tendo em vista o corte de orçamento para a Associação Mendes Pimentel que fazia esse trabalho junto aos internos. O Estado naquele ano teve que destinar CR\$ 742 mil, o que demonstra que a PAN não estava se autossustentando, conforme expectativas iniciais, o que já era esperado dado que o modelo previa muito investimento e esperava o devido retorno.

Ainda de acordo com a nota, o presidente do Conselho Penitenciário à época, José Abranches Gonçalves, ressaltou que existia uma grande resistência da população aos programas de reinserção social para os presos. De acordo com o penitenciário, o preso egresso do sistema prisional, quando admitido para trabalhar nas empresas, não era revelado seu passado, no entanto, quando uma denúncia expunha a condição de ex-presos, o trabalhador era dispensado mesmo com bom desempenho nas atividades.

O diretor da PAN Jason Soares Albergaria defendia que toda a comunidade deveria participar do programa de reabilitação do egresso não sendo, portanto, uma responsabilidade exclusiva do Estado. Na edição 250 do *Jornal do Brasil* de 1975⁵⁸, foi apresentado um panorama do sistema carcerário mineiro, principalmente quanto aos custos de manutenção dos internos nas prisões. Naquele período, Minas Gerais

⁵⁶A CRISE MINEIRA. *Jornal do Brasil*. Edição 108. Rio de Janeiro. 06 de agosto de 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22PENITENCI%C3%81RIA%20AGR%C3%8DCOLA%20NEVES%22&pasta=ano%20197&pagfis=63405. Acesso em: 17 ago. 2021.

⁵⁷DIFICULDADES em Minas. *Jornal do Brasil*. Ed. 41. Rio de Janeiro. 19 de maio de 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22PENITENCI%C3%81RIA%20AGR%C3%8DCOLA%20DE%20NEVES%22&pagfis=105049. Acesso em: 17 ago. 2021.

⁵⁸MINAS ainda não sabe como começar o ataque. *Jornal do Brasil*. Ed. 250. Rio de Janeiro. 14 de dezembro de 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22PENITENCI%C3%81RIA%20AGR%C3%8DCOLA%20DE%20NEVES%22&pagfis=132825. Acesso em: 22 ago. 2021.

já registrava um dos mais elevados índices de criminalidade do país e a PAN foi citada como um estabelecimento que tinha altos custos com segurança privada dentro do estabelecimento. O Estado pagava a empresa paulista o Planejamento e Execução de Segurança e Vigilância o valor de Cr\$ 7,80 por homem/hora mais os encargos trabalhistas para manter a ordem dentro da penitenciária.

Os problemas que caracterizaram uma mudança da PAN tinham em seu bojo problemas com fugas, falta de pessoal técnico, despesas com segurança, aumento da população carcerária fora do perfil da Lei nº968 de 1927, falta de apoio da comunidade, ausência de oportunidades de trabalho, presos urbanos, mais articulados e não afeitos aos trabalhos rurais e rotatividades constantes na administração da PAN. Para se ter uma ideia, a PAN em 1979 registrou a troca de gestão por três vezes, com a cadeira sendo ocupada pelo Cel. Idálio de Oliveira Alves, delegado Geraldo Lara Resende e o promotor Joaquim Cabral Neto, o que pode ser, provavelmente, uma prova da dificuldade em seguir uma linha perene de trabalho, conforme já sinalizado por Paixão (1987). Todos esses percalços colocaram o processo de ressocialização e trabalho em segundo plano, deixando a disciplina e segurança como eixo principal da penitenciária.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PAN, inaugurada oficialmente em 1938, tinha como objetivo amenizar as condições precárias das cadeias de Minas Gerais, superlotadas, sujas, sérios problemas com detentos doentes, mal alimentados e sem condições dignas de sobrevivência dentro delas. Até o Período Colonial, longos discursos sobre as condições das cadeias foram feitos, mas não houve alterações significativas que alterassem esse cenário. Com a República que pretendiam extinguir os resquícios da Regência, começaram a se articular em projetos que pudessem estabelecer o progresso no Brasil, inclusive no campo penitenciário. Parlamentares e juristas mineiros discutiram ao longo de três décadas sobre o flagelo penitenciário que não dava solução por falta de recursos.

Em 11 de setembro de 1927 foi criada a Lei nº968 que instituía a PAN que veio com a proposta de fazer cumprir a reforma do criminoso com um viés humano e baseado na Ciência. Levou-se 10 anos para a conclusão da obra, e a PAN foi um dos maiores empreendimentos desse segmento do Estado, tornando-se um marco na reforma prisional do Estado de Minas Gerais. A ideia principal da penitenciária era associar o cumprimento de pena humanizado, a disciplina e a ressocialização.

Denominada como “atrevida” e “palpitante” o fato é que a penitenciária chamou atenção do Brasil por ser um “sucesso” e modelo a ser seguido. Os internos passavam por etapas que iam desde a observação científica por uma equipe multidisciplinar e depois de avaliados, postos para trabalhar.

O perfil do interno admitido na PAN previsto em lei era aquele que já tivesse cumprido uma quarta parte da pena e tivesse preferencialmente alguma experiência em atividades agrícolas. Foram analisadas por meio das fichas que a maior parte eram “escolhidos” nas cadeias com esse perfil para serem transferidos para a PAN. Além do fator da origem rural, outros requisitos como a juventude e inclinação à submissão às normas da Casa foram observados. Idealizada como um grande projeto de reforma dos criminosos, a penitenciária ainda se propunha a ser autossuficiente tanto na

questão administrativa quanto financeira, dependendo o mínimo dos recursos do Estado.

Nesse caso, não foi possível atestar se realmente a PAN conseguiu autonomia financeira suficiente para cumprir tal intento, mas alguns autores como Paixão (1987) relatam que a interferência política na gestão prisional alterou os resultados, frustrando a eficiência pretendida.

Dentro do período pesquisado, os internos da penitenciária trabalharam na produção de produtos diversos como móveis, sapatos, vassouras, calçados para a polícia e Exército Brasileiro, brinquedos, tamancos, laticínios, açúcar, milho, carne suína e bovina, pães, verduras, arroz, mandioca, açúcar, administravam um grande pomar com mais de 300 mil pés de laranja que abasteciam a Capital. Havia outras atividades de prestação de serviços dentro da sede como a limpeza da penitenciária, serviços de jardinagem, lavanderia, mecânica, pintura, manutenção da parte elétrica e hidráulica até a prestação de serviços em repartições públicas como a Prefeitura, Legião da Boa Vontade e Diretoria Administrativa da própria Secretaria que funcionava em Belo Horizonte.

Foi utilizado durante algumas décadas, o sistema de carteiras coloridas que definiam os benefícios que o interno poderia auferir. As carteiras eram utilizadas como instrumento de concessão de benefícios, mas também como punição. As fichas utilizadas para esta pesquisa revelam que essas carteiras tinham muito significado dentro da PAN, pois a perda ou rebaixamento culminavam também em prisão em cela fechada e a retração para as atividades internas dentro da PAN com vigilância incisiva e a perda dos benefícios até então alcançados.

Insta salientar, da importância da PAN para a comunidade de Ribeirão das Neves que se beneficiou dos serviços prestados pela PAN como atendimento médico, dentário e a contratação de serviços como reparos em roupas e sapatos realizados pelos internos. A aparente calma representada pelas manchetes da época, foram um tanto dissolvidas pelos registros. As punições em cela escura eram frequentes, havia distúrbios entre os internos, àqueles que não se submetessem ao sistema ou se recusassem ao trabalho, eram transferidos para o Depósito de Presos em Belo Horizonte, Manicômio Judiciário de Barbacena ou para a cadeia de origem e

considerado “inapto para o sistema penitenciário”. Essa seletividade penal dentro da PAN a diferenciou das prisões cariocas e paulistas no que se refere à formação de facções criminosas que não se propagou no estado de Minas Gerais como foi nas demais capitais.

Quanto aos processos de ressocialização, é possível observar que a PAN procurou deixar o interno mais próximo de uma realidade de homem livre, pois ao interno, desde que não estivesse sob sanção, mantinha contato com a família, recebia pagamento pelos seus serviços, sendo o valor apurado, enviado à família ou depositado em uma conta para saque quando ele ganhasse a liberdade.

A gestão da PAN era nomeada diretamente pelo presidente ou governador de Estado conforme previsto na Lei nº968 e teve como gestores, pessoas ligadas à segurança pública ou Justiça, tais como coronéis, tenentes, general, procurador, delegado e renomados juristas. Ressalta-se que esses gestores tinham “poderes” quase que discricionários para gerir o estabelecimento prisional, pois sua palavra era a última nas decisões administrativas, o que pode ter colaborado com o desalinhamento do Poder Judiciário e da comunidade que considerava o excesso de liberdade de forma negativa.

A PAN sem sombra de dúvida foi um marco penitenciário devido à sua concepção ao dar dignidade aos internos que ali viviam. No entanto, o excesso de liberdade, as “benesses” concedidas ao condenado que ao homem livre não era acessível, foi ao longo dos anos sendo visto pela sociedade como uma inversão de valores. Os homens livres não possuíam condições dignas de sobrevivência ao contrário dos criminosos que eram bem assistidos levando àquela crença que o “crime compensa”. Ainda em 1956, o jornal *Lavoura e Comércio*⁵⁹ fez uma reflexão sobre a situação em que devemos deformar o presídio ou reformar a sociedade?

Ao final dos anos de 1970, a rotatividade de diretores e a mudança de perfil do “novo preso” que a PAN admitia, foram minando o “sucesso” do empreendimento. Os

⁵⁹ JARDIM, Georges C. *Neves, a penitenciária revolução!* Lavoura e Comércio. Ed. 14174. 2 de outubro de 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&Pesq=%22PENITENCI%c3%81RIA%20AGR%c3%8dCOLA%20NEVES%22&pagfis=13415>. Acesso em: 26 set. 2021.

novos internos eram mais violentos, mais jovens, articulados e condenados por crimes de roubo e tráfico, diferente daquela maioria condenada por crime de homicídios e furtos. As mudanças sociais nos anos de 1970 favoreceram a chegada desse perfil de presos, expandindo o número de internos e gerando superlotação. Tal fato remonta as velhas prisões onde o foco passa a ser a segurança e não mais a ressocialização e a assistência social. O assunto “palpitante” citado por Walter Euler continua palpitando com 85 anos de existência e que por sinal, ainda possui histórias e lacunas a serem pesquisadas sobre o trabalho, ressocialização e disciplina.

Paixão (1987) afirmou que o difícil equilíbrio entre a segurança da sociedade e a recuperação, foi rompida pela contaminação do novo perfil dos presos que estavam entrando para a penitenciária. Ainda havia o ressentimento da Justiça frente ao poder da gestão da PAN e suas relações com os internos no que se refere aos benefícios concedidos para presos notórios na criminalidade.

O autor relata que já no início dos anos de 1980, a PAN, rebatizada pelo nome de Centro de Reeducação de Neves, revelava a decadência do regime progressivo e a prisão aberta. Com a mudança da gestão em 1984, houve um endurecimento na concessão de benefícios o que culminou num motim dos presos naquele ano. No entanto, esse movimento revelou que a baixa agressividade dos presos da PAN estava consolidada, pois os internos reivindicaram alimentação de melhor qualidade e a contestaram as decisões da nova gestão sobre a restrição dos benefícios antes concedidos. Dessa feita, o motim resultou em dano ao patrimônio, mas não houve registros de mortes entre funcionários ou entre os presos.

Diante do que foi exposto, é possível considerar que os objetivos da PAN nesses anos que correspondem a pesquisa foram atendidos? Conforme análise das fichas, os objetivos foram parcialmente atendidos. Uma parte dos internos mantiveram contatos com suas famílias nas proximidades da penitenciária, o trabalho era renumerado e muitos internos reconstruíram suas vidas em suas cidades de origem ou na região da penitenciária, houve assistência à saúde, alimentação adequada e movimentos que promoveram a transição da prisão fechada para a aberta de forma gradual para que o interno reintegrasse à sociedade sem grandes traumas.

Muito ainda tem que ser falado da PAN, pois ela continua em pleno funcionamento até a conclusão desse trabalho. Esses 36 anos elencados nessa pesquisa não respondem e não tem a pretensão de fechar a questão quanto à história da PAN no cenário penitenciário mineiro. Seu legado quanto ao processo de ressocialização, a disciplina e o trabalho dos encarcerados ainda continua como experiência única em Minas Gerais.

Em síntese, a PAN era paradoxalmente uma prisão à frente do seu tempo, mas não se absteve em empregar metodologias nos moldes das antigas prisões que aplicava punições, mas também era leniente quanto ao afrouxamento das penas e excesso de benefícios concedidos a alguns presos o que fez com que sua relevância derretesse no cenário penitenciário mineiro. As críticas e os acontecimentos que se sucederam a partir dos anos de 1980, assunto não contemplado nesta pesquisa, apagou seu brilho enquanto um modelo penitenciário a ser seguido, contudo, a vida na PAN continua...

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Fundo Walter Euler engenheiro (1928-1937)*. Documentos pessoais. Título expedido pelo Secretário do Interior, que atribuiu ao engenheiro à função de projetar e fiscalizar os trabalhos na edificação da Penitenciária Agrícola de Neves. Belo Horizonte (MG). EW-1, Caixa, 01, doc. 04.
- BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 1998.
- BITTENCOURT, César Roberto. *Falência da Pena de Prisão: causas e alternativas*. São Paulo. Ed. Saraiva, 2010.
- BRANT, Vinícius Caldeira. *O trabalho encarcerado*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I*, em 25.03.1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 26 jan. 2019.
- BRASIL. *Decreto nº 847*, de 11 de outubro de 1890. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em: 25 jun. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 12.433*, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 12 nov. 2019.
- BRITO, José Gabriel Lemos. *1925-1929. Os sistemas penitenciários do Brasil*. Rio de Janeiro: Imp. 1924.
- CARVAHO FILHO, Luiz Francisco. *A Prisão*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- CARVALHO, Pedro Henrique da Silva. *Estufa Social: Penitenciária Agrícola de Neves (1927-1949)*. 2015. 125 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. O nascimento da prisão*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREITAS, Luciana de Lábio. *A Família como principal meio reabilitador do preso na pena privativa de liberdade*. 2008. 74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário Eurípides de Marília – Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Características Étnico-raciais da População Classificações e identidades*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos. *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MILAGRES JUNIOR, Sérgio Luiz. *Ideias Penais e Instituições Prisionais no Contexto Republicano: uma análise do combate à vadiagem por meio da Colônia Agrícola do Bom Destino em Minas Gerais (Sabará, 1895-1901)*. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

MOTA, Manuel Barros da Mota. *Crítica da razão punitiva: o nascimento das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

PAIXÃO, Luiz Antônio. *Recuperar ou punir?: Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Editora Autores Associados, 1987.

PAIXÃO, Luiz Antônio. *Uma saga carcerária. Temas IMESC*, São Paulo, v.2, n.2, p. 97-110, 1985.

PEREIRA, Lucas Carvalho. *Brigada Policial e Força Pública de Minas Gerais: notas historiográficas e de pesquisa (1891-1946)*. In: XXVII Simpósio Nacional de História, Anpuh. Natal, 2013. Disponível em https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/27/1364514614_ARQUIVO_ForcpublicaAnpuh.pdf. Acesso em: 03 nov. 2021.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. *Fernando de Noronha: uma ilha-presídio nos trópicos (1833-1894)*. Rio de Janeiro: Cadernos MAPA Memória da Administração Pública Brasileira, 2014. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/images/publicacoes/CadernoMAPA10/CadernoMAPA10/asset/s/common/downloads/publication.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

SALLA, Fernando. *As Prisões de São Paulo 1822-1940*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

SANTOS, Rodrigo Afonso Nogueira; MANDELBAUM, Belinda Piltcher Haber. Karl Weissmann e a psicanálise na Era Vargas: um psicanalista entre a política, a educação e a criminologia. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, v. 36, p. 1-27, 2019. Disponível em: periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6838. Acesso em: 18 jun. 2021.

SETTE CÂMARA, José R. Sistema Penitenciário em Minas Gerais. *Revista Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 3. p. 118-129, 1951. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/issue/view/61>. Acesso em: 21 maio 2021.

SILVA, Karla Leal Luz de Souza. *A atuação da justiça e dos políticos contra a prática da vadiagem: as colônias correccionais agrícolas em Minas Gerais (1890-1940)*. 2006. 142 f. Tese (*Magister Scientiae*) – Universidade federal de Viçosa, Viçosa, 2006. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/4138/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora Forense, 1980.